Fundado em 1864, o seu Arquivo é Tesouro Nacional

Diário de Notícias

www.dn.pt / Terça-feira 28.5.2024 / Diário / Ano 160.º / N.º 56 649 / € 1,50 / Direção interina Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos)

DEMOCRACIAS

EUA, CANADÁ, REINO UNIDO, ALEMANHA E FRANÇA LIMITAM O QUE OS DEPUTADOS PODEM DIZER

PARLAMENTOS Retirada de palavra, exclusão dos trabalhos, suspensão sem pagamento, multas, remoção de comissões e até expulsão: vários Parlamentos ocidentais preveem uma série de punições em caso de violação das regras de conduta dos deputados. Em comparação, o português está entre os mais permissivos. E nada se encontra de similar à nova regra de Aguiar-Branco, segundo a qual ofensas e injúrias só arriscam advertência se dirigidas a presentes.

PÁGS. 6-8

SVIATLANA TSIKHANOUSKAIA

DISSIDENTE BIELORUSSA

"Lukashenko está a ganhar muito dinheiro com a guerra na Ucrânia"

PÁGS. 16-17

Madeira
Se ninguém recuar no "não é não" haverá novas eleições em breve PÁGS. 4-5

Saúde
Plano de Emergência apresentado após próximo Conselho de Ministros PÁG. 12

Habitação
Valor médio do arrendamento de casas está em 1300 euros PÁG. 15

Livro
Jorge Silva Melo, o eterno rapaz e o seu cinema PÁG. 25



TRABALHAR DEPOIS DA REFORMA

Jaime Braga: "Nunca pensei, mas aos 80 anos tenho três empregos"

PÁGS. 10-11

PAULO SPRANGER / GLOBAL IMAGENS



O NOVO PROJETO JORNALÍSTICO DO DIÁRIO DE NOTÍCIAS PÁG. 27



Até ver...

Ricardo Simões Ferreira

Editor do Diário de Notícias

Quem nos engana, a IA ou as nossas expectativas?

Já viu a "nova" ilusão de ótica da lata de Coca-Cola que vemos encarnada, mas a foto, na realidade, não contém um único píxel nesses tons? A criação do psicólogo japonês e especialista neste tipo de imagens Akiyoshi Kitaoka tornou-se rapidamente viral – só não bateu (ainda) o fenómeno que foi: "O vestido é dourado e branco ou azul e preto?" Lembra-se? É mais um exemplo, de entre centenas, de como os nossos sentidos são falíveis e manipuláveis.

Algo que levou Dimitris Papailiopoulos, engenheiro informático, professor associado da Universidade de Wisconsin-Madison, a questionar-se: Será que os atuais grandes modelos de IA generativa conseguem analisar estas imagens de uma forma mais correta?

Para seu declarado espanto, segundo disse esta semana à revista *Scientific American*, não!

No que toca à "acuidade visual", tanto o ChatGPT-4, da OpenAI/Microsoft, quanto a mais recente versão do Gemini, da Google, na maioria das vezes são tão "enganados" quanto os seres humanos. Veem a lata encarnada; ou acham normais imagens impossíveis como o Triângulo de Penrose (objeto tridimensional que é possível desenhar, mas não pode existir na vida real, pois os lados não "encaixam". Ou então a IA responde em "alucinação" – dá uma resposta sem nexo.

À publicação norte-americana, Papailiopoulos avisa que este não é um estudo científico, apenas um conjunto de observações que, tal como acontece habitualmente em ciência, levanta mais (e interessantes) questões sobre o funcionamento "visual" da IA.

Talvez esta tenha aprendido a interpretar a cor pelo contexto e não tecnicamente? – é a hipótese que avança.

Na mesma publicação, outro especialista, Blake Richards, professor de Ciências de Computação e Neurociências da Universidade McGill, concorda. Se a IA foi "ensinada" através de exemplos de contextualização – *i.e.*, se aprendeu que olhamos para as cores (e formas, acrescento) pelos seus contextos, então irá sempre aplicar estes critérios em todos os exemplos que lhe mostremos.

Lembro eu: os grandes sistemas de IA generativa que usamos são baseados em modelos de linguagem – *Large Language Models* (LLM) – e não processos lógicos de análise e razão. Não devemos, por isso, esperar resultados objetivos e analíticos.

Regressemos ao exemplo da imagem da lata de Coca-Cola "encarnada" sem esta cor. Fizesse a máquina uma análise 100% objetiva, píxel a píxel, de cada foto que lhe é apresentada, nunca faria esta interpretação. Mas não haveria capacidade computacional no mundo para processar tantos dados!

A solução dos LLM é fazer análise estatística contextual entre as respostas mais dadas e encontrar aquelas que parecem satisfazer melhor – com resultados que são, a grande maioria das vezes, incríveis.

A IA "vê" a lata encarnada porque foi educada para, naquele contexto, dizer que é uma lata daquela cor. Isto não quer dizer que faça a mínima ideia, sequer, do que seja encarnado – não lhe pediram para fazer uma análise espectroscópica da cor, e a relação entre as duas coisas é algo que, se surgir, será só por necessidade. Afinal, as respostas da IA são geradas sempre por conveniência da tarefa do momento, nunca por algum processo de criatividade intrínseca.

Convém mesmo ter em mente este tipo de limitações quando lidamos com estes sistemas. O que fazem é fabuloso, mas (de uma forma até contraintuitiva) por serem baseados em linguagem e não em processos verdadeiramente lógicos, são menos exatos do que aquilo que esperaríamos de um computador – neste contexto, metaforicamente, "de um conjunto de fórmulas numa enorme folha Excel".

Por isso, cada coisa que "sai" da IA generativa deve ser lida com alguma cautela.

Uma das melhores funcionalidades que o navegador Edge, da Microsoft, tem atualmente é a possibilidade de pedir ao Copilot (o assistente de IA com o ChatGPT-4) para fazer o resumo de qualquer página *online*. Funciona em qualquer língua e até de uma língua para outra (português inclusive).

Esta semana pedi-lhe para resumir um extenso artigo da revista *Times* obre as transformações económicas na Argentina que estão a ocorrer sob a Administração do presidente da direita radical Javier Milei. O Copilot fez uma síntese certinha exceto... quando escreveu que as medidas do novo líder argentino tinham "aumentado a inflação galopante e a pobreza".

Era "só" o oposto do que estava escrito no artigo (que li antes na íntegra), onde se dizia, claramente, que a vitória de Milei se devia também ao desespero da população perante uma inflação galopante e a uma pobreza endémica, e o seu desafio era mudar este cenário. Aparentemente, nem o ChatGPT consegue ficar imune ao ambiente presente na sociedade de que tudo o que vem da chamada "extrema-direita" tem de trazer pobreza, independentemente dos factos apresentados.

Na mesma linha reporta o professor de IA Toby Walsh da Universidade de Sydney, acerca das respostas da Google geradas por IA que esta empresa decidiu usar em substituição dos tradicionais *links* para páginas e de que aqui falei na semana passada.

Os erros começam a amontoar-se, como os mais pessimistas (realistas?) temiam. Walsh refere respostas como "os astronautas terem encontrado gatos na Lua"; "deve-se comer pelo menos uma pedra por dia, pois as pedras são ótimas fontes de minerais"; ou "a cola é ótima para pôr na *pizza*".

O que raio está o Gemini a fazer? Apenas a refletir alguns dos disparates que encontra na internet e que, estatisticamente, lhe aparecem "bem classificados".

A Google claro, vai corrigir (com seres humanos) estes erros rapidamente. Mas tudo isto são excelentes exemplos de como os LLM não têm noção do que estão a dizer – ou a ver.

Na realidade, estes sistemas respondem-nos aquilo que acham que queremos ouvir e ficam à espera dos elogios. Quando falham, pedem desculpa e dizem que "vão fazer melhor". E sim, ajudam muito nas tarefas do dia a dia, mas estão – e estarão – longe de serem máquinas inteligentes ou, sequer, capazes de decidir ou criar por nós.

OS NÚMEROS DO DIA

1755

TONELADAS
A quantidade de alimentos recolhidos durante o fim de semana pela campanha do Banco Alimentar contra a Fome, realizada em mais de 2000 superfícies comerciais em todo o país. Trata-se de um acréscimo em relação ao ano passado.

98

MIL
É o número aproximado de eleitores inscritos para exercerem o direito de voto antecipado e em mobilidade nas Eleições Europeias. De acordo com o MAI, 97 386 pessoas tinham-se inscrito até às 12.00 horas de ontem. A inscrição pode ser feita até à próxima quinta-feira.

840

MILHÕES DE EUROS
É o valor que a Deco Proteste quantifica pelo desperdício de água na rede de distribuição nos últimos 10 anos. Só em 2022 foram desperdiçados 162 metros cúbicos, equivalentes a 88 milhões de euros.

19

MESES
É o tempo estimado para que se proceda ao reforço da pista do Aeroporto Francisco Sá Carneiro, na Maia, que vai começar a 31 de julho e representa um investimento de 50 milhões de euros. A ANA revelou que os trabalhos serão feitos em horário noturno.



28.5.2024

Direção interina: Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Diretor de arte** Rui Leitão **Diretor adjunto de arte** Vítor Higgs **Editores executivos** Carlos Ferro, Helena Tecedeiro, Pedro Sequeira **Editor executivo adjunto** Artur Cassiano **Grandes repórteres** Ana Mafalda Inácio, Fernanda Câncio e Leonardo Ralha **Editores** Sofia Fonseca, Carlos Nogueira, Ricardo Simões Ferreira, Rui Frias, Filipe Gil e Nuno Fernandes **Redatores** Amanda Lima, Ana Meireles, César Avó, David Pereira, Isabel Laranjo, Isaura Almeida, Mariana de Melo Gonçalves, Rui Miguel Godinho, Susete Henriques, Susana Salvador e Vítor Moita Cordeiro **Revisão** Adelaide Cabral **Arte** Eva Almeida (coordenadora), Fernando Almeida, João Coelho **Digitalização** Nuno Espada **Dinheiro Vivo** Bruno Contreiras Mateus (Diretor) **Evasões** Pedro Lucas (coordenação) **Notícias Magazine** Inês Cardoso (Diretora) **Conselho de Redação** Ana Meireles, César Avó, Fernanda Câncio e Sofia Fonseca **Secretaria de redação** Carla Lopes (coordenadora) e Susana Rocha Alves **E-mail geral da redação** dnot@dn.pt **E-mail geral da publicidade** dnpub@dn.pt **Contactos** RuaTomás da Fonseca, Torre E, 5.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 515; Rua de Gonçalo Cristóvão, 195, 5.º – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100; Rua João Machado, 19, 2.ºA – 3000-226 Coimbra. Tel.: Redação: 961 663 378; Publicidade: 969 105 615. Estatuto editorial disponível em www.dn.pt. Tiragem média de Fevereiro 2024: 6 084 exps.

INCERTEZAS

Se ninguém recuar no "não é não", há eleições em breve na Madeira

DECISÕES PS e JPP chegaram a acordo para "virar a página". PSD pode assumir executivo minoritário e arriscar votação no parlamento. Chumbo do programa de governo implica novas eleições. Representante da República começa já hoje, com "urgência", a ouvir os partidos eleitos.



Albuquerque diz estar disponível para dialogar com "todos os partidos". Jardim pede que se demita.

GREGÓRIO CUNHA/LUSA

TEXTO **ARTUR CASSIANO**

Se em 2019 a subida do PS [mais de 51 mil votos] foi explicada pela movimentação em massa de votos do CDS, JPP, BE e PCP para os socialistas [o PSD perdeu deputados, mas manteve-se quase inalterável nos 56 mil votos], já a descida do PSD (mais uma) e a subida do JPP este ano (face às regionais de setembro de 2023) estarão ligadas ao "apagão" de BE e PCP, ao regresso do CDS e à crise interna dos social-democratas, isto segundo as leituras das candidaturas contactadas pelo DN.

A explicação, já que o PS até teve mais 137 votos do que no ano passado, parece linear. O JPP foi buscar votos aos bloquistas, comunistas e aos "desiludidos" com Miguel Albuquerque que preferiram votar Élvio Sousa do que votar Paulo Cafôfo. O risco? Repetir-se a "flutuação" que ocorreu de 2015 para 2019 e que deixou o JPP com quase metade dos votos. Já o PSD, para além do "desgaste" eleitoral que Albuquerque não admite, perdeu votos para CDS e JPP, sustentam as mesmas fontes, e alguns para o Chega.

O PSD de Miguel Albuquerque perdeu 7345 votos face a 2019 – ano em que após as eleições precisou do CDS para se manter no poder. A atual fasquia [49 103] representa o pior resultado da história do partido que em 2007 atingiu o seu máximo: mais de 90 mil votos. A partir daí entrou em queda, perdendo sistematicamente votos e deputados, até chegar ao mínimo histórico de 19 eleitos este ano. Em 2011, o PSD desceu dos 90 para os 71 mil votos; e depois em 2015 e 2019 caiu para os 56 mil eleitores.

O "momento" da noite, sublinham apoiantes de Manuel António Correia [adversário de Albuquerque nas eleições internas e antigo secretário regional do Ambiente entre 2000 e 2015], ouvidos pelo DN, foi ver "as caras de apreensão nos dez que estavam com o Miguel Albuquerque" na declaração final. Ao lado do líder social-democrata madeirense estavam, nomeadamente, José Prada, Pedro Ramos, João Cunha e Silva e Jaime Filipe Ramos.

A incerteza perante o pior resultado de sempre que impede um governo de maioria, até parlamentar – sem Chega, IL, PAN e JPP, a Albuquerque só lhe resta assumir um inédito governo minoritário –, deixa o PSD dependente de "acordos pontuais" e de uma "matemática de entendimentos" partidários que inevitavelmente, constatam as fontes do DN, só pode levar a dois caminhos.

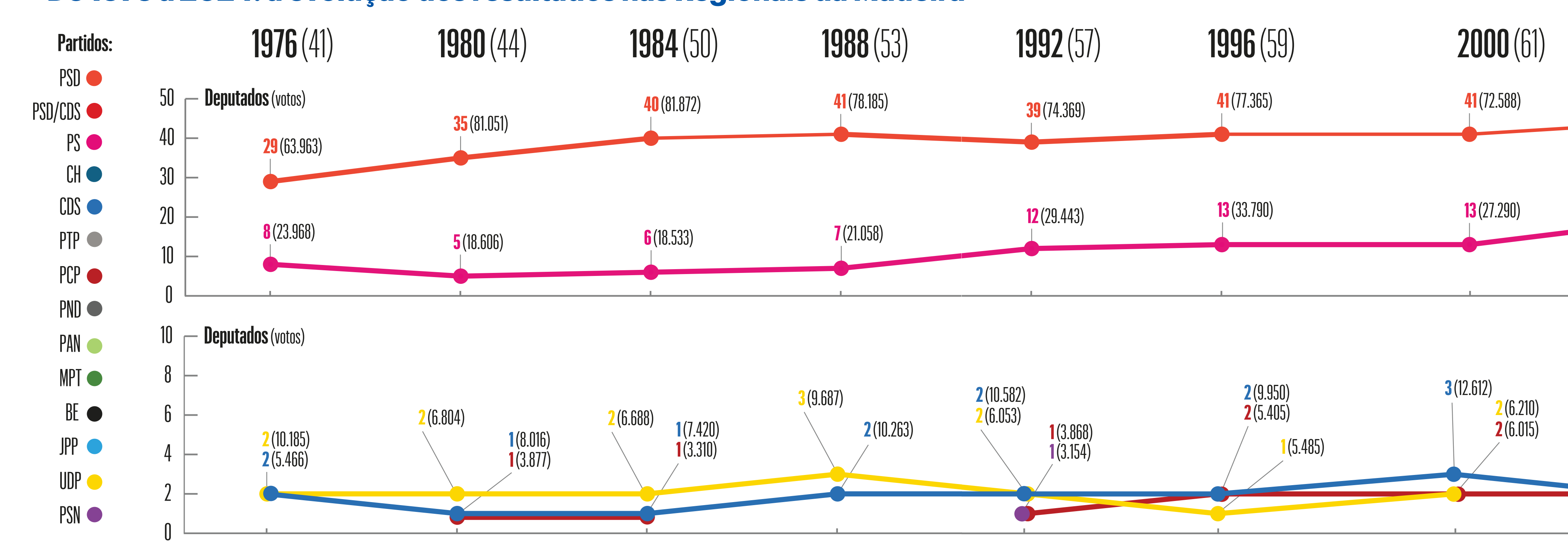
Primeiro: à "vitimização", se o Programa de Governo não for aprovado, atribuindo culpas a JPP e PS pelo "que não se vai fazer" e abrindo, assim, espaço a novas eleições em dezembro deste ano ou janeiro de 2025 e preparando o "regresso ao PSD de sempre". E o segundo caminho também passa pela "vitimização", mesmo com Programa de Governo aprovado, porque "chegará o dia em que a "responsabilidade da inércia" será apontada a PS e JPP.

No primeiro caso – com o chumbo do Programa de Governo que implica a queda do executivo – falta saber quem assumirá logo de imediato essa responsabilidade.

Traduzindo: se nenhum partido recuar no "não é não" a Albuquerque ou a Cafôfo, a Madeira vai de novo para eleições. "Alguém vai ter que recuar no não é não", refere fonte local ao DN.

Possibilidades? Duas: um pro-

De 1976 a 2024: a evolução dos resultados nas Regionais da Madeira







PS e JPP propõem solução conjunta de governo e não vão "viabilizar qualquer solução governativa apresentada pelo PSD".

HOMEM DE GOUVEIA/LUSA

grama de governo com o atual líder do PSD poderia passar com a abstenção de Chega e IL, não sendo de excluir o CDS; sem Albuquerque, a margem de aprovação aumentaria já que só PS e JPP estão contra.

E depois vai o PSD a eleições com ou sem Albuquerque? Alberto João Jardim já no domingo defendeu a saída de Albuquerque, que devia dar o lugar a outro. Ora, o atual número dois é João Cunha e Silva que não é, asseguram fontes do PSD, um nome pacífico no partido, nem junto dos apoiantes de Manuel António Correia e de Jardim. A preocupação? A constante queda desde 2007 e as três eleições sucessivas sem maioria podem levar a que "mais tarde ou mais cedo" o PS ou JPP sejam Governo.

O acordo "histórico"

O PS, liderado por Paulo Cafôfo, conseguiu mais 137 votos do que no ano passado, em setembro, ficando-se pelos mesmos 11 deputados conseguidos por Sérgio Gonçalves, o anterior e inexperiente líder político, que enfrentou nas urnas a coligação PSD/CDS. A repetição do número de eleitos é ligeiramente superior à média desde 1976 e acima do conseguido em 2007 (7), 2011 (6) e 2015 (6). A exceção aconteceu em 2019 com uma subida para 19 deputados. A dificuldade de implantação dos socialistas já dura há 17 502 dias.

No PS, à semelhança do PSD, as divisões internas são visíveis. E os sinais de que a oposição interna se prepara para enfrentar a liderança do "deputado em Lisboa" que "não se decide" pela Madeira vão-se acumulando. Não será no imediato, que ainda há as eleições europeias, e também porque é preciso esperar "para ver" o que vai acontecer nas próximas semanas, mas é certo que o partido precisa de ser "reestruturado de alto a baixo".

O "acordo" para um Governo, ontem anunciado, entre PS e JPP, e que será hoje apresentado ao representante da República para a Madeira, procurará alargar "aos restantes partidos" – exceto PSD e Chega – um "entendimento parlamentar" de "estabilidade". O desafio é deixado aos que "sempre criticaram" na campanha eleitoral Miguel Albuquerque e que o recusam: CDS, IL e PAN.

Paulo Cafôfo e Élvio Sousa deixaram ainda uma promessa: não vão viabilizar "qualquer solução" de Governo social-democrata. E tal como no caso do PSD, a questão de um "entendimento" suscita a mesma dúvida: quem arrisca ser responsável por novas eleições? Certo é que um Programa de Governo PS/JPP só passará se PAN, CDS e IL optarem pela abstenção ou o aprovarem.

E o que o que dizem cada um destes partidos? A IL tem dito aceitar negociar "caso a caso, ponto a ponto, programa a programa, decreto a decreto, orçamento a orçamento. Tudo negociado e tudo o que queiram que tenha o nosso acordo, terá que ser conversado nestes moldes". O PAN aceita ser "solução estável" e diz que os madeirenses "podem contar com a responsabilidade" do partido.Resta o CDS, parceiro do PSD desde 2019, que disse estar "disposto a dialogar com todos os partidos para viabilizar o próximo governo e o orçamento (...) em nome da nossa responsabilidade política".

A grande subida da noite de domingo foi protagonizada pelo JPP que teve mais 8025 votos do que em 2023 e que já nesse ano tinha quase duplicado a votação para perto dos 15 mil eleitores. O partido ficou, agora, perto dos 23 mil votos. O percurso de subida até ao último domingo não está, no entanto, isento de quedas: dos 13 mil votos obtidos em 2015 caíram para os quase 8 mil em 2019 – ano em que PS atingiu o seu máximo.

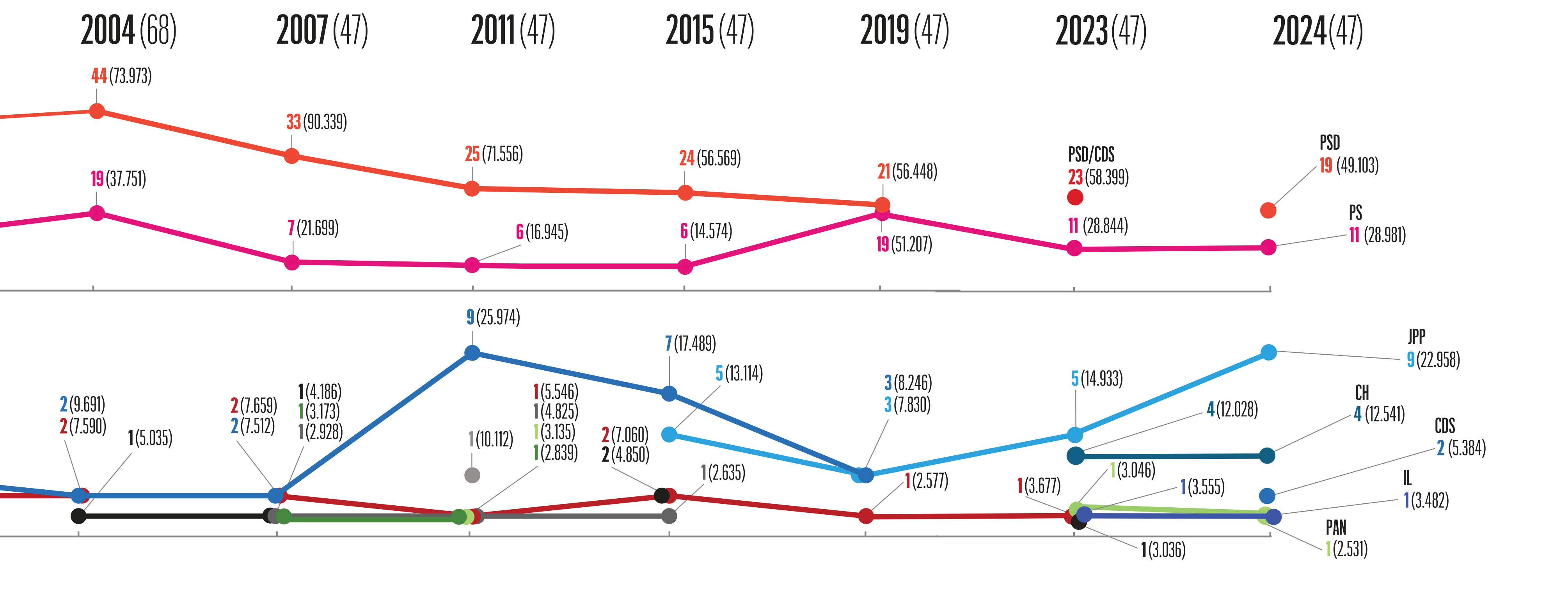
O CDS, que voltou a ir a eleições sozinho [no ano passado foi em coligação com PSD], obteve 5384 votos, um valor abaixo dos 8246 obtidos em 2019 e dos 17488 em 2015.

As quedas marcantes da noite de domingo retiraram BE e PCP da Assembleia Regional. Os bloquistas perderam 1124 votos e os comunistas 1460.

O PAN de Mónica Freitas, que em setembro deu a mão a Albuquerque, perdeu 515 votos; a IL perdeu 73; e o Chega, sem aumentar o número de deputados [manteve os 4] conseguiu mais 513 votos.

E se os partidos se queixaram da abstenção, o facto é que este ano houve mais 496 eleitores a votar do que a 24 de setembro do ano passado.

artur.cassiano@dn.pt



Maioria dos parlamentos limita o que deputados podem dizer – mas uns muito mais que outros

DEMOCRACIA Retirada de palavra, exclusão dos trabalhos, suspensão sem pagamento, multas, remoção de comissões e até expulsão: vários parlamentos ocidentais preveem uma série de punições em caso de violação das regras de conduta dos deputados. Em comparação, o português está entre os mais permissivos. E nada se encontra de similar à nova regra de Aguiar-Branco, segundo a qual ofensas e injúrias só arriscam advertência se dirigidas a presentes.

TEXTO **FERNANDA CÂNCIO**

"A única coisa que lamento a propósito da morte de Margaret Thatcher é que tenha ocorrido provavelmente 30 anos tarde de mais."

A frase, proferida em 2020 (sete anos após a morte da política britânica) por um deputado canadiano no Parlamento Provincial de Alberta, mereceu do respetivo *speaker* (presidente) o que o *Regimento da Assembleia da República Portuguesa* prevê como advertência: reputando o comentário de "totalmente inapropriado", exigiu ao seu autor que o "retirasse", de modo a que fosse riscado da ata. Assim foi: o deputado em causa, Marlin Schmidt, do Novo Partido Democrático (centro-esquerda) pediu desculpa e retirou-o. De outro modo acabaria provavelmente excluído da sessão – como sucedeu, nesse ano, no Parlamento Federal do país, ao líder do mesmo partido, Jagmeet Singh. Tendo apelidado outro deputado de "racista", Singh recusou pedir desculpa e retirar o apodo, sendo-lhe ordenado que saísse.

Situação idêntica ocorreu, em 2004, no Parlamento de Gales (*Senedd*), a Leanne Wood, representante do partido independentista *Plaid Cymru* (Partido do País de Gales). Wood, que viria a liderar o partido de 2012 a 2018, referiu-se à então rainha Isabel II como "Senhora [*Mrs.*] Windsor" durante o debate sobre um discurso da monarca, e recusou retirar a referência quando instada a tal. Como resultado, foi a primeira deputada galesa excluída de uma sessão plenária (o Parlamento de Gales iniciou os trabalhos em 1999).

A advertência da mesa que preside ao Parlamento face a algo que é dito por um deputado (ou outra pessoa que possa ali fazer uso da palavra) é, na verdade, algo bastante comum, como uma pesquisa no Google permite concluir, em várias das assembleias legislativas da *Commonwealth*, seguindo genericamente os regimentos das duas câmaras – dos comuns e dos lordes – do Parlamento britânico. Estes preveem não só a possibilidade de interromper o discurso do deputado – retirar a palavra –, também existente no regimento da nossa AR, como a exclusão (da sessão plenária ou de uma comissão) e até, quando a atuação dos parlamentares for considerada gravemente indigna do Parlamento (*unparliamentary*), a suspensão temporária e até a expulsão.

Suspensos por comentários racistas

O poder disciplinar em causa nestes regimentos – que nuns casos é exercido pela presidência do Parlamento, noutros exige uma votação plenária e,noutros ainda, é aplicado por comissões específicas – não se refere apenas a algo que suceda em plenário ou em comissão, mas a acontecimentos em qualquer área do Parlamento (salas dos partidos, corredores, etc.) e mesmo fora dele.

Se não, vejamos o caso de Michelle Brown, deputada galesa do partido de extrema-direita UKIP (Partido da Independência do Reino Unido) suspensa, sem salário, durante uma semana. Também aqui se tratou de uma primeira vez: nunca fora aplicada uma punição tão grave no *Senedd*. O motivo foi o uso de uma expressão racista, durante uma conversa telefónica com um assessor, a propósito de um deputado negro trabalhista do Parlamento britânico.

Ocorrida em 2016, a conversa foi tornada pública, através de uma gravação, em 2017. O comité da assembleia legislativa galesa então encarregado de avaliar questões de ética – o *Standards Committee*, similar ao Comité de Ética da Assembleia da República – considerou que a forma como Brown se referiu ao deputado, "f*ucking coconut*" (o termo "coco" é usado, com intuito pejorativo, em relação a alguém que, tendo pele escura, age "como um branco"), pôs em causa a dignidade do *Senedd*, recomendando a suspensão da deputada. Brown negou ter usado uma expressão racista, mas, e apesar do protesto do líder do UKIP galês – que frisou tratar-se de uma conversa privada, que nunca deveria ter sido tornada pública, e acusou os deputados de quererem policiar as vidas uns dos outros –, a pena foi aprovada pela maioria em sessão plenária.

"O livre debate democrático não pode permitir tudo. Certamente não insultos, certamente não racismo, qualquer que seja o objetivo. É a negação dos valores republicanos que nos unem nesta câmara."
(Yaël Braun-Pivet, presidente da Assembleia Nacional francesa)

Também numa suspensão decretada em 2023 na Câmara dos Comuns, e de que foi alvo o deputado trabalhista Neil Coyle, estiveram em causa comentários considerados racistas, denunciados por um jornalista. Este, sino-britânico, contou que tinha encontrado Coyle num bar do Parlamento e que este se referia à China como "Fu Manchu" (vilão chinês ficcional) e lhe dissera que ele parecia estar envolvido em ofertas de dinheiro a um outro deputado trabalhista que se acreditava ter recebido somas importantes de uma mulher que veio a ser acusada de ser uma agente chinesa.

Face ao relato, o Partido Trabalhista suspendeu o mandato a Coyle enquanto durasse a investigação do Parlamento. Esta concluiu, um ano depois, que Coyle violara a política antiassédio da instituição, suspendendo-o por três dias e ordenando-lhe que apresentasse um pedido de desculpas.

Um recurso de Coyle (os deputados podem tentar recorrer das decisões), foi rejeitado pelo comité independente de peritos que decide sobre este tipo de punições, o qual argumentou: "Os comentários em causa são inaceitáveis e constituem assédio, uma vez que violaram a dignidade do queixoso, criando um ambiente intimidatório, hostil, degradante, humilhante e ofensivo. A natureza racista dos comentários é uma séria agravante."

O Código de Conduta da Câmara dos Comuns estipula que os "membros têm a obrigação de respeitar a lei, including a lei geral contra a discriminação, e agir em todas as ocasiões de acordo com a confiança que neles é publicamente depositada".

O Parlamento português é dos mais permissivos quanto ao que podem dizer os deputados

"O livre debate democrático não pode permitir tudo"

Também no Parlamento francês uma frase considerada racista determinou, em 2022, a suspensão, por 15 dias – a punição máxima de acordo com o Regimento, até então apenas uma vez decretada desde 1958, e que implica, além de proibição de participar nos trabalhos parlamentares por 15 dias, receber metade do salário durante dois meses – de um deputado do Rassemblent National (Reagrupamento Nacional/RN, partido de extrema-direita liderado por Marine Le Pen).

Durante uma sessão de perguntas ao Governo, a 3 de novembro daquele ano, o deputado negro Carlos Martens Bilongo, do partido de esquerda França Insubmissa, falava do "drama da imigração ilegal" quando se ouviu "volta para África" ou "voltem para África". "Quem pronunciou essa frase", perguntou a presidente da Assembleia, Yaël Braun-Pivet, que primeiro ordenou a suspensão da sessão por cinco minutos e a seguir interrompeu por considerar não existirem condições para prosseguir.

Identificado o autor da frase –


PAULO SPRANGER / GLOBAL IMAGENS

Grégoire de Fournas, do RN –, esta foi condenada por todos os partidos, à exceção do seu. Fornas defendeu-se alegando que não dirigira a frase a Bilongo, mas aos imigrantes, porém quer o partido maioritário – Renascimento, de Emmanuel Macron – quer a coligação de esquerda (NUPES) consideraram a distinção irrelevante, argumentando que, em qualquer caso, se trata de um apelo racista.

No dia seguinte, o gabinete/mesa do Parlamento, a mais alta autoridade parlamentar, composta pelo presidente, por seis vice-presidentes (dos quais dois membros do RN, que se abstiveram), três gestores e 12 secretários – 22 pessoas ao todo – ouviu Fournas e decidiu aplicar-lhe a sanção de suspensão máxima. A decisão foi comunicada pela presidente ao plenário, que a confirmou por maioria simples (só o RN não a aprovou).

Após a votação, a presidente afirmou: "O livre debate democrático não pode permitir tudo. Certamente não [permite] insultos, certamente não racismo, qualquer que seja o objetivo. É a negação dos valores republicanos que nos unem nesta câmara." Já no dia anterior, a então primeira-ministra, Elisabeth Borne, tinha proclamado: "Não há espaço para o racismo na democracia."

"Até junho [de 2023, a Casa dos Representantes havia censurado os seus membros apenas 24 vezes ao longo da história. Mas as resoluções de censura têm aumentado nos últimos meses. Na primeira semana da legislatura, a Casa examinou duas e desde então mais três foram apresentadas."
New York Times, novembro de 2023

A censura no Parlamento dos EUA

Nem naquele que é considerado por muitos o país expoente da liberdade de expressão – os Estados Unidos da América – os deputados estão livres de reprimenda e censura (são exatamente estas as expressões utilizadas para duas das sanções previstas no regimento) quanto ao que dizem, quer na câmara baixa (Câmara dos Representantes) quer na alta (Senado), ou fora delas.

Testemunho disso é a censura – sanção que está, como escreveu a Associated Press a propósito, "apenas um degrau abaixo da expulsão" – da representante democrata do Michigan Rashida Tlaib, a única palestiano-americana na câmara baixa, ocorrida a 7 de novembro de 2023.

Na resolução que propôs a sanção, da autoria de um congressista republicano, Tlaib era acusada de "propalar falsidades sobre Israel e o ataque de 7 de outubro", "apelar à destruição do Estado de Israel" e ter, nas 24 horas subsequentes ao 7/10, defendido "as violações brutais, homicídios, decapitações e sequestros" atribuídos ao Hamas como "resistência" ao "estado *apartheidista*". Esta alegada defesa, de acordo com o *New York Times*, referir-se-á a um comunicado da deputada, de 8 de outubro de 2023, no qual, sem mencionar o Hamas, lamenta "as vidas palestinianas e israelitas perdidas ontem, hoje, e em qualquer dia", e afirma que "o caminho do futuro deve incluir o fim do bloqueio [a Gaza], da ocupação, e o desmantelamento do sistema de *apartheid* que cria as condições sufocantes e desumanizantes que podem levar à resistência".

Aprovada pela maioria dos republicanos e por 22 democratas, numa votação de 234 contra 188, a resolução não especifica onde e quando os atos merecedores de censura ocorreram, à exceção de um: o alegado apelo à destruição de Israel é situado na publicação nas redes sociais, a 3 de novembro de 2023, do *slogan* "Do rio ao mar, a Palestina será livre". O qual, lê-se na resolução, "é generalizadamente reconhecido como um apelo genocida à violência e à destruição de Israel e do seu povo, para, em seu lugar, instituir um Estado Palestiniano do Rio Jordão ao Mar Mediterrâneo".

O *slogan*, considerado antissemita pela Liga Antidifamação – uma organização judaica internacional sediada nos EUA que se apresenta como visando combater o discurso de ódio e a desinformação –, foi, no debate sobre a resolução de censura, defendido por Tlaib como constituindo "um apelo à liberdade, aos Direitos Humanos e coexistência pacífica, não morte, destruição e ódio". Comovida, acrescentou: "Não consigo distinguir os gritos das crianças palestinianas dos das israelitas."

Entre os democratas, houve quem combatesse a resolução apelidando-a de islamofóbica e discriminatória. E, apesar de a maioria dos republicanos terem votado a favor da sanção, levantaram-se vozes discordantes, como a de Kenneth Buck, representante do Colorado. "Não nos cabe censurar alguém porque não concordamos com o que diz", proclamou Buck. "Deve ser o Comité de Ética a lidar com o assunto. Não voto a favor de moções de censura a não ser que se refiram a condutas muito graves."

Na trincheira oposta, o democrata Bradley Schneider certificou: "Sempre defenderei o direito à liberdade de expressão. Tlaib tem o direito de dizer o que quiser. Mas não pode ficar sem resposta."

"Espero que estejamos a estabelecer um claro padrão para o que não toleraremos"

Tlaib foi a segunda congressista muçulmana a ser formalmente advertida pelas suas posições em relação ao conflito israelo-palestiniano; antes dela, a também democrata Ilhan Omar foi "removida" da Comissão de Assuntos Estrangeiros por comentários similares.

A remoção de comissões é outra das sanções possíveis no Congresso americano, aplicada por exemplo à republicana Marjorie Taylor Greene, em 2021, devido ao que foi descrito como "comentários incendiários e aparente apoio à violência contra democratas" – apoio expresso em "*likes*" a *posts* que defendiam essa mesma violência.

Na votação respeitante à deputada republicana, 11 colegas de bancada aprovaram a medida, que se fundamentou em atos de Greene prévios à sua eleição.

Facto que um representante republicano, Thomas Cole, considerou "abrir um precedente": "O que a maioria está aqui realmente a propor é um novo critério para punir membros do Congresso a propósito de condutas que tiveram ainda antes de serem membros, ou sequer candidatos." Já o democrata James McGovern disse esperar precisamente que a votação abrisse um precedente: "Espero que estejamos a estabelecer um claro padrão para aquilo que não toleraremos. Quem quer que seja que sugira meter uma bala na cabeça de um membro desta casa não deve poder integrar qualquer comissão, ponto final."

A tendência no Congresso americano parece ser, de facto, no sentido de uma menor tolerância face ao que os membros dizem, independentemente do local ou até do momento. Como nota o *New York Times* a propósito do caso Tlaib, as propostas de censura de deputados têm vindo a multiplicar-se: "Até junho [de 2023], a Câmara dos Representantes havia censurado os seus membros apenas 24 vezes ao longo da história. Mas as resoluções de censura têm aumentado nos últimos meses (…). Na primeira semana da legislatura (…) a Câmara examinou duas resoluções de censura e desde então mais três foram apresentadas."

Também noutros Parlamentos as punições aplicadas estão em crescendo. Isso mesmo notou a presidente do *Bundestag* (Parlamento Alemão), a social-democrata (SPD) Bärbel Bas, em setembro de 2023, referindo que número de medidas disciplinares aplicadas estava muito acima do nível das legislaturas anteriores, e frisando: "Caros colegas, todos sabemos que o discurso e a resposta são determinantes para um debate argumentativo e pacífico. Quem se serve do discurso para emitir provocações, generalizações e banalidades, quem insulta e agride, fica à margem do discurso argumentativo."

De facto, como noticiou o jornal alemão *Süddeutsche Zeitung* em janeiro de 2024 (tradução da *blogger* Helena Araújo), "o número de vezes que os deputados foram chamados à ordem aumentou consideravelmente. Só no ano passado, a presidência do Parlamento recorreu a este instrumento 51 vezes para penalizar deslizes verbais e outros comportamentos incorretos. Este número foi superior ao registado em toda a legislatura anterior, de 2017 a 2021, na qual, de acordo com um resumo do *Bundestag*, foram

continua na página seguinte »

» continuação da página anterior

emitidas 49 chamadas à ordem. Daquelas 51, 30 foram para a AfD [Alternativa para Alemanha, partido de extrema-direita]. Dois deputados (Beatrix von Storch, da AfD, e Michael Schrodi, do SPD) chegaram a ser penalizados com uma coima de 1000 euros cada um.

As estatísticas sobre as medidas disciplinares impostas em cada legislatura por violação das normas ou da dignidade do Parlamento mostram claramente que o ambiente se tornou muito mais áspero com a entrada da AfD, nas eleições de 2017. Em toda a anterior legislatura (2013 a 2017), apenas tinham sido emitidas duas chamadas à ordem, e apenas uma na 17ª legislatura."


PAULO SPRANGER / GLOBAL IMAGENS

O Chega abriu o debate sobre o limite da liberdade de expressão.

"Estamos perante uma desinibição planeada e um embrutecimento organizado"

Este aumentar da tensão levou o Parlamento da província alemã da Baviera a debater, em abril deste ano, uma mais dura punição dos deputados que ali, ou noutras situações, se conduzam de forma inadequada, aumentando a multa para até 4000 euros e a duração da exclusão (de participação).

Também a vice-presidente do *Bundestag*, a cristã-democrata (CDU) Yvonne Magwas, defendeu, numa entrevista publicada a 17 de maio, o endurecimento do regimento do parlamento federal: "As medidas disciplinares do regulamento do Parlamento ainda têm um certo efeito. No entanto, também nos apercebemos de que é necessário tornar este regulamento mais rigoroso. Penso, por exemplo, que temos de trabalhar muito mais com o instrumento das coimas em vez das repreensões. A alteração está atualmente em curso. Os partidos da coligação e da oposição democrática estão a dialogar sobre o assunto e nós, enquanto Comissão Executiva, apresentámos propostas. As conversações chegaram agora a uma fase muito concreta."

Reconhecendo que "as chamadas à ordem [advertências] são vistas pelos deputados da AfD como troféus", e que "a difamação é usada para desafiar os limites do que pode ser dito", Magwas frisa que "infelizmente, as palavras são seguidas de atos", exemplificando com o que sucedeu ao eurodeputado do SPD Matthias Ecke, no princípio deste mês foi barbaramente atacado em Dresden quando andava a colar cartazes, ficando com vários ossos da face partidos.

"O número de ataques diretos contra campanhas eleitorais e políticos aumentou consideravelmente", aflige-se a vice-presidente. "Há tentativas de intimidação, ameaças, injúrias, roubos e vandalismo. Costumamos colocar cartazes durante a noite porque há menos tráfego e porque é quando os voluntários podem. Hoje em dia, temos de avisar a polícia para que mande uma patrulha para manter a segurança."

À revista *Der Spiegel*, Ecke responsabilizou a extrema-direita pelo sucedido: "A AfD envenenou o clima social nos últimos anos. Estamos perante uma desinibição planeada e um embrutecimento organizado, que são ações deliberadas da AfD, em conjunto com outras estruturas de extrema-direita."

Em maio de 2023, na sequência da pateada, com gritos e cartazes insultuosos, protagonizada pelo grupo parlamentar do Chega na sessão do 25 de Abril, enquanto o presidente do Brasil discursava, o então presidente da Assembleia da República (PAR), o socialista Augusto Santos Silva, apresentou um "apanhado" de direito comparado relativo aos regimentos de 12 Parlamentos da Europa, incluindo o próprio Parlamento Europeu (que, tal como o alemão, pune com suspensões e multas as violações do Código de Conduta).

Uma vez que o regimento do Parlamento português prevê apenas a advertência e a possibilidade de retirar a palavra a um deputado que use discurso "ofensivo ou injurioso", a ideia de Santos Silva seria impor punições mais duras, que poderiam ir até à suspensão de mandato até três meses, sem salário. Nada tendo sido, entretanto, decidido nesse sentido, o atual PAR entendeu dar o sinal oposto. Depois de, em sessão, ter afirmado que no seu entender um deputado pode referir-se de forma racista e/ou xenófoba a "uma determinada raça ou etnia", por exemplo dizendo que esta é "mais burra ou menos digna", exarou um documento visando clarificar a sua posição.

Neste, embora reconhecendo que a liberdade de expressão não é um direito absoluto, Aguiar-Branco reitera que não cabe ao PAR a "avaliação da bondade do discurso político" dos deputados", "instituir uma cultura de cancelamento linguístico" ou assumir-se como "guardião do aceitável e do politicamente correto".

O PAR parece também, ao restringir a sua atuação aos casos em que haja "injúrias, ofensas ou ameaças entre os intervenientes", abrir a porta a que no Parlamento, onde os deputados gozam de imunidade (ou seja, estão protegidos de ação penal), possam ocorrer calúnias, difamações e ameaças desde que não tenham os intervenientes dos debates parlamentares como alvo.

"As medidas disciplinares do regulamento do Bundestag ainda têm um certo efeito. No entanto, também nos apercebemos de que é necessário tornar este regulamento mais rigoroso. Penso, por exemplo, que temos de trabalhar muito mais com o instrumento das coimas em vez das repreensões."
(Yvonne Magwas, vice-presidente do Parlamento Federal alemão)



Opinião
Bernardo Ivo Cruz

A Europa e o mundo

Que quase tudo mudou com a invasão da Ucrânia pela Rússia e com o ataque do Hamas a Israel, e a resposta de Telavive, ninguém tem dúvidas. Mas, e infelizmente, essas não são as únicas aflições do mundo pois os conflitos no Sahel, no Sudão, na Etiópia, na Somália, na Líbia, na Síria, no Azerbaijão, no Congo ou no Haiti, para nomear apenas alguns, não desapareceram só porque a nossa atenção coletiva está monopolizada pelo que se passa na fronteira leste da Europa e o Médio Oriente.

Se alguns destes conflitos nasceram da violação flagrante do Direito Internacional, como é o caso da decisão de Putin em invadir um Estado soberano e membro das Nações Unidas ao mesmo tempo que a Rússia exercia a presidência do Conselho de Segurança ONU, outros resultam da degradação progressiva da situação económica e social e da incapacidade de os Estados e Governos ajudarem as populações afetadas, criando as condições para o chamado "Triplo-Nexo Desenvolvimento-Humanitário-Segurança". Ou seja, quando as crises de desenvolvimento impactam na vidas das pessoas ao ponto de gerarem violência e conflitos.

No caso da violação da *Carta das Nações Unidas* pela Rússia, a UE tem apoiado económica e politicamente Kiev, tem enviado equipamento, tem mantido Moscovo sob um conjunto significativo de sanções e recebeu um número muito relevante de refugiados da Ucrânia. E sejamos honestos e reconheçamos que, no quadro das instituições e instrumentos à sua disposição, pouco mais poderá a UE fazer num conflito desta natureza.

Já o mesmo não será verdade nos conflitos que resultam das condições económicas e sociais das populações. Reconhecendo-se que existe, como postula o "Triplo-Nexo", uma sequência entre a degradação social que resulta em crises humanitárias que acabam em ciclos de violência, então a resposta estará em prevenir que as dificuldades no desenvolvimento dos países e regiões atinjam um grau tão sério que leve aos efeitos referidos. Ou seja, se formos capazes de agir no apoio ao desenvolvimento, poderemos impedir o efeito de dominó. E aqui, a União Europeia, tratando-se de uma das organizações mundiais que mais recursos dedica ao apoio ao desenvolvimento sustentável, tem os instrumentos e poderá ter a capacidade para agir no que a Nações Unidas chamam a Diplomacia Preventiva.

A Diplomacia Preventiva, cujo conceito foi estabelecido nos finais do Anos 50 do século. passado, é tão fácil de explicar como é difícil de implementar, pois pressupõe que os líderes dos países em dificuldades, reconheçam que as coisas não estão a correr bem e que precisam de ajuda. Ou seja, assenta numa ideia generosa sobre a qualidade e os propósitos das pessoas que estão ao comando dos Estados.

Para ultrapassar orgulhos, desconfianças, preocupações, incapacidades ou simples incompetências, a UE terá de ser capaz de estabelecer uma relação de confiança e de abertura com os países e com as populações afetadas, centrada numa agenda de desenvolvimento que faça sentido para quem precisa de ajuda e não apenas para quem a oferece. Se a União Europeia quiser estabelecer as fundações para promover os princípios de democracia e Direitos Humanos que regem a sua presença no mundo, terá de obter resultados e isso implica compreender as realidades, condicionantes, objetivos e atores locais. Portugal, pela sua tradição diplomática e pela forma como se relaciona no mundo, tem muito a oferecer para o sucesso de uma Diplomacia Preventiva da UE.

Professor Convidado IEP/UCP


EPA / CHEMA MOYA

Zelensky recebeu ontem do presidente do Governo espanhol, um apoio extra de 1,1 mil milhões de euros.

Zelensky estará hoje em Lisboa para assinar acordo

VISITA Paulo Rangel revela que entendimento entre Portugal e Ucrânia visa a cooperação a vários níveis entre os dois países durante 10 anos.

TEXTO **JOÃO FRANCISCO GUERREIRO**, EM BRUXELAS

O presidente ucraniano Volodymyr Zelensky e o Governo de Portugal assinam hoje, em Lisboa, um acordo que permitirá dar uma estrutura ao apoio à Ucrânia, durante os "próximos 10 anos". De acordo com Paulo Rangel, ministro dos Negócios Estrangeiros, as negociações foram aceleradas "no último mês e meio", sendo que ficará concluído agora, aproveitando a visita do chefe de Estado da Ucrânia a Portugal.

Rangel referiu ontem, à margem de um Conselho de Negócios Estrangeiros, em Bruxelas, que esta visita de Zelensky tem "duas finalidades principais": por um lado, estabelecer "um quadro de relacionamento bilateral sistematizado"; por outro, "agradecer o apoio de Portugal" aos ucranianos desde a invasão da Rússia.

"A Ucrânia quer agradecer o esforço que Portugal tem feito, e que tem sido bastante grande ao longo destes dois anos, de total solidariedade com a situação do país com a necessidade de restabelecer a soberania e integridade territorial da Ucrânia", afirmou Paulo Rangel, acrescentando que "o acordo político entre Portugal e a Ucrânia abrange diversas áreas de cooperação, como assistência humanitária, financeira, militar e política", detalhou o ministro, precisando que este acordo "foi concluído há três semanas". "Tem um horizonte de dez anos, foi acelerado para ser assinado amanhã [hoje] durante a visita, destacando a solidariedade de Portugal com a Ucrânia e o esforço para restabelecer a soberania e integridade territorial da Ucrânia", reforçou Rangel.

O ministro dos Negócios Estrangeiros acrescentou que este acordo "visa sistematizar todo o apoio dado até agora" e "proporciona um quadro estável e de negociação bilateral".

Questionado sobre a dimensão financeira do acordo, tendo em conta que Madrid anunciou ontem, durante a visita de Zelensky a Espanha, um apoio extra de 1,1 mil milhões euros, o ministro português disse que, no caso de Portugal, "não é facilmente quantificável", dado o "grande número" de rubricas e a sua extensão no tempo.

> O ministro dos Negócios Estrangeiros diz que o acordo entre os dois países abrange a cooperação no âmbito da "assistência humanitária, militar financeira e política".

Paulo Rangel foi também questionado sobre a proposta do secretário-geral da NATO, Jens Stoltenberg, que ontem mencionou a necessidade de revisão da estratégia de autorização da utilização de armas dos países-membros para ataques a alvos militares em território russo. Segundo o ministro, Portugal discutirá estas questões numa reunião com secretário-geral da NATO, abordando também outros temas de segurança, incluindo o Médio Oriente e o flanco sul, para fazer um balanço das questões relacionadas com a guerra na Ucrânia.

Zelensky janta com Marcelo

Os pormenores da visita de Zelensky a Lisboa não foram revelados, provavelmente por questões de segurança, devendo chegar ao início da tarde.

Certo é que o presidente da Ucrânia terá uma reunião de trabalho com o primeiro-ministro Luís Montenegro, durante o qual será assinado um acordo entre os dois países, sendo depois recebido pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, com quem deverá jantar no Palácio de Belém.

dnot@dn.pt

“Nunca pensei, mas aos 80 anos tenho três empregos”

IDADE Mais de 200 mil portugueses trabalham depois dos 65 anos e 13% (cerca de 26 mil) fazem-no após a reforma. O engenheiro Jaime Braga continua no ativo aos 80 anos, a médica Nídia Zózimo mantém-se no hospital aos 70 e Constatino Sakellarides, depois de uma carreira intensa, dedica-se à Fundação para a Saúde aos 83 anos. Todos lutaram com a doença, mas não pensam na idade.

TEXTO **CARLA AGUIAR**

Ter dois empregos não é para todos. Ter três só serve a muito poucos. E se isso acontecer aos 80 anos, então podemos estar perante um caso de estudo. Mas essa é a história de vida de Jaime Braga, “bem nascido a 5 de outubro de 1943”, filho de um diretor de serviço “no tempo em que o cargo dava direito a vénia”, engenheiro mecânico e que, por acasos e méritos, é cumulativamente secretário-geral da Associação Portuguesa de Produtores de Biocombustíveis, assessor de direção da Confederação Empresarial Portuguesa e ainda coordenador técnico da Federação Nacional das Indústrias Oleaginosas. “Nunca pensei, é verdade, mas aos 80 anos tenho três folhas salariais”, diz, sem queixume ou exaltação, apenas com a naturalidade de quem se levanta de manhã para trabalhar como para respirar. Jaime é um caso raro de longevidade profissional e um dos mais de 209 mil portugueses que continuam no ativo após os 65 anos, sendo que 13% o fazem após a reforma, segundo o Instituto Nacional de Estatística.

O engenheiro já leva 13 anos de trabalho sobre a idade legal de aposentação, que aconteceu em 2011. Um episódio marcante ocorrido em 1995 terá ajudado a traçar-lhe o percurso invulgar. Era então diretor-geral da Empresa Nacional de Sabões, mas com o choque da adesão à União Europeia, a empresa entrou em agonia, teve de despedir mais de metade dos trabalhadores, e acabou por ficar desempregado aos 51 anos, com mais de 6 mil contos de salários em atraso nunca pagos . “Era muito dinheiro na época”, diz. “Deitei as mãos à cabeça, e agora? Tenho uma família para sustentar, o que é que eu sei fazer?”

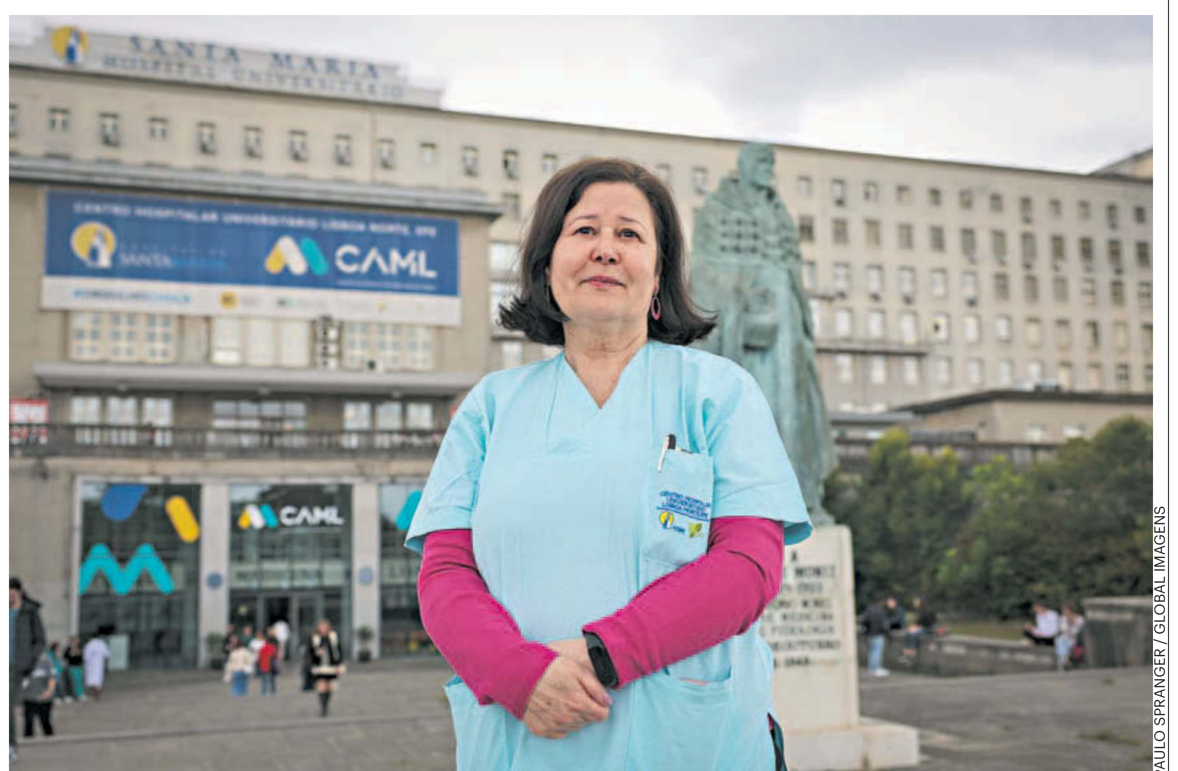
Por sorte, não teve de esperar muito e o telefone tocou para o convidarem para “uma coisa novíssima em Portugal: coordenar a adaptação ambiental das empresas às regras da União Europeia, numa iniciativa governamental em articulação com a CIP. A ignorância dos empresários nesta matéria era total e foi um banho de educação popular”. Correu tão bem que, até hoje, as organizações que serviu na altura não prescindem dele. “Enquanto me quiserem estou aqui.” Mas também sente a missão de “tentar evitar que aconteça a outros o que me aconteceu, quando fiquei desempregado e tive de despedir, custa-me aceitar que os facilitismos da administração pública, a insensibilidade e a incompetência de quem manda ponham em causa empresas e postos de trabalho”.

Por outro lado, o desemprego aos 51 anos marcou-o ao ponto de ter decidido “nunca mais pôr os ovos todos no mesmo cesto”. Mas isso obriga-o a uma certa ginástica, até porque os seus dias são bem preenchidos entre reuniões do conselho consultivo de entidades do setor energético, *webinars*, entrevistas a revistas ou artigos. “Raramente começo a trabalhar antes das 9.00 e acabo depois das 18.00. Trabalho é depressa e sou organizado, não hesito muito para saber o que vou dizer ou escrever. Tenho 80 anos, os meus olhos têm 80 anos, as pernas talvez menos 20, limito-me a acordar todos os dias com a noção de que tenho de trabalhar, até porque ainda tenho responsabilidades familiares.”

Para quem começou aos 22 anos no projeto da primeira Central Termoelétrica do Carregado, se tornou professor no Instituto Superior Técnico e já leva quase 60 de atividade, dir-se-ia abençoado pela genética com uma saúde de ferro. “Nem por isso. Aos 73 anos uma pneumonia, em 2002 um grande AVC – depois de 29 anos sem uma baixa médica – e ainda um cancro no cólon que não me matou. Dois irmãos morreram com cancro e eu já me safei de duas. Como é que não hei de estar grato?” E medicação, toma? “Sim, tomo o chamado *kit* da terceira idade e funciona lindamente”, diz, com uma gargalhada, enquanto é chamado para mais uma reunião de direção.

209

Mil portugueses trabalham e mantêm descontos depois dos 65 anos, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística. 13% dos quais, prolongam atividade após a reforma.



PAULO SPRANGER / GLOBAL IMAGENS

Nídia Zózimo, a dias de completar 70 anos, pondera continuar a trabalhar no Hospital de Santa Maria.

“A vida é algo que acontece”

A última vez que Nídia Zózimo fez as contas tinha 45 anos, seis meses e 28 dias de trabalho dedicados à medicina. A poucos dias de completar 70 anos e de atingir a idade limite para o trabalho em funções públicas, a médica que ainda cumpre 35/40 horas semanais no Hospital de Santa Maria ainda não está preparada para abandonar a profissão e ir para o sofá ver televisão. “Se me fizerem a proposta de um contrato de 18 horas aceito, se for 40 horas nem pensar.”

A trabalhar em exclusividade para o Serviço Nacional de Saúde desde 2006, e “a dormir com o telemóvel sempre ligado à cabeceira”, depois de ter acumulado com o Hospital da Cruz Vermelha durante 20 anos, continua a gostar do que faz. “Não são os doentes que me chateiam, o que custa mais são as condições de trabalho e, muitas vezes, o ambiente. Felizmente tenho sorte e no meu serviço – Unidade



Jaime Braga, fotografado no seu gabinete de trabalho na APPB, ao fim de quase 60 anos de trabalho.

PAULO SPRANGER / GLOBAL IMAGENS

> “Aos 73 anos uma pneumonia, em 2002 um AVC e ainda um cancro no cólon que não me matou. Dois irmãos morreram com cancro e eu já me safei de duas. Como é que não hei de estar grato?”. E medicação, toma? “Sim, tomo o chamado *kit* da terceira idade e funciona lindamente”, diz, com uma gargalhada, enquanto é chamado para mais uma reunião de direção.

4,7%

Bónus Os trabalhadores que prolongam a sua atividade após a idade legal de aposentação têm uma bonificação. A percentagem de trabalhadores que a recebe é de 4,7%.



> *“O meu lema de vida é não ter medo do futuro e fazer o que devemos fazer. Na reforma, devemos reduzir o tempo a zero e preenchê-lo. O tempo é a única coisa que nos resta e o que fazemos com ele. Adoro os meus netos, mas o meu tempo é o meu tempo.”*
>
> **Constatino Sakellarides**
> *Professor jubilado*

Gastro – o ambiente é bom, se não fosse já me teria ido embora, porque isto é sobretudo um trabalho em equipa”, diz a profissional que fez Urgências até aos 66 anos.

Enérgica e desconcertante, Nídia admite que “a medicina nunca foi uma paixão”. “Preferia a Astrofísica, mas foi uma escolha de que nunca me arrependi”. Algum segredo para se manter numa atividade tão exigente à beira dos 70 anos? “Nunca pensei na idade, só tive uma crise de idade aos 30, depois nem tenho a noção do tempo”, diz a profissional que ainda arranjou tempo para o sindicalismo. Hoje, tem a noção de que, no envolvimento e na vertigem da urgência, a família acabou algo sacrificada. “Casei-me aos 20, sabe, e acho que sou agora melhor avó do que fui mãe para as minhas filhas.”

Apesar do entusiasmo pela sua profissão, não a recomenda à descendência. “A minha neta mais velha foi a única, em 13 netos, a querer ir para Medicina. Foi um choque para mim. Imaginar que ela não vai ter tempo para a família e não vai ter Natais. Agora já me habituei à ideia, mas foi um choque”.

“Nunca planeei nada, a vida acontece. Quando fui trabalhar para a Unidade de Transplante na Cruz Vermelha, por exemplo, não foi planeado. Mas confesso que ir lá fora e sermos vistos como os melhores do mundo é uma sensação ótima”. A vitalidade e vontade de continuar pressupõem uma saúde forte. Mas, tal como no caso de Jaime Braga, não é necessariamente assim. “Podia ter morrido aos 26 anos, estive internada três meses, tive várias cirurgias e complicações cirúrgicas e uma depressão pós-parto, em que cheguei a ter 30 e poucos quilos e, mais recentemente, foi-me diagnosticada uma tiroidite, que é algo que provoca muita fadiga”. Apesar de toda essa bagagem, “ainda me divirto a trabalhar, antes aprendia com os mais velhos, agora é com os colegas jovens e com os doentes”. E, admite, não liga muito à saúde, o que é, diz, “bastante frequente nos médicos, que se automedicam com ansiolíticos e antidepressivos para conseguirem, às vezes, enfrentar situações de trabalho muito duras”. Caso não receba uma proposta de contrato de trabalho a tempo reduzido, Nídia sabe que vai encontrar áreas de interesse. “Seja a astrofísica, as artes ou o sindicalismo, não planeio nada. A vida é algo que acontece”.

38,5%

Proporção de pessoas que deixam o mercado de trabalho antes de garantirem o acesso à pensão integral e que, por isso, foram penalizadas no valor da prestação que recebem.

A vocação que veio de África

Moçambique é o marco mais importante na longa e estimulante carreira de Constantino Sakellarides. Não só foi lá que nasceu há 83 anos, neto de emigrantes gregos, como foi onde viveu a experiência mais desafiante enquanto médico rural na Província da Beira, nos seus 20 e poucos anos, e que viria a influenciar o seu interesse pela Saúde Pública, área em que se tornou especialista, dirigente público e consultor internacional.

Para além de diretor-geral de saúde e presidente da ARS de Lisboa, exerceu muito tempo como professor na Escola Nacional de Saúde Pública, da qual só se reformou no limite da idade, há mais de uma década. Atualmente, trabalha na Fundação para a Saúde que criou para produzir conhecimento, análise e debate para o desenvolvimento do Serviço Nacional de Saúde.

“Quando me formei aos 23 anos não gostei muito da experiência hospitalar e inscrevi-me no quadro médico comum do Ultramar, no final da década de 60, indo parar a uma região rural na Província da Beira. Ali a prescrição é mínima, trabalhava-se com as mãos, estava sozinho no meio do mato onde fazia obstetrícia, cirurgia e traumatologia e onde o principal desafio era fazer cesarianas sem os meios adequados, em situações muito difíceis onde as grávidas já me chegavam com com os bebés em sofrimento fetal.”

Essa experiência, num meio com elevada mortalidade infantil, tuberculose e malária, traçou-lhe a vocação para a Saúde Pública. Foi convidado pela Universidade de Lourenço Marques, depois ganhou uma bolsa na Universidade de Houston, no Texas, onde acabaria por se doutorar em Saúde Pública.

Quando voltou, já no pós-25 de Abril, organizou a gestão dos primeiros centros de saúde-piloto em áreas urbanas, “uma experiência muito interessante que suscitou, inclusive, o interesse e visita de peritos da OMS”. O modelo de organização deu-lhe visibilidade e foi convidado para o implementar em Espanha. A seguir veio a passagem pela Organização Mundial de Saúde, durante oito anos, como diretor do Departamento de Política do Serviço de Saúde. E não mais deixou de viajar como especialista convidado para conferências internacionais, mesmo já depois de se ter reformado.

“Um dia estava numa conferência, já não sei onde, olhei em volta e parecia o pai daquela gente toda, foi quando pensei que bastava, era hora de dar o lugar aos mais novos”.

Constantino mantém atividade regular na fundação, que realiza conferências, como “os estados gerais do SNS”, e à qual dedica quatro horas por dia. O resto é dedicado à escrita – está a trabalhar no seu segundo livro enquanto recupera de uma cirurgia de remoção de um tumor no intestino –, ao lazer e à família. Adora estar com os netos, mas precisa do seu tempo e é muito claro a definir que “o meu tempo é o meu tempo”.

“Não ter medo do futuro e fazer o que achamos que devemos fazer”, é o seu lema de vida. “Muita gente diz que quando se reformar vai ter tempo, pois eu digo: recusem esse tempo, preencham-no, porque a única coisa que nos resta é o tempo”.

Plano de Emergência será apresentado após reunião do Conselho de Ministros desta semana

SAÚDE A AD prometeu em campanha um plano para resolver as maiores fragilidades do SNS ao fim de 60 dias da tomada de posse. E, segundo apurou o DN, este será apresentado esta semana, podendo ser já amanhã, se a reunião do Conselho Ministros se realizar tal como estava previsto em agenda. As medidas serão anunciadas por Luís Montenegro, tal como aconteceu com o novo aeroporto e com os novos programas para a habitação e para os jovens.

TEXTO **ANA MAFALDA INÁCIO**

O Plano de Emergência para a Saúde (PES) está pronto para ser discutido e aprovado no próximo Conselho de Ministros. Isto mesmo foi anunciado pelo comentador Luís Marques Mendes no seu espaço de domingo à noite na SIC. Mas o DN sabe que o plano vai ser apresentado logo a seguir à reunião de Conselho de Ministros pelo primeiro-ministro, Luís Montenegro. A promessa tinha sido feita pela Aliança Democrática (AD) durante a campanha como uma das grandes prioridades: um plano com medidas que visassem a resolução de alguns pontos mais frágeis do Serviço Nacional de Saúde (SNS). A saber, e como referiu também Luís Marques Mendes, recuperação das listas de espera para consultas e cirurgias, tanto nos cuidados primários como nos hospitalares; resolução da falta de médicos de família para mais de 1,5 milhões de utentes; falta de recursos humanos nas maternidades, o que tem obrigado ao encerramento rotativo de algumas, de norte a sul do país; falta de recursos nos Serviços de Urgência; e o acesso a mais e melhores cuidados na área da Saúde Mental. E é nestes cinco pontos que o PES, que pode ser já anunciado amanhã ou nos dias seguintes, está assente.



LEONEL DE CASTRO / GLOBAL IMAGENS

As Urgências voltaram a encher neste inverno e no verão não há médicos para assegurar escalas.

Segundo apurou o DN, o Conselho de Ministros sobre a Saúde estava agendado já para amanhã, dia 29 maio, mas até à hora do fecho desta edição não foi possível confirmar se a reunião se mantinha, dado que durante o dia de ontem foi confirmada a visita do presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, ao nosso país, estando a sua chegada prevista para a tarde de hoje e logo reuniões de trabalho marcadas com o Presidente Marcelo e com o primeiro-ministro, podendo estas prolongar-se, levando a "alterações na agenda dos governantes", referiram ao DN. No entanto, se a reunião não decorrer amanhã, passará para quinta ou sexta-feira. O modelo de apresentação deste plano será o mesmo que foi usado para o anúncio do novo aeroporto e, na semana passada, com as medidas de apoio aos jovens.

O *timing* inicialmente previsto para a divulgação do PES eram os 60 dias após a tomada de posse do Governo, tendo, por isso, chegado a ser referido pela comunicação social que o fim do prazo seria 2 junho, mas Luís Montenegro tinha avisado há 15 dias que o PES seria anunciado dentro de dias. Para Luís Marques Mendes, e como o referiu no seu espaço na SIC, este plano "será o teste do algodão" à nova ministra e também ao Governo. Para quem está no terreno também, embora este teste tenha prioridades diferentes para os sindicatos dos médicos sobre o que deve conter.

Para a presidente da Federação Nacional dos Médicos (Fnam) este PES "deveria, obrigatoriamente, olhar para os seus profissionais e para a sua valorização, nomeadamente dos médicos, quer na sua remuneração base e nas suas condições de trabalho", porque se for "um PES assente em medidas que são pensos rápidos, como mais incentivos para mais trabalho, não vamos lá. Nada muda, porque não é isso que os médicos querem".

Aliás, tendo em conta os cinco pontos anunciados por Luís Marques Mendes, a médica considera que já se está a cometer um erro, porque "na medicina não funciona por compartimentos (listas de espera, urgências, maternidades ou saúde mental), mas de forma global".

Joana Bordalo e Sá explica ao DN que esta estrutura não entregou "ao Governo propostas para um PES, mas um caderno reivindicativo para os médicos. Era isso que gostaríamos de ver resolvido em primeiro lugar, senão os médicos continuarão a sair do SNS".

O secretário-geral do Sindicato Independente dos Médicos (SIM), que disse ao DN que, além do caderno reivindicativo para os médicos apresentou um documento com soluções que consideravam dever integrar o PES, argumentando que "deve ter medidas que sejam transversais aos cuidados primários e hospitalares, para resolver, em primeiro lugar, o problema do acesso aos cuidados, mas que contemple também, e como constava do Programa do Governo, o apoio dos setores privado e social".

Nuno Rodrigues defende mesmo que estes dois setores podem ser complementares do SNS e assumir funções que hoje estão a cargo dos médicos de família, de forma a dar-lhes mais tempo para as suas tarefas como médicos do SNS, referindo-se, nomeadamente, "a Atestados de Multiúsos pedidos para Cartas de Caçador, de Patrão de Costa, de Condução e, eventualmente, Juntas Médicas e Atestados de Incapacidade".

O médico relembra que "temos 1,5 milhões de portugueses sem médico de família e é importante que a acessibilidade aos cuidados primários seja garantida". E, neste sentido, o SIM propôs ao Governo que fosse criada "uma carteira de contratualização de serviços adicionais, em primeiro lugar, com os médicos do SNS para consultas extra à sua lista, pelo mesmo valor que é proposto aos setores privado e social", o que, na sua opinião, poderia levar à resolução de consultas para utentes sem médico de família. E isto porque "conseguir-se um médico de família para todos os utentes é uma utopia", sublinhou.

A nível hospitalar e para recuperar as listas de espera para consultas, por exemplo, o SIM sugeriu que seja usado o mesmo sistema de recuperação para cirurgias, (SIGIC – Sistema Integrado de Gestão de Inscritos em Cirurgias), também com base na produção adicional, destacando: "O mesmo sistema, mas criando-se uma fórmula em que seja possível um equilíbrio, para não haver mais produção adicional do que programada."

A elaboração do PES foi atribuída a uma equipa nomeada pelo Governo e liderada pelo médico Eurico Castro Alves. Sobre o PES, o que se sabe para já é que integrará medidas destinadas às urgências, maternidades e listas de espera.

anamafaldainacio@dn.pt



Opinião
Carlos Cortes

O papel crucial da Comissão de Acompanhamento nas ULS

A reforma das Unidades Locais de Saúde (ULS) foi anunciada, ainda antes da sua criação, como a mais importante desde a fundação do Serviço Nacional de Saúde em 1979.

Reconheço a importância fundamental da integração, de uma maior e melhor ligação entre os vários níveis de cuidados, a Saúde Pública, medicina geral e familiar, a medicina hospitalar, os cuidados continuados e o setor social. Apesar de tudo, nunca fui grande entusiasta da opção das ULS como modelo privilegiado, entre vários outros, para a integração dos níveis de cuidado.

Conheço bem as oito ULS criadas até 2023. Infelizmente, a maioria era precisamente onde se sentiam as maiores dificuldades do SNS.

Foi por isso, para mim, uma surpresa estar-se a disseminar pelo país uma estrutura que não tinha dado nenhuma prova de ser uma mais-valia para as tão aguardadas alterações na organização do SNS.

É natural que qualquer reforma encontre dificuldades na sua implementação. Acontece sempre que há transformações do *statu quo* em vigor. No entanto, têm surgido, semanalmente, preocupações, de norte a sul do país, que retratam dificuldades assistenciais e formativas acrescidas e, inclusivamente, de casos de regressão na ligação e diálogo entre os cuidados de saúde primários, hospitalares e seus conselhos de administração.

Reformar é desafiar o *statu quo*, mas também é enfrentar obstáculos que exigem soluções imediatas e eficientes. As dificuldades que emergem, de todos os cantos do país, destacam a necessidade crítica de uma intervenção urgente que possa salvar este modelo de integração das ULS.

A reorganização funcional dos hospitais, que assenta num modelo arcaico incapaz de se reformular há mais de meio século, a preservação e desenvolvimento da importante reforma dos cuidados de saúde primários com as suas Unidades de Saúde Familiares e Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados, a modernização e valorização da Saúde Pública, assim como a capacidade de o SNS voltar a atrair mais médicos numa perspetiva de uma Nova Carreira Médica adaptada às exigências atuais serão, certamente, prioridades do novo diretor-executivo do SNS, dr. António Gandra d'Almeida. Sem nos esquecermos do mais relevante: o doente e todos os aspetos relacionados com a humanização dos cuidados, tão maltratada nestes últimos anos.

O que realmente me surpreende nesta reforma é a ausência de uma comissão de acompanhamento, que é absolutamente imprescindível. Nenhuma reforma terá êxito se não for acompanhada e monitorizada por um grupo de apoio que possa, a cada momento, ajudar a corrigir e implementar as soluções mais adequadas. Falta a esta reforma uma Comissão de Acompanhamento das ULS que o Ministério da Saúde e a Direção-Executiva do SNS têm de constituir urgentemente.

A título de exemplo, a reforma dos cuidados de saúde primários, a mais bem-sucedida reforma do SNS até hoje, tinha uma Equipa Regional de Apoio (ERA) – que, aliás, deve ser revitalizada – com a missão de ajudar na criação das USF e acompanhar regularmente a sua evolução.

As ULS foram deixadas sem uma orientação clara, sem uma estrutura de apoio e sem avaliação do caminho percorrido desde há cinco meses.

Temos ainda a oportunidade de corrigir os erros intrínsecos desta reforma. O que não devemos fazer é ignorá-los.

A reforma das ULS é para manter, mas tem de ser melhorada, aprimorada e monitorizada, papel técnico a ser desenvolvido por uma comissão de acompanhamento especializada.

Bastonário dos Médicos

Opção pelo IRS Jovem é anual e pode ser renovada ou alterada a cada ano

FINANÇAS Quem usufrui dos atuais apoios pode continuar a fazê-lo. Novo regime ainda terá de ser discutido e aprovado no Parlamento.

A opção pelo IRS Jovem, para quem já esteja a beneficiar do regime, é anual e pode ser renovada ou alterada a cada ano, segundo precisou à Lusa o Ministério das Finanças. "Os contribuintes que, em 2024, beneficiem do atual IRS Jovem (na atual redação do artigo 12.º-B do *Código do IRS*) poderão optar pela aplicação desse regime (em alternativa à aplicação das novas taxas do IRS Jovem)", refere, em resposta à Lusa, fonte oficial do Ministério das Finanças, precisando que "essa opção terá caráter anual, podendo ser renovada ou alterada em cada ano".

O novo modelo do IRS jovem, aprovado na semana passada pelo Conselho de Ministros, funciona de forma diferente do que atualmente vigora, ao prever uma redução até um terço das taxas do imposto que incidem sobre os escalões de rendimento de trabalho, com exceção do 9.º e último escalão do IRS. Já o modelo que está em vigor concede uma isenção de imposto sobre o rendimento durante cinco anos, que vai baixando com o tempo, sendo que no primeiro ano de utilização do benefício a isenção é sobre 100% do rendimento auferido pelo jovem (até um montante máximo de 40 vezes o Indexante de Apoios Sociais, ou seja, 20 370 euros tendo em conta o valor do IAS de 2024).

No habitual *briefing* que se segue à reunião do Conselho de Ministros, o primeiro-ministro e a ministra da Juventude e Modernização sublinharam que nenhum jovem seria prejudicado com a mudança de regras, referindo que seria possível a quem já estivesse a beneficiar do atual, optar pelo novo.

O Ministério das Finanças detalha que essa opção é anual e pode ser "alterada ou renovada" a cada ano, precisando ainda que "os jovens que beneficiem, em 2024, do atual regime poderão optar pela aplicação desse regime, pelo que nenhum jovem que beneficie do atual regime será prejudicado".

Em comum os dois regimes do IRS Jovem têm apenas o facto de ambos abrangerem rendimentos de trabalho dependente e independente (recibos verdes) e a idade máxima (35 anos), embora o regime atual não se aplique de forma global a todos os que têm até esta idade, antes permitindo que os cinco anos do benefício possam ser usados (de forma seguida ou interpolada) até àquela idade.



PAULO SPRANGER / GLOBAL IMAGENS

Novas medidas fiscais para os jovens foram apresentadas por Miranda Sarmento e Luís Montenegro .

No regime atual, após a isenção de IRS sobre 100% dos rendimentos até ao limite de 40 IAS atribuída no primeiro ano, a isenção recua para 75% do rendimento (até um máximo de 30 IAS) no segundo ano, baixando para 50% nos terceiro e quarto anos (com limite de 20 vezes o valor do IAS) e para 25% (até ao limite de 10 IAS) no quinto e último ano.

> O novo IRS Jovem é atribuído a todos os trabalhadores até aos 35 anos independentemente do grau de qualificações.

No novo regime, que terá ainda de ser discutido e aprovado pela Assembleia da República onde os partidos que apoiam o atual Governo não dispõem de maioria, há lugar a uma redução das taxas do IRS para um terço, com exceção das que incidem sobre o último escalão – onde estão as pessoas que auferem rendimentos de trabalho acima dos 81 199 euros anuais. Assim, no 1.º escalão de rendimento coletável (7703 euros anuais), os jovens até aos 35 anos vão pagar uma taxa de 4,4% em vez dos 13,25% pagos pela generalidade das pessoas; no 2.º escalão a taxa aplicável será de 6,0% em vez de 18% e no 3.º será de 7,67% em vez de 23% – sendo que, segundo o Governo, é até este patamar que estarão a maior parte dos destinatários da medida e que rondarão os 370 mil.

Esta redução em um terço das taxas mantém-se até ao 8.º escalão, caso em que a taxa aplicável às pessoas até aos 35 anos é de 15% (sendo de 45% para a generalidade dos contribuintes acima daquela faixa etária).

O novo IRS Jovem é atribuído a todos os trabalhadores até aos 35 anos independentemente do grau de qualificações, podendo ser usado durante quase duas dezenas de anos – considerando uma pessoa que comece a trabalhar aos 16 anos de idade.

DN/LUSA



Ministra Maria da Graça Carvalho esteve ontem no arranque da *Lisbon Energy Summit*, na FIL, no Parque das Nações.

Governo lança leilão de 140 milhões para hidrogénio verde e biometano

ENERGIA Fundo Ambiental financia em 14 milhões de euros por ano durante uma década a produção de gases renováveis, protegendo as empresas da flutuação de preços.

TEXTO **ALEXANDRA COSTA**

A ministra do Ambiente e Energia a anunciou ontem o lançamento de um leilão para a compra centralizada de gases renováveis, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento de projetos na área do hidrogénio verde e do biometano, energias consideradas com grande potencial para baixar as emissões de gases com efeito de estufa e promover a economia circular. Maria da Graça Carvalho falava na sessão de abertura da *Lisbon Energy Summit*, um evento das indústrias ligadas à energia que começou ontem na Feira Internacional de Lisboa (FIL), no Parque das Nações, e que termina amanhã.

A ministra aproveitou a ocasião para falar sobre a estratégia do Governo para as energias renováveis e revelou que o leilão, que já estava a ser preparado pelo anterior Executivo , tem uma dotação de "140 milhões de euros em dez anos, financiado pelo Fundo Ambiental, para compensar as flutuações de preços nos projetos de hidrogénio verde e biometano, projetos importantes de descarbonização para melhorar a economia circular". Por ano serão 14 milhões de euros.

Já depois da sua intervenção, em comunicado enviado pelo seu gabinete às redações, o ministério avançou que, de acordo com a Portaria 15/2023, as quantidades máximas para contratualização serão de 150 gigawatts-hora (GWh) por ano no caso do biometano, e de 120 GWh/ano no caso do hidrogénio.

O preço base a pagar pelo Comercializador de Último Recurso grossista (CURg), a Transgás, é de 62 euros por megawatt-hora (MWh) no caso do biometano, e de 127 euros/MWh para o hidrogénio. "As candidaturas terão de estar concluídas na plataforma do procedimento no prazo de 60 dias a contar da data da publicação do anúncio de abertura," lê-se na nota do Ministério do Ambiente e Energia.

Em relação ao hidrogénio, Maria da Graça Carvalho lembrou que recentemente – em abril deste ano – dois projetos portugueses foram selecionados pela Comissão Europeia no primeiro concurso lançado pelo Banco Europeu de Hidrogénio. Um concurso que mobilizará cerca de 720 milhões de euros para produção de hidrogénio renovável na União Europeia (EU) em sete projetos. Sendo que "grande parte deste valor está alocado a Portugal".

> Governo promete novidades sobre a energia eólica *offshore* em meados de julho, mas admite que a capacidade destes leilões poderá ser revista em baixa.

A ministra afirmou mesmo que, "na nossa visão, o hidrogénio desempenhará um papel fundamental em aprimorar a atratividade e competitividade da indústria portuguesa", lembrando o papel de Portugal na criação do maior corredor europeu de produção e distribuição de hidrogénio (juntamente com países como a Espanha e a Alemanha).

Maria da Graça Carvalho revelou ainda que os trabalhos de revisão do *Plano Nacional Energia e Clima* deverão estar finalizados no final de junho, entrando, então, na fase de consulta pública. Segundo a governante, esse é um plano ambicioso que antecipa as metas de neutralidade carbónica para 2035.

"Estamos a olhar para soluções alternativas", afirmou a ministra, apontando não só os gases renováveis, mas também a eólica *offshore*.

Nesta matéria, o Governo deverá apresentar novidades, nomeadamente "primeiros resultados" e "algumas orientações", segundo a ministra, no início do verão. Maria da Graça Carvalho considera que há muito potencial nesta área. "O Governo deverá anunciar novidades sobre a energia eólica *offshore* em meados de julho. O Executivo está a trabalhar arduamente, tendo em conta que há espaço para um país como Portugal desenvolver energia eólica *offshore*", afirmou.

No entanto, em declarações aos jornalistas à margem da cimeira, a ministra admitiu que a capacidade será revista "em baixa" face ao perspetivado pelo anterior Executivo. "Estavam inicialmente previstos os 10 gigawatts (GW), depois passaram para 2 GW. Estamos a tentar baixar para que o valor não tenha tanto reflexo nos custos no consumidor". Maria da Graça Carvalho adiantou que o Governo está "a estudar com a REN e a ERSE [Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos] o cenário e o valor, a quantidade".

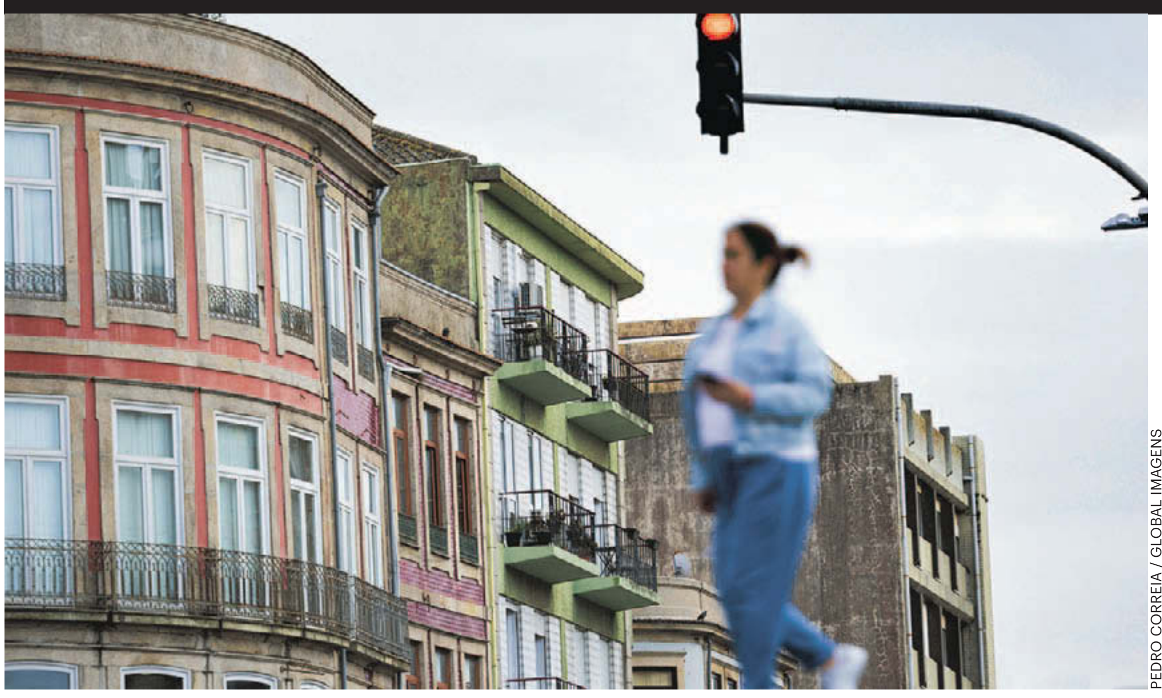
"Queremos acompanhar esta tecnologia, mas não numa dimensão que tenha um custo proibitivo. Queremos que seja acessível, mas não tão pequeno, que não permita estudar o efeito num desenvolvimento tecnológico e industrial em Portugal. É nesse balanço que estamos a ver o valor ótimo para lançar o leilão", explicou Maria da Graça Carvalho.

Em reação, o presidente da Associação Portuguesa de Energias Renováveis (Apren) considerou que é prematuro estar a rever as metas da eólica *offshore*. "Antes de começarmos a rever em baixa seja o que for em termos de leilões, seja de que tecnologia for, é preciso perceber quais são as projeções de consumo, é necessário também perceber a que custos é que esta eletricidade será produzida, uma vez que os projetos estejam efetivamente a ser construídos", disse à Agência Lusa Pedro Amaral Jorge.

O presidente da Apren lembrou que o desenvolvimento de um projeto desta natureza pode levar entre oito a dez anos a estar concluído e, por isso, "estar a analisar hoje que os leilões *offshore* podem gerar custos para os consumidores" é "um bocado prematuro".

Já quanto ao anúncio do lançamento do leilão de compra centralizada de hidrogénio e biometano, no valor de 140 milhões de euros, o presidente da Apren considerou que são "boas notícias". "Não tenho ainda expectativas, porque preciso de conhecer o caderno de encargos, a meta é interessante, é um pequeno leilão para conhecer o mercado, a expectativa é que fique esgotado, mas vai depender muito de como as peças vão ser desenhadas", sublinhou o responsável. **Com LUSA**

geral@dimheirovivo.pt



PEDRO CORREIA / GLOBAL IMAGENS

Número de imóveis para venda no Imovirtual baixou em 2024 face ao ano anterior.

Aumento da oferta para arrendar não desce preços

HABITAÇÃO Em abril, o valor médio de arrendamento de uma casa ascendeu a 1300 euros no segundo maior portal imobiliário do país.

TEXTO **SÓNIA SANTOS PEREIRA**

O Imovirtual, um dos principais portais imobiliários digitais do país, tem atualmente cerca de 15 mil imóveis para arrendamento, um aumento de 25% face à média de pouco mais de 12 mil que constituiu a oferta em 2023. Mas esta maior disponibilidade no mercado habitacional não teve qualquer repercussão nos preços. Segundo Tiago Ferreira, diretor do Imovirtual e OLX Imóveis, o valor médio de arrendamento ascendeu a 1300 euros em abril, uma subida de 8% face ao mesmo mês do ano anterior. Embora este responsável verifique "sinais de estabilização" na subida dos valores anunciados, tudo aponta para que estes aumentos assentem na elevada procura e na pouca oferta.

Já a oferta de casas para venda está a cair. O portal, detido pelo grupo proprietário do OLX e StandVirtual, tem mais de 232 mil imóveis em 2024, enquanto no ano anterior eram cerca de 240 mil. Esta diminuição da oferta "é um reflexo do contexto macroeconómico atual, onde o custo de novas construções ainda é muito alto e temos ainda muitos desafios, como o tempo para novos licenciamentos e casas devolutas no mercado", justifica Tiago Ferreira. Em abril, a média de preços das casas para venda anunciadas no Imovirtual foi de 325 mil euros, o que representa um aumento de 10% em comparação com abril de 2023.

Estes dados do início do ano confirmam "que o setor imobiliário continua a enfrentar um desafio persistente: a falta de oferta de imóveis", diz o responsável.

Esta escassez "é um problema que precisa de ser abordado com urgência para equilibrar a procura existente". Para o resolver é essencial "a implementação de políticas que incentivem a construção de novas habitações" como, por exemplo, "a redução do IVA para 6% na construção nova" para acelerar o ritmo de desenvolvimento de novos projetos imobiliários e "a diminuição significativa de impostos para compra da primeira casa", defende.

Ainda assim, Tiago Ferreira admite que nos próximos meses o mercado poderá ganhar um melhor equilíbrio entre a oferta e a procura, dados os "incentivos governamentais e melhores condições económicas, que estão a trazer taxas de juro mais favoráveis".

Um portal mais moderno

Desde o início deste mês que o Imovirtual tem novas funcionalidades com vista a tornar o processo de procura da casa mais eficaz e, também, otimizar o uso do portal para os clientes profissionais, os agentes imobiliários. Uma equipa de cerca de 250 especialistas em engenharia e produto dedicou-se à atualização da plataforma, incorporando práticas e funções já testadas e aprovadas noutros mercados.

A modernização integrou a criação de uma nova *app*, mais intuitiva e avançada, a possibilidade de pesquisa por mapa (*map search*), funcionalidades para as mais de três mil agências ativas no portal, que incluem opções de personalização dos pacotes de serviços e ferramentas avançadas de gestão e análise de mercado, de que é exemplo o Imoradar, onde os anunciantes conseguem comparar os seus anúncios com a concorrência. O Imovirtual atualizou também a identidade visual.

A modernização do portal, reconhecido como "*top of mind*" no setor e a ocupar a segunda posição ao nível do tráfego – regista 28 milhões de visualizações por mês –, chega numa altura em que as duas associações do setor imobiliário apostaram em lançar as suas próprias plataformas de divulgação de imóveis. Nada que apoquente Tiago Ferreira, até porque a política de preços do Imovirtual "é baseada na justiça e na transparência". Como frisa, "nos últimos sete anos, aumentámos os preços apenas uma vez. Mesmo com o lançamento das novas funcionalidades e tecnologia avançada, somente metade dos nossos clientes experimentaram um ajuste de preço, para os restantes, os preços permaneceram inalterados ou, em alguns casos, até diminuíram".

Na sua opinião, "há espaço para todos no mercado imobiliário" e a "nossa prioridade é focarmo-nos em como melhor servir os nossos clientes, sejam eles pessoas à procura de casa ou profissionais do setor".

sonia.s.pereira@dinheirovivo.pt

IP tem até junho de 2026 para apresentar proposta de gestão da 3ª travessia e TGV

AEROPORTO Infraestruturas de Portugal pode gastar até quatro milhões para estudo das acessibilidades rodoferroviárias ao novo aeroporto de Lisboa.

O Governo quer que a Infraestruturas de Portugal (IP) apresente até ao fim de junho de 2026 uma proposta fundamentada relativamente ao modelo de contratação e de gestão da terceira travessia do Tejo e da linha de alta velocidade Lisboa-Poceirão-Évora.

Na resolução ontem publicada em *Diário da República*, o Executivo mandata a IP para concluir os estudos da terceira travessia do Tejo e da ligação de alta velocidade entre Lisboa e Madrid, no âmbito das acessibilidades rodoferroviárias ao novo aeroporto de Lisboa, que virá a localizar-se no Campo de Tiro de Alcochete.

Em específico, o Governo determina que a IP "apresente ao Governo, até final do segundo trimestre de 2026, uma proposta fundamentada [sobre terceira travessia do Tejo e linha de alta velocidade Lisboa-Poceirão-Évora] que permita uma tomada de decisão relativamente ao modelo de contratação e de gestão a adotar, que assegure um desenvolvimento eficaz e eficiente do projeto, com elevado nível de qualidade e, simultaneamente, comportável num quadro de boa gestão de finanças públicas".

Já antes, até ao final do primeiro trimestre de 2026, a IP deve "fazer os estudos de procura, resiliência às alterações climáticas, as análises de custo-benefício, os estudos prévios e os estudos de impacte ambiental" sobre terceira travessia do Tejo e linha de alta velocidade Lisboa-Poceirão-Évora.

O Governo mandata ainda a IP e o Instituto da Mobilidade e dos Transportes para analisarem em conjunto "alternativas equiparáveis para um novo modelo de gestão das travessias do Tejo em Lisboa, que inclua a construção de uma terceira travessia do Tejo, a submeter à aprovação do Governo". Isto tem de ser feito até final de 2026.

A resolução cria ainda um grupo de trabalho conjunto entre Infraestruturas de Portugal, Instituto da Mobilidade e dos Transportes e ANA - Aeroportos de Portugal para analisar as acessibilidades rodoviárias e ferroviárias ao novo aeroporto de Lisboa, incluindo os municípios abrangidos no troço Lisboa-Poceirão-Évora.

Para estes estudos, para o triénio 2025-2028, é autorizado um gasto máximo global de quatro milhões de euros (a que acresce IVA), sendo que há limitações aos gastos em cada ano (2,2 milhões de euros em 2025, 1,1 milhões em 2026, 350 mil euros em 2027 e outros 350 mil em 2028). Estes encargos, diz o Governo, deverão ser financiados por fundos europeus em 1,98 milhões, sendo o restante suportado pelo orçamento da Infraestruturas de Portugal.

A resolução do Governo determina ainda que, até final deste ano, sejam concluídos os estudos sobre valências e características topológicas da terceira travessia do Tejo, no eixo Chelas-Barreiro.

O Governo aprovou a construção do novo aeroporto da Região de Lisboa em Alcochete no dia 14 de maio.

DV/LUSA

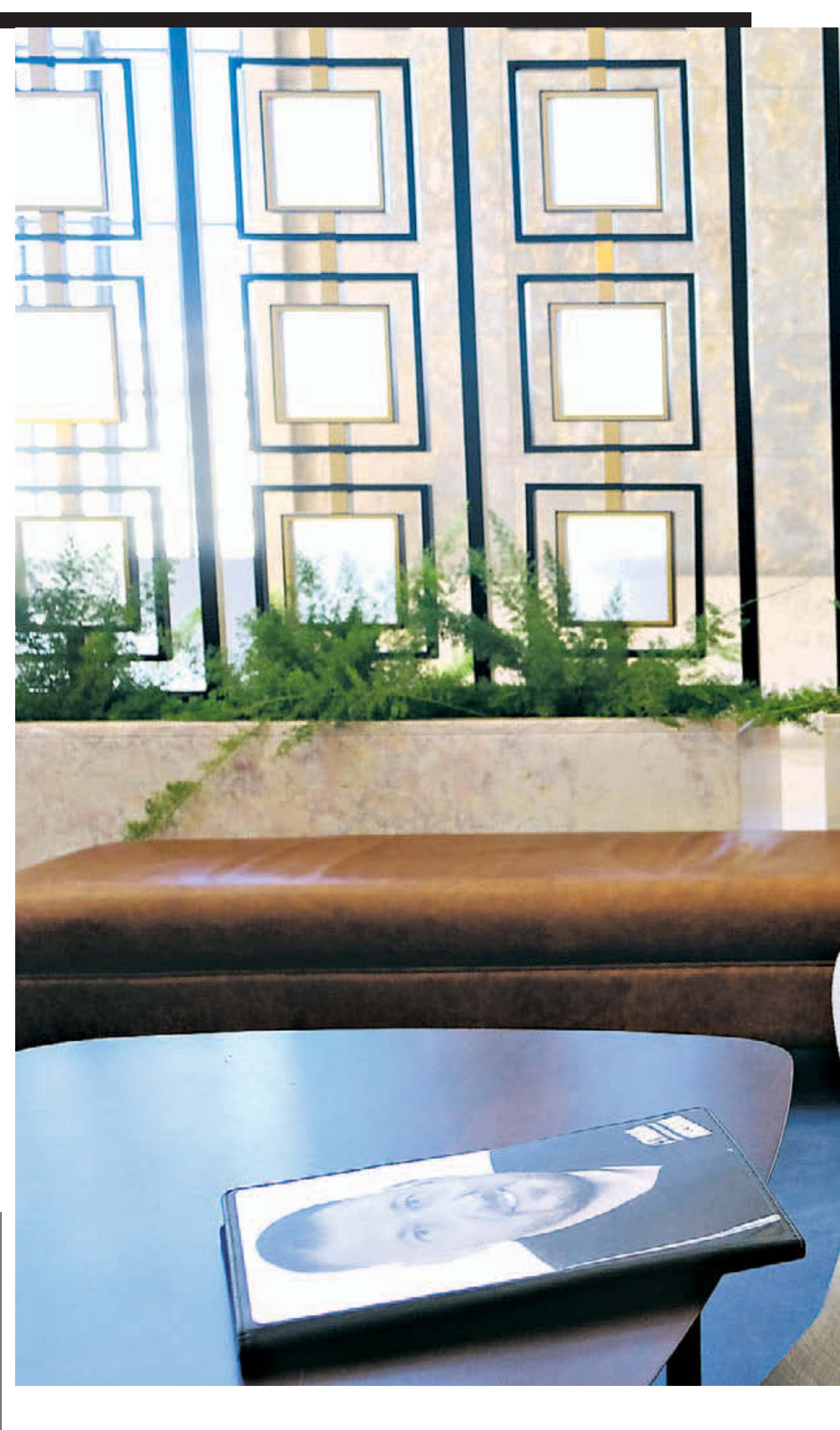


GERARDO SANTOS / GLOBAL IMAGENS

Novo aeroporto será construído no Campo de Tiro de Alcochete.

Sviatlana Tsikhanouskaia “Lukashenko está a ganhar muito dinheiro com a guerra na Ucrânia”

BIELORRÚSSIA A líder da oposição no exílio bate-se pela cultura do seu país e pela resistência à russificação. Às democracias pede sincronia de sanções a Minsk e a Moscovo, e aos europeus aconselha não seguirem o canto da sereia dos populistas nas próximas eleições.



ENTREVISTA **CÉSAR AVÓ**

Em Portugal para participar hoje no ciclo de conferências *Concordia*, no Porto, a dissidente bielorrussa fez uma paragem em Lisboa para se encontrar com o primeiro-ministro Luís Montenegro. Antes recebeu o DN, de inseparável pasta com a fotografia do marido na mão.

Na semana passada esteve em Estocolmo para uma conferência sobre a Bielorrússia. Qual foi o resultado?
Discutimos muitas questões relacionadas com os presos políticos, a pressão sobre o regime, a assistência aos nossos meios de comunicação social, aos defensores dos Direitos Humanos, diferentes iniciativas. Como resultado, o Governo sueco prometeu contribuir para o fundo humanitário destinado a libertar os presos políticos e as suas famílias. Falámos também com o ministro dos Negócios Estrangeiros sobre a oportunidade para jovens diplomatas bielorrussos ali estudarem, para que possam ter experiência nas suas instituições. Sinceramente, por vezes é difícil manter a Bielorrússia na ordem do dia, porque existem muitos problemas a nível mundial. Mas esta conferência foi uma expressão muito viva de apoio e solidariedade com a luta bielorrussa. E é uma mensagem clara para [Alexander] Lukashenko e para o seu regime de que o mundo democrático não os reconhece como um Governo legítimo.

Vladimir Putin esteve em Minsk há alguns dias e sublinhou a importância de uma estratégia de defesa unificada com as armas nucleares táticas instaladas no seu país. A Bielorrússia é atualmente uma ameaça à segurança da Europa?
Enquanto Lukashenko estiver no poder criará sempre ameaças não só para o povo bielorrusso, mas também para a segurança de toda a região. Não temos de pensar que os ditadores podem ser apaziguados ou que os ditadores podem ser reeducados. Os ditadores só podem ser combatidos. E, claro, eles criam esta ameaça nuclear para chantagear os vizinhos ocidentais e mantê-los na incerteza. Será que vão usar ou não? A arma nuclear já existe na Bielorrússia ou não? O que significa esta visita de Putin? O que significa o treino conjunto russo-bielorrusso? É só para especular e para desviar as atenções do apoio à Ucrânia, por exemplo. E sim, fá-lo-ão e poderão criar novas ameaças aos nossos vizinhos europeus só para fazer chantagem.

> *“Para os portugueses, o que se está a passar na Bielorrússia pode ser compreensível se recordarem os tempos de Salazar. Estamos no século XXI, mas a ditadura, tal como vocês a sentiam, está na Bielorrússia.”*

O seu país e a Rússia têm um acordo de união de Estados. É possível que a democracia se instale na Bielorrússia enquanto Putin estiver no poder?
Em primeiro lugar, devo dizer que apenas 4% dos bielorrussos apoiam esta ideia de unidade russo-bielorrussa. A maioria dos bielorrussos quer que a Bielorrússia seja independente da Rússia, que seja um país soberano. Eles [Putin e Lukashenko] têm uma amizade simbiótica. Neste momento, precisam um do outro e estão a servir-se um do outro. Houve alturas em que Lukashenko tinha uma má relação com Putin, mas agora são aliados. Ouço muitas vezes que, enquanto Putin não estiver no poder, Lukashenko não será derrotado. Mas estou absolutamente convicta de que não será assim. Não podemos estar nas ruas da Bielorrússia, neste momento, para dizer não a Lukashenko, porque a repressão é terrível. Mas o que podemos fazer agora é reforçar a nossa identidade nacional, não permitir esta russificação, não permitir que a Rússia invada as mentes das pessoas. Podemos reforçar as nossas instituições democráticas. Sim, neste momento estamos no exílio, mas temos muitas estruturas clandestinas dentro do país. Podemos reforçar a nossa sociedade civil, que foi destruída na Bielorrússia. E nenhuma nação, como nação, como um conjunto de mentes, pode ser subjugada se essa nação tiver um forte entendimento de que os bielorrussos não são russos. Não temos de olhar para o que Putin ou a Rússia vão dizer. Temos de compreender que é nossa obrigação desmantelar o regime. Não temos de pensar que temos de esperar até que Putin saia do poder e depois podermos fazer alguma coisa na Bielorrússia. Quer isto dizer que não devemos fazer nada? Claro que não. Temos de enfraquecer o regime neste momento e fortalecer o nosso povo. Agora temos esta tática das mil pequenas partes, enfraquecer o regime em diferentes aspetos. Atualmente, o regime de Lukashenko sente-se muito frágil. Talvez do exterior pareça muito forte, mas não é. Existe uma atmosfera de total desconfiança em relação a este regime. As pessoas têm medo de serem traídas pelos seus amigos. Lukashenko está a distribuir o pessoal à sua volta, está a fazer uma manta de retalhos no seu sistema. Mas penso que, neste momento, as pessoas sentem-se muito vulneráveis. Compreendem que não conseguiram que o povo bielorrusso voltasse a confiar ou a gostar deste regime. E agora Lukashenko nem sequer tenta fazer com que as pessoas gostem dele. Não se preocupa com elas. O que ele está a reforçar é apenas o seu aparelho de segurança pessoal, o sentimento de medo entre os bielorrussos. Penso que, para os portugueses, o que se está a passar na Bielorrússia pode ser compreensível se recordarem os tempos de Salazar. Estamos no século XXI, mas a ditadura, tal como vocês a sentiam, está na Bielorrússia.

A Bielorrússia vai aderir em breve à Organização de Cooperação de Xangai. Faz sentido continuarem membros deste pacto quando o seu país vier a tornar-se uma democracia?
Penso que caberá às nossas equipas económicas democráticas, ao novo Ministério da Economia,


ÁLVARO ISIDORO / GLOBAL IMAGENS

compreender as vantagens ou desvantagens desta parceria. Sei que a China é um país muito pragmático. Quando a nossa revolta começou, retirou muitos projetos da Bielorrússia. E agora, como é óbvio, Lukashenko, devido à imposição de tantas sanções ao seu regime, está a tentar procurar novos parceiros. Está a tentar procurá-los entre os países africanos e, agora, na China. Mas acreditem que a China não vai contribuir para um país com uma situação instável. É claro que muitas relações serão reconsideradas após a introdução de mudanças democráticas na Bielorrússia. Não vou aprofundar este tema, mas uma relação especial com a Rússia deveria ser reavaliada.

Em novembro, afirmou ao DN que as sanções da União Europeia são insuficientes. O futuro pacote de sanções deverá abranger a proibição do comércio de gás natural e de bens e tecnologias que possam ser utilizados para fins militares. Qual é a sua opinião?

O que será eficaz é a sincronização das sanções entre a Rússia e o regime bielorrusso. Isso será eficaz. Porque atualmente, se impusermos sanções separadas ao regime de Lukashenko e sanções separadas à Rússia, estas podem ser facilmente contornadas. Lukashenko continua a negociar com a Europa e com outros países. Estão a abrir empresas de dados e continuam a fazer comércio. O mesmo acontece com a Rússia, que compra bens à Bielorrússia. Sobre as sanções relativas a diferentes equipamentos que podem ser utilizados para a produção militar: Lukashenko está a ganhar muito dinheiro com esta guerra na Ucrânia. Está a comprar *microchips* e estão a produzir dispositivos óticos para o Exército russo. Até transformou empresas civis em empresas militares, só para ajudar a Rússia. E, claro, estão a vender tudo isto a um preço muito elevado. Por isso, só a sincronização e o cumprimento das sanções que mencionou podem ser úteis.

"[Lukashenko] está a comprar microchips *e estão a produzir dispositivos óticos para o Exército russo. Até transformou empresas civis em militares. E, claro, a vender tudo isto a um preço muito elevado."*

Lukashenko já anunciou que irá concorrer às eleições de 2025. Com o seu exílio, a oposição deixou de ter voz no interior do país. Qual a estratégia que defende para as Eleições Presidenciais?

A nossa posição é que aquilo a que chamam Eleições Presidenciais não têm nada a ver com eleições. Mas temos de explicar aos nossos parceiros e ao povo bielorrusso que, quando o campo político está vazio, quando todos os meios de comunicação social estão arruinados, quando todas as ONG estão fechadas e todos os opositores políticos estão na prisão ou no exílio, então de que eleições podemos falar? Será como um ritual em que Lukashenko se nomeará presidente, mas é claro que não o é. Portanto, não tem nada a ver com quaisquer mudanças. É claro que nós, enquanto forças democráticas, utilizaremos esta farsa para interferir no processo. Ainda não sabemos como, porque as circunstâncias podem mudar. Muito depende da Ucrânia e da situação em torno de Lukashenko. Nas chamadas Eleições Parlamentares uma pessoa do Partido Verde, um vegetariano, decidiu candidatar-se. Foi imediatamente preso. Por isso, é claro que não podemos falar de concorrência, mas faremos alguma coisa, de certeza. Recentemente, Lukashenko nomeou-se presidente da Assembleia Popular, como Nazarbayev fez no Cazaquistão. E este presidente da Assembleia Popular tem muito mais poderes do que o próprio presidente. Penso que Lukashenko está a compreender que algo pode correr mal, que pode cancelar a eleição em 2025, mas que já será um supergovernador do país. Por isso, ele também compreende que as chamadas eleições começarão com alguma turbulência, com algumas ações. E, claro, tenho de sentir os humores do povo bielorrusso. Agora percebo que as pessoas precisam de entender o que é uma oportunidade real, que há um rastilho que pode mudar alguma coisa.

"Não sei, na verdade, se está vivo [o marido, Syarhei Tsikhanouski, anterior líder da oposição]. Não sei se tem escova e pasta de dentes, papel higiénico, meias novas, roupa interior, nada. Isto está a torturar-me."

Os europeus vão votar dentro de alguns dias e as sondagens indicam que mais mandatos sejam atribuídos no Parlamento Europeu a aliados de Putin ou, pelo menos, com opiniões menos hostis. Qual é o seu conselho aos eleitores?

Muitas pessoas, muitos políticos, estão a tentar propor soluções simples. Pensam que é através do apaziguamento dos ditadores, ou através de negociações e deixando para trás algumas exigências dos ucranianos que podem alcançar a paz. Mas é uma ilusão, porque não existe uma solução simples para esta situação. Ou se derrota um ditador ou se pactua com um ditador. Não há outra opção. E, claro, as opiniões de que temos de estar mais próximos da Rússia trouxeram-nos à situação que temos agora. Por isso, quero que os políticos e as pessoas comuns sejam mais orientados para os valores do que para os negócios ou para a estabilidade. Porque é isso que os ditadores querem. Querem esperar muito tempo até vencerem pelo cansaço e que as soluções populistas prevaleçam. Por isso, quero acreditar nos partidos democráticos, que são muito mais fortes e decisivos do que pensam. Têm poder, mas têm de mostrar determinação. Porque toda esta indecisão é vista como uma fraqueza pelos ditadores. Eles não esperam decisões fortes. Mas, como sabe, a luta atual não é apenas pela Ucrânia. É uma luta contra a ditadura, porque os ditadores estão a fazer alianças, estão a acumular o seu poder. E olham para o mundo democrático como um mundo muito fraco. É altura de provar que não é.

Há algumas semanas, na Lituânia, um russo da equipa de Alexei Navalny foi atacado com um martelo. Recebe ameaças?

Estamos à espera destas ameaças há quatro anos. Acho que ninguém está seguro. Não estou a falar na Bielorrússia, mas no exílio. Porque sei que há pessoas do KGB a infiltrarem-se, mas não vejo as pessoas dispostas a desistir porque estão a sentir esta ameaça. Por isso, estamos sempre a atualizar a informação sobre como lidar com esta ameaça. Não podemos dar a cada pessoa um guarda-costas ou um polícia, por isso, temos de estar atentos ao que está a acontecer.

No seu caso tem segurança 24 horas, presumo.

Tenho um estatuto diplomático na Lituânia, por isso, no que me diz respeito, sim. Mas, nesta situação, não pensamos apenas em nós, mas nas pessoas, em como ajudar as pessoas nesta situação.

Já conseguiu comunicar com o seu marido [Syarhei Tsikhanouski]?

Não. Desde março do ano passado que não sei nada. Não sei, na verdade, se está vivo. Estamos a levantar esta questão, que é considerado um tipo de tortura para as estruturas internacionais, para o Conselho dos Direitos Humanos da ONU, para que façam alguma coisa. Os nossos advogados estão a trabalhar arduamente na arena internacional. Não é só o meu marido, outras pessoas também estão a passar por isto. É como se esta incerteza me estivesse a matar. Porque eu e os meus filhos escrevemos cartas, mas não recebemos cartas de volta. Tentamos enviar algum dinheiro para comprarem alguma coisa na prisão, mas é negado. Não sei, pode parecer tão primitivo, mas não sei se ele tem escova e pasta de dentes, papel higiénico, meias novas, roupa interior, nada. Isto está a torturar-me.

cesar.avo@dn.pt



Palestinianos junto de um dos locais atingidos pelo bombardeamento israelita num campo de deslocados em Rafah.

Israel admite "trágico acidente" após ataque gerar indignação mundial

RAFAH Militares israelitas dizem ter matado dois líderes do Hamas no bombardeamento que atingiu campo de deslocados e terá causado a morte a, pelo menos, 45 civis palestinianos.

TEXTO **SUSANA SALVADOR**

Um "trágico acidente" que está a ser "investigado". Foi desta forma que o primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, reagiu ao ataque que, na noite de domingo, atingiu um campo de deslocados em Rafah, matando pelo menos 45 civis palestinianos, segundo as autoridades locais controladas pelo Hamas. O bombardeamento, que os israelitas dizem ter matado dois líderes do grupo terrorista, está a causar indignação mundial. "Para nós é uma tragédia, para o Hamas é estratégia", afirmou Netanyahu.

O primeiro-ministro está a ser pressionado a nível internacional, com muitos líderes a apelar à implementação da decisão do Tribunal Internacional de Justiça (TIJ). Na sexta-feira, o tribunal que julga a acusação de genocídio contra Israel ordenou o fim da ofensiva em Rafah, mas não tem forma de fazer cumprir essa ordem.

Netanyahu está também a ser pressionado internamente, com as famílias dos reféns que estão desde o ataque terrorista do 7 de Outubro nas mãos do Hamas, a exigir que negoceie. "Aqueles que dizem que não estão preparados para enfrentar a pressão levantam a bandeira da derrota. Não levantarei essa bandeira, continuarei a lutar até que a bandeira da vitória seja hasteada", disse no *Knesset*, segundo o diário *The Times of Israel*. "Não pretendo acabar com a guerra antes de todos os objetivos terem sido alcançados. Se cedermos, o massacre retornará. Se cedermos, daremos uma enorme vitória ao terror, ao Irão."

Um dos objetivos é desmantelar o Hamas, com o Governo a alegar que só uma operação em Rafah poderá permitir isso. O ataque israelita de domingo à noite ocorreu num campo de deslocados na área de Tal al-Sultan, uma das "zonas seguras" apontadas pelos israelitas para onde muitos palestinianos tinham fugido após receberem ordens para sair das suas casas. Muitas tendas ficaram em cinzas, após o ataque ter provocado um incêndio.

O Exército israelita anunciou, durante a noite, ter bombardeado um "complexo do Hamas em Rafah", matando dois oficiais do grupo terrorista na Cisjordânia, Yassin Rabia e Khaled Nagar. O bombardeamento está a ser investigado, com a principal procuradora militar israelita, Yifat Tomer-Yerushalmi, a considerá-lo "muito grave".

Os EUA, principais aliados de Israel, têm-se mostrado contra uma operação de larga escala em Rafah. "Israel tem o direito de ir atrás do Hamas e entendemos que este ataque matou dois terroristas seniores do Hamas que são responsáveis por ataques contra civis israelitas. Mas, como temos sido claros, Israel tem de tomar todas as precauções possíveis para proteger os civis", disse um porta-voz do Conselho de Segurança Nacional, citado pela Reuters. Desde o início dos bombardeamentos israelitas à Faixa de Gaza, a 7 de outubro, já terão morrido mais de 36 mil pessoas no enclave palestiniano, segundo as autoridades controladas pelo Hamas.

A indignação europeia (e do resto do mundo) com o ataque foi maior que a dos EUA. "Indignado pelos bombardeamentos israelitas que mataram muitas pessoas deslocadas em Rafah. Estas operações deverem parar. Não há locais seguros em Rafah para os civis palestinianos. Apelo ao respeito pleno da lei internacional e a um cessar-fogo imediato", escreveu o presidente francês, Emmanuel Macron, no X.

Já o chefe da diplomacia europeia, Josep Borrell, disse estar "horrorizado" com as notícias, dizendo "condenar" os bombardeamentos "nos termos mais veementes". O espanhol disse ainda que "não há lugar seguro em Gaza", defendendo que "estes ataques devem parar imediatamente" e reiterando que as ordens do TIJ e do Direito Internacional Humanitário devem ser "respeitadas por todas as partes".

Também a União Africana condenou o "horror" do ataque. "A ordem do TIJ deve ser aplicada com urgência para que a ordem global prevaleça", disse o líder da Comissão da União Africana, Moussa Faki Mahamat. O presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, condenou os "bárbaros" e "assassinos".

O coordenador especial das Nações Unidas para o Processo de Paz no Médio Oriente, Tor Wennesland, condenou os ataques e apelou às autoridades israelitas para que realizem um inquérito "minucioso e transparente". E reiterou os apelos do secretário-geral, António Guterres, para um "cessar-fogo imediato" e a "libertação imediata" dos reféns nas mãos do Hamas.

susana.f.salvador@dn.pt

36 050

Mortos Desde o início da operação israelita na Faixa de Gaza, em resposta ao atentado do 7 de Outubro, já morreram no enclave 36 050 pessoas, segundo os dados das autoridades controladas pelo Hamas.

Guarda egípcio morre em tiroteio

As autoridade egípcias revelaram ontem que um guarda fronteiriço foi morto num tiroteio junto à fronteira de Rafah, onde as forças israelitas estão destacadas. Uma investigação foi aberta ao incidente. "As Forças Armadas egípcias, através das autoridades competentes, estão a investigar um tiroteio na fronteira de Rafah que levou ao martírio de um guarda", indicaram num comunicado. Israel também deu conta de um "incidente com um tiroteio" na fronteira egípcia, dizendo estar a discutir o caso com o Cairo. Segundo os *media* israelitas, o tiroteio envolveu as forças dos dois países, não sendo ainda claro quem terá começado. Contudo, não há feridos a registar do lado israelita. Desde 7 de maio que as forças israelitas assumiram o controlo do lado palestiniano da fronteira, o que está a causar mais problemas com o Egito – que desde o ataque terrorista do Hamas do 7 de Outubro tem reiterado a sua solidariedade com os palestinianos, mas sem cortar os laços com Israel.

Le Pen quer unir-se a Meloni e ter o segundo maior grupo do PE

EUROPEIAS Líder italiana está a ser "cortejada" por dois lados nas vésperas das eleições: Marine Le Pen quer dar força à extrema-direita e Ursula von der Leyen quer o seu apoio para a reeleição.

TEXTO **ANA MEIRELES**

A francesa Marine Le Pen sugeriu à primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni, a união de forças numa aliança entre os dois grupos da extrema-direita no Parlamento Europeu após as eleições da próxima semana. "É a hora de nos unirmos. Seria muito útil", disse a líder do Reagrupamento Nacional (RN) ao *Corriere della Sera*. "Se tivermos sucesso, poderemos ser o segundo grupo no Parlamento Europeu. Acho que não devemos perder uma oportunidade como esta."

O convite da francesa surge pouco depois de o RN ter dito que não se sentava mais ao lado da Alternativa para a Alemanha (AfD) no Parlamento Europeu. Le Pen faz parte do grupo de extrema-direita Identidade e Democracia (ID) – ao lado do Liga, de Matteo Salvini, um parceiro júnior na coligação governamental de Meloni – e, na quinta-feira, decidiram expulsar a AfD, após uma série de escândalos envolvendo Maximilian Krah, eurodeputado e cabeça de lista do partido alemão, que está a ser investigado por ligações suspeitas com a Rússia e a China.

Uma união entre o ID e o grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus (ECR), onde estão outros partidos de extrema-direita, como o Irmãos de Itália, de Meloni, o espanhol Vox ou o polaco Lei e Justiça, poderia vir a mudar o equilíbrio de forças no Parlamento Europeu.

As últimas sondagens apontam para que o ECR consiga 71 lugares e o ID 68, ou seja, um total de 139 entre 720 eurodeputados. Nestas contas há ainda a considerar dois partidos atualmente sem família política – a AfD, que deverá obter 17 lugares, e o Fidesz, do primeiro-ministro húngaro Viktor Orbán, expulso do PPE e que estará a ponderar escolher um destes grupos, e os seus previstos 12 eurodeputados.

De acordo com o *site* Europe Elects, o PPE deverá conseguir eleger 183 deputados e os Socialistas e Democratas 140, as atuais duas maiores forças do Parlamento Europeu. Mas, num cenário de união das extremas-direitas, estas passariam ser o segundo maior grupo, com mais de 160 eleitos.

No papel estas contas parecem ser um cenário de sonho para a extrema-direita europeia, mas na prática ID e ERC estão divididos por algumas questões-chave. Mais notavelmente, o ID está cético quanto ao apoio contínuo da União Europeia à Ucrânia contra a Rússia, enquanto o ECR apoia Kiev na sua luta.

Numa entrevista dada no domingo à noite à RAI, Giorgia Meloni disse não ter quaisquer linhas vermelhas quando se tratava de potenciais alianças com outras forças políticas no próximo Parlamento Europeu. "O meu principal objetivo é construir uma maioria alternativa àquela que governou nos últimos anos. Uma maioria de centro-direita, por outras palavras, que enviará a esquerda para a oposição na Europa".

"O meu principal objetivo é construir uma maioria alternativa à que governou nos últimos anos. Uma maioria de centro-direita, (...) que enviará a esquerda para a oposição na Europa", diz Meloni.

Sobre os temas que dividem ERC e ID, dias antes a italiana já tinha recordado que têm "alguns pontos em comum, por exemplo no combate à imigração ilegal", uma "abordagem menos ideológica" à transição ambiental, bem como "a defesa da identidade cultural europeia".

Ao mesmo tempo, Ursula von der Leyen, oriunda do PPE, já deu um sinal de que estará disposta a trabalhar com o ECR de Meloni, se tal for preciso para garantir um segundo mandato como presidente da Comissão Europeia. Mas não com o ID, considerado mais radical. Uma colaboração com o ECR "depende muito de como é a composição do Parlamento e de quem está em que grupo", disse Von der Leyen num debate de campanha no final de abril.

Num outro debate, na semana passada, a alemã voltou a ser questionada sobre este assunto, rejeitando acordos com "amigos de Putin", sem nunca mencionar a extrema-direita ou os conservadores, mas sublinhando "trabalhar bem" com a primeira-ministra italiana no âmbito do Conselho Europeu, qualificando-a como "pró-europeia", embora tenham "abordagens completamente diferentes" em matérias como os direitos LGBTQI.

Este piscar de olho de Ursula von der Leyen a Meloni pode acabar por lhe sair caro, já que muito provavelmente precisará do apoio do grupo Socialistas e Democratas para ser reeleita, e estes já mostraram claramente o seu desagrado à aproximação a Meloni e ao ERC.

"Os valores e os direitos não podem ser divididos segundo alguns acordos políticos", disse Nicolas Schmit, o *spitzenkandidat* dos socialistas, num debate. "Ou podemos lidar com a extrema-direita porque precisamos deles, ou dizemos claramente que não é possível um acordo, porque eles não respeitam os direitos fundamentais pelos quais a nossa Comissão tem lutado".

"Meloni encontra-se com duas mãos estendidas antes das eleições, uma de Le Pen, a outra de Von der Leyen", explicou ao jornal *The Guardian* Nicolai von Ondarza, do Instituto Alemão para Assuntos Internacionais. "Ela só pode aceitar uma."

ana.meireles@dn.pt

ANDREAS SOLARO / AFP

O Irmãos de Itália de Giorgia Meloni está no grupo parlamentar europeu ECR.

BREVES

França começa a debater lei da eutanásia

Os deputados franceses começaram a debater ontem um projeto de lei para permitir a eutanásia sob condições estritas, uma legislação que, se aprovada, aproximará a França de seus vizinhos europeus.
A grande reforma social do segundo mandato do presidente Emmanuel Macron representa, para alguns, a abertura da "caixa de Pandora" da eutanásia, enquanto outros a consideram necessária para acabar com o sofrimento dos doentes. Cerca de nove em cada 10 franceses apoia a permissão à eutanásia para pessoas "que sofrem de doenças insuportáveis e incuráveis", segundo uma sondagem recente da IFOP para a Associação pelo Direito de Morrer com Dignidade. Os debates deverão ser intensos, por pressão de representantes religiosos e dos cuidados paliativos, o que poderá arrastar esta questão até meados de 2025.

Milei procura investimentos nos EUA

O presidente da Argentina, Javier Milei, viajou ontem para os Estados Unidos em busca de investimentos para o setor tecnológico do seu país, naquela que é a sua sétima viagem ao estrangeiro em quase seis meses de Governo e numa semana crucial para o avanço do seu pacote de reformas no Congresso.
Milei vai acompanhado pelo ministro da Economia, Luis Caputo, nesta visita a Silicon Valley, onde se reunirá com representantes das principais empresas tecnológicas, entre elas Open AI, Apple e Google.
O chefe de Estado argentino discursa na amanhã na Universidade de Stanford e reúne-se no dia seguinte com o CEO da Meta, Mark Zuckerberg.
A viagem é a quarta aos Estados Unidos e a sétima na agenda internacional de Javier Milei que não inclui reuniões com chefes de Estado ou visitas a países vizinhos.

Coreia do Sul, China e Japão prometem aumentar a cooperação em rara cimeira

DIPLOMACIA Yoon Suk Yeol foi o anfitrião da reunião com Li Qiang e Fumio Kishida, onde também se falou de desnuclearização da Península Coreana.

Os líderes da Coreia do Sul, China e Japão reafirmaram ontem o seu objetivo de ter uma Península Coreana desnuclearizada, durante uma rara cimeira a três na qual também acordaram aprofundar os seus laços comerciais.

A cimeira, a primeira em quase cinco anos devido, desde logo, à pandemia, mas também às relações outrora azedas, uniu o presidente da Coreia do Sul, Yoon Suk Yeol, o primeiro-ministro chinês, Li Qiang, e o chefe do Governo japonês, Fumio Kishida, em Seul.

Apesar de a Coreia do Norte não estar oficialmente na agenda do encontro, horas antes da reunião, Pyongyang anunciou que iria, em breve, colocar outro satélite espião em órbita – uma medida que viola uma série de sanções da ONU, que impedem a realização de testes com recurso a tecnologia balística.

Numa conferência de imprensa conjunta, Yoon e Kishida apelaram à Coreia do Norte para que cancele este lançamento, com a Coreia do Sul a dizer que isso irá "minar a paz e estabilidade regional e global".

Yoon também apelou a uma resposta internacional "decisiva" se o líder norte-coreano, Kim Jong-un, prosseguir com o quarto lançamento do género – ajudado pelo que Seul alega ser assistência técnica russa, em troca do envio de armas para Moscovo usar na Ucrânia.

Mas a China, o mais importante aliado e benfeitor económica de Pyongyang, manteve-se em silêncio sobre o tema, com o primeiro-ministro Li a não mencionar o assunto na conferência.

Num comunicado conjunto emitido após o encontro, os países reafirmaram o seu compromisso para a "desnuclearização da Península Coreana", defendendo que a paz "serve os [seus] interesses comuns e as [suas] responsabilidades comuns".

A Coreia do Norte respondeu de imediato, dizendo num comunicado do porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros que "discutir a desnuclearização da Península Coreana constitui uma grave provocação política". E que qualquer discussão do tema "viola a posição constitucional do [seu] país como um Estado de armas nucleares", acrescentou, segundo a agência oficial de notícias.

A nível comercial, os três países anunciaram que vão organizar "discussões para acelerar as negociações para um Tratado de Livre Comércio trilateral" e impulsionar a cooperação tripartida, incluindo a realização de cimeiras regularmente.

Li também disse que concordaram em não transformar "questões económicas e comerciais em jogos políticos ou questões de segurança, e rejeitar o protecionismo, bem como a dissociação ou o corte das cadeias de abastecimento", de acordo com a informação da Agência Xinhua.

DN/AFP


CHUNG SUNG-JUN / POOL / AFP

Fumio Kishida, Yoon Suk Yeol e Li Qiang, em Seul.



Análise
Germano Almeida

Em que Nikki devemos acreditar?

Nikki Haley fez uma caminhada admirável nas Primárias Republicanas de 2024. Partiu com apenas dois ou três pontos percentuais, fez 19% no arranque no Iowa, mais do que duplicou no New Hampshire e somou outros Estados acima dos 40 pontos percentuais. Até venceu no Vermont e em Washington DC, e obteve 55% dos votos em condados de grandes universidades como Colorado, Richmond, Iowa ou Virgínia. Passou os 60% na *Beltway* (Alexandria, Arlington, Fairfax, Falls Church), num total de 30 condados a nível nacional.

Nunca chegou a ter hipóteses reais de tirar a nomeação a Trump, mas incomodou Donald muito mais do que os *trumpistas* desejavam ou imaginaram. Obteve um em cada quatro votos da *Super Tuesday*, ganhou no voto de licenciados em vários Estados. Acima de tudo, pareceu ter deixado uma marca: a de que teria sido possível uma alternativa credível e aceitável, se o Partido Republicano não se tivesse rendido há muito ao *trumpismo* populista, ultranacionalista, demagógico e antidemocrático.

De acordo com sondagem uma NYT/Siena, realizada pouco depois de Haley ter desistido, 48% dos votantes Haley nestas Primárias afirmaram ter preferido Biden a Trump em 2020 (32% preferiram). Já no que se refere ao mesmo duelo mas agora para 2024, os mesmos votantes Haley dariam ligeira preferência a Trump sobre Biden, num quase empate: 44% para 40%.

É claro que essa diferença antecipa um problema para Biden – é mais um indicador que sinaliza que o presidente vale, eleitoralmente, muito menos do que há quatro anos. Mas não deixa de ser significativo que 40% dos eleitores Haley nas Primárias considerassem, aquando da desistência de Nikki, votar em Biden em 2024.

Olhem para o que aviso, não para o que eu desejo

Nikki tinha toda a razão no que avisava durante a campanha: "Trump sabe que não ganhou em 2020 e não devia insistir na tese da fraude", insistia a ex-governadora republicana da Carolina do Sul. "Para a América, não é bom que Biden esteja mais quatro anos na Casa Branca, mas também não seria bom que Trump voltasse para lá."

> **"Se Trump ganhar e fizer um segundo mandato desastroso, ela até pode lembrar que, nas Primárias de 2024, tinha previsto "um caos" para esse cenário. É o lado calculista de Nikki Haley a funcionar no seu mais perverso esplendor."**

Haley antecipava nos comícios, com especial assertividade e clareza, que "o regresso de Trump seria o regresso do caos".

Perante tão acertados avisos, é caso para perguntar: o que terá levado Nikki Haley a apressar-se a declarar que vai votar em Donald Trump em novembro?

A resposta não é muito abonatória para a antiga Embaixadora dos EUA na ONU. Depois de uma campanha competente, eficaz e articulada, Nikki preferiu ignorar 40% dos seus eleitores e esquecer quase tudo o que disse sobre Donald. "Trump não tem sido perfeito em vários temas, mas Biden está a ser uma catástrofe como presidente. Por isso, vou votar em Trump."

Como candidata nas Primárias, Nikki revelou responsabilidade e dimensão de estadista. Mas, com isto, Haley mostra que é, essencialmente, uma política com ambições e que olha para os seus interesses futuros. Até já se esqueceu da tirada bem lançada que assinou durante a campanha: "Devemos escolher um candidato presidencial abaixo dos 75." Eram, claro, para os 81 anos de Biden – mas também para os 78 de Trump. Afinal, isso já não é impedimento para o voto de Nikki em novembro.

Mesmo que ganhe em novembro, Trump está fora das contas eleitorais em 2028 – será essa a meta imediata de Nikki e ela sabe que vai precisar de uma parte dos eleitores que, por agora, se renderam ao *trumpismo*.

Mais: se Trump ganhar e fizer um segundo mandato desastroso, ela até pode lembrar que, nas Primárias de 2024, tinha previsto "um caos" para esse cenário. É o lado calculista de Nikki Haley a funcionar no seu mais perverso esplendor.

Em que Nikki Haley deveremos acreditar?

Especialista em Política Internacional

PUBLICIDADE

avisos, tribunais e conservatórias

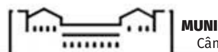
NOVA SCHOOL OF BUSINESS & ECONOMICS

Publicita-se a abertura de procedimentos de recrutamento de pessoal para a NOVA School of Business and Economics, aos quais podem candidatar-se indivíduos que reúnam as condições fixadas nos avisos disponíveis no seguinte endereço:

https://www2.novasbe.unl.pt/pt/sobre-nos/junte-se-a-nova-sbe

» **Referência NOVASBE.CT.60.2024 –** Um Técnico Superior para exercer funções no Gabinete do Reitor na Nova SBE, em regime de contrato individual de trabalho a sem termo.

O prazo-limite para submissão das candidaturas é de 6 dias úteis a contar da data da publicação do presente anúncio.



MUNICÍPIO DE LEIRIA
Câmara Municipal

AVISO N.º 51/2024/DEGU

Alteração à Licença de Operação de Loteamento titulada pelo Alvará de Loteamento Zona Industrial da Cova das Faias. Aditamento ao Alvará. Processo Loteamento n.º OM/1982/108.

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, torna-se público que a Câmara Municipal de Leiria emitiu, em 20 de maio de 2024, em nome da sociedade "EDA – Empresa de Distribuição Alimentar, Lda.", o Aditamento n.º 23 ao Alvará de Loteamento Zona Industrial da Cova das Faias, na sequência do despacho do Sr. Vereador datado de 18 de fevereiro de 2024, através do qual foi licenciada a alteração do Lote 12 sito na Rua da Sismaria – Zona Industrial da Cova das Faias, do Loteamento sito em Mata Nacional dos Pinheiros, extinta freguesia de Marrazes, atual União das Freguesias de Marrazes e Barosa, prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Leiria sob o n.º 6186/20001219, da freguesia de Marrazes e inscrito na matriz urbana sob o n.º 7669, da União de Freguesias de Marrazes e Barosa.

A alteração conforma-se com o disposto no Plano Diretor Municipal de Leiria, passando o Lote 12 a apresentar os seguintes parâmetros:

- Lote 12
  - Alteração de uso de indústria para indústria/comércio/serviços/armazém.
  - Introdução de nota para distribuição da área de construção por uso:
    - Área máxima de comércio/serviços/armazém com 5000 m²;
    - Área máxima de indústria com 8598 m².

Em tudo o mais mantêm-se as prescrições do Alvará de Loteamento Zona Industrial da Cova das Faias, emitido em 14 de setembro de 2000 e respetivos aditamentos, assim como os demais documentos que os integram.

E para constar se lavrou o presente Aviso a publicar em jornal de âmbito nacional e no sítio do Município de Leiria na Internet, bem como de Edital e outros de igual teor, que vão ser afixados no edifício-sede do Município e da respetiva União de Freguesias.

Leiria, 21 de maio de 2024

O Diretor de Departamento
(Por subdelegação – Edital n.º 73/2022)

ADMINISTRAÇÃO CONJUNTA DA AUGI DA FONTE SANTA-P4

CONVOCATÓRIA

Ex.mos Srs. Proprietários, Comproprietários e Promitentes-Compradores da Administração Conjunta da AUGI da Fonte Santa-P4

Ao abrigo do disposto no art.º 8 da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 165/99, de 14 de setembro, Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, Lei n.º 10/2008, de 20 de fevereiro, Lei n.º 79/2013, de 26 de dezembro e Lei 70/2015 de 16 de julho, o comproprietário infraidentificado convoca V. Ex.ª para a Assembleia a realizar no próximo dia **30 de junho de 2024, às 10 horas, no Pavilhão do Grupo Desportivo de Santa Eulália, sito no Largo D. Dinis, 1, Santa Eulália, Vialonga**.

Se à hora marcada não se encontrar constituído quórum deliberativo nos termos do art.º 1432.º, n.ºs 6 e 7 do Cód. Civil, fica desde já convocada nova Assembleia Ordinária para o mesmo dia, pelas 10.30 horas, no mesmo local acima referido, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1.º Eleição da Comissão de Administração – Aceitação de listas formadas por proprietários, comproprietários ou promitentes-compradores em número ímpar de três a sete membros, até ao início da Assembleia Geral.

2.º Eleição da Comissão de Fiscalização – Aceitação de listas formadas por proprietários, comproprietários ou promitentes-compradores em número de três, até ao início da Assembleia Geral.

3.º Deliberação sobre se os membros da Comissão de Administração são remunerados ou não.

4.º Deliberação sobre a sede da Administração Conjunta a instituir nesta Assembleia.

5.º Apresentação, discussão e votação do orçamento para o ano de 2024.

6.º Mandato de advogado para acompanhamento técnico do processo de reconversão e bem assim para promover a inscrição no Registo Nacional de Pessoas Coletivas da Administração Conjunta.

7.º Apresentação e votação do mapa de comparticipações nos encargos de reconversão dos proprietários, comproprietários e promitentes-compradores que integram a AUGI da Fonte Santa P-4, elaborado nos termos da al. c) do n.º 1 do art.º 15 da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro.

Vialonga, 27 de maio de 2024

O Comproprietário
Carlos Francisco dos Santos Varela

S.  R.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
AUTORIDADE MARÍTIMA NACIONAL
CAPITANIA DO PORTO DE TAVIRA

EDITAL N.º 5/2024

REGISTO PATRIMONIAL MARÍTIMO – DEMOLIÇÃO. ABATE DE REGISTO. EMBARCAÇÃO FAMÍLIA SAMAGAIOS PTTVR-119208-C

O CAPITÃO DO PORTO DE TAVIRA, Capitão-de-Fragata João Filipe Afonso Martins, no uso das competências que lhe são conferidas pelo número 1, e alínea f) do n.º 6 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 44/2002, de 2 de março, considerando o previsto nos termos da alínea a) do n.º do art.º 90.º, do n.º 1 do art.º 91.º, e n.º 3 do art.º 92.º do Regulamento Geral das Capitanias aprovado pelo Decreto-Lei n.º 265/72, de 31 de julho, e da alínea d) do n.º 1 do art. 112.º do Código do Procedimento Administrativo, **torna público que**:

1. Se encontra a decorrer nesta Capitania do Porto um **processo para demolição** e consequente cancelamento de registo da embarcação de pesca costeira, **PTTVR-119208-C FAMÍLIA SAMAGAIOS**.

2. A referenciada embarcação foi avaliada em 4800 € (quatro mil e oitocentos euros).

3. Face ao exposto, **serve ainda o presente Edital para**:

I – Citação dos credores ou quaisquer outros interessados para, no prazo de 30 (trinta) dias úteis a contar da data de afixação do presente edital, apresentarem por escrito, nesta Repartição, a sua oposição ou pronúncia sobre a matéria ora publicitada.

II – Expirado o prazo estabelecido no número anterior sem que credores ou interessados tenham intervindo ou resultando infrutíferas as novas diligências feitas, o processo de demolição seguirá os seus legais trâmites, sendo realizado o ato de demolição e ordenado o abate de registo, reportado à data em que terminou a demolição ou desmantelamento, nos termos do n.º 2 do art.º 96.º do Regulamento Geral das Capitanias.

4. Para que conste, com vista a garantir o devido conhecimento público, para a produção dos adequados efeitos legais, publica-se o presente Edital que será afixado no referido local, demais sítios que permitam uma adequada informação e no sítio eletrónico da Autoridade Marítima Nacional (www.amn.pt).

5. Este Edital entra em vigor em 21 de maio de 2024 (data da sua assinatura e afixação).

Capitania do Porto de Tavira

O Capitão do Porto
João Filipe Afonso Martins
Capitão-de-Fragata



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

EDITAL

Número: **07/2024**

António Ramos Preto, Presidente da Assembleia Municipal da Amadora, nos termos do n.º 1 do Art.º 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, faz público o teor das deliberações tomadas pela Assembleia Municipal da Amadora, na sua Sessão Ordinária de abril de 2024, realizada em 29 de abril de 2024:

1 – Aprovada por maioria a proposta da C.M.A. relativa aos *"Documentos de Prestação de Contas – Ano 2023 (Proposta n.º 143/2024)"*.

2 – Aprovada por maioria a proposta da C.M.A. relativa à *"Aplicação dos Resultados Transitados (Proposta n.º 145/2024)"*.

3 – Aprovada por maioria a proposta da C.M.A. relativa ao *"Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Freguesia de Águas Livres (Área de Intervenção Sociocultural) – Alteração (Proposta n.º 113/2024)"*.

4 – Aprovada por maioria a proposta da C.M.A. relativa ao *"Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Freguesia de Alfragide (Área de Intervenção Sociocultural) – Alteração (Proposta n.º 114/2024)"*.

5 – Aprovada por maioria a proposta da C.M.A. relativa ao *"Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Freguesia da Encosta do Sol (Área de Intervenção Sociocultural) – Alteração (Proposta n.º 115/2024)"*.

6 – Aprovada por maioria a proposta da C.M.A. relativa ao *"Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Freguesia da Falagueira-Venda Nova (Área de Intervenção Sociocultural) – Alteração (Proposta n.º 116/2024)"*.

7 – Aprovada por maioria a proposta da C.M.A. relativa ao *"Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Freguesia da Mina de Água (Área de Intervenção Sociocultural) – Alteração (Proposta n.º 117/2024)"*.

8 – Aprovado por maioria a proposta da C.M.A. relativa ao *"Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Freguesia da Venteira (Área de Intervenção Sociocultural) – Alteração (Proposta n.º 118/2024)"*.

9 – Aprovado por unanimidade o Voto de Saudação apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista designado "25 de Abril Sempre" (Voto de Saudação n.º 02/AMA/2024).

Amadora, 30 de abril de 2024

O Presidente
António Ramos Preto

NOVA SCHOOL OF BUSINESS & ECONOMICS

Publicita-se a abertura de procedimentos de recrutamento de Professores para a NOVA School of Business and Economics, aos quais podem candidatar-se indivíduos que reúnam as condições fixadas nos avisos disponíveis no seguinte endereço:

https://www.novasbe.unl.pt/pt/sobre-nos/junte-se-a-nova-sbe

» **Referência NOVASBE/PRD002/2024 –** 1 Lugar na carreira/categoria de Professor Catedrático em regime de direito privado, na área disciplinar de Gestão/Marketing.;

» **Referência NOVASBE/PRD003/2024 –** 1 Lugar na carreira/categoria de Professor Auxiliar em regime de direito privado, na área disciplinar de Gestão/Sistemas de Informação de Gestão.

» **Referência NOVASBE/PRD004/2024 –** 1 Lugar na carreira/categoria de Professor Auxiliar em regime de direito privado, na área disciplinar de Gestão/Empreendedorismo.

» **Referência NOVASBE/PRD006/2024 –** 1 Lugar na carreira/categoria de Professor Auxiliar em regime de direito privado, na área disciplinar de Gestão/Gestão de Recursos Humanos.

» **Referência NOVASBE/PRD008/2024 –** 1 Lugar na carreira/categoria de Professor Catedrático em regime de direito privado, na área disciplinar de Gestão/Estratégia.

» **Referência NOVASBE/PRD010/2024 –** 1 Lugar na carreira/categoria de Professor Auxiliar em regime de direito privado, na área disciplinar de Finanças/Econometria Financeira.

» **Referência NOVASBE/PRD011/2024 –** 1 Lugar na carreira/categoria de Professor Auxiliar em regime de direito privado, na área disciplinar de Economia/Macroeconomia.

O prazo-limite para submissão das candidaturas é de 15 dias úteis a contar da data da publicação do presente anúncio.



FC PORTO

André Villas-Boas, Pinto da Costa e Sérgio Conceição juntos na cerimónia de entrega da Taça de Portugal ao museu do FC Porto.

Conceição vai dizer que não fica, AVB já se despede com um "obrigado"

FC PORTO Treinador quer sair pela porta grande e acha que o seu ciclo de sete anos chegou ao fim. Villas-Boas ainda não tem ninguém contratado, mas há vários nomes referenciados.

TEXTO **NUNO FERNANDES**

A decisão está tomada e só um volte face inesperado fará Sérgio Conceição mudar de ideias. O DN sabe que o treinador está de saída do FC Porto e o destino mais provável, nesta altura, será o Olympique Marselha, da liga francesa. Apesar de ainda estar prevista uma reunião entre o técnico e Villas-Boas para os próximos dias, também o novo líder portista parece convencido de que a separação é inevitável. Talvez por isso, ontem, na cerimónia da entrega da Taça de Portugal ao museu, tenha falado em jeito de despedida.

"Uma palavra final ao *mister* Conceição, um obrigado por sete anos maravilhosos de vitórias e títulos. Uma palavra especial a si e um muito obrigado por tudo o que fez pelo FC Porto", referiu Villas-Boas. Uma declaração selada com um abraço entre os dois e que é mais uma prova de que o adeus vai mesmo confirmar-se.

Após a final da Taça de Portugal, Conceição garantiu que tinha a decisão tomada e que a iria comunicar esta semana. Mas, nas entrelinhas, entre declarações avulso e em conferência de imprensa, falou numa "nova era para se preparar muita coisa". E teve outras frases que cheiraram a despedida durante o balanço que fez dos seus sete anos no cargo.

Uma coisa é certa. Não irá cobrar um centavo ao clube (até porque a decisão é sua), apesar de ter renovado o seu contrato por mais quatro temporadas dois dias antes das eleições, ainda com Pinto da Costa na presidência. Na altura essa cláusula ficou estipulada no acordo, e o próprio referiu mais do que uma vez que não o faria, mesmo que a decisão de o dispensar partisse da SAD.

André Villas-Boas, que só hoje irá tomar posse como presidente da SAD, assim como os novos administradores, não tem ainda um treinador escolhido. O novo líder dos dragões sempre deu prioridade à continuidade de Sérgio Conceição, mas também ele foi tendo a perceção de que o cenário de saída seria o mais provável. E durante este período, apesar de não terem existido contactos formais com possíveis sucessores, foi sendo feito um trabalho de casa, existindo já neste momento um lote de técnicos referenciados pelo diretor desportivo Andoni Zubizarreta.

> Futuro de Sérgio Conceição pode passar pelo Marselha, clube francês que intensificou os contactos com o treinador na última semana.

Já em relação a Sérgio Conceição, o clube mais interessado e que intensificou os contactos na semana passada é o Marselha, que terminou a liga francesa no oitavo lugar e que por isso não vai estar presente em nenhuma prova europeia da próxima época. Chegou a falar-se há uns tempos da hipótese AC Milan, mas o clube italiano está em negociações muito adiantadas com outro português, no caso Paulo Fonseca. O técnico, sabe o DN, tem também sido alvo de sondagens de clubes da Arábia Saudita e Qatar. Mas não pretende trabalhar nesses mercados emergentes.

Na prática, a saída de Conceição é uma decisão que agrada às duas partes. Ao treinador porque deixa o clube pela porta grande, com a conquista da Taça de Portugal, depois de sete anos onde ganhou 11 troféus – três campeonatos (2017–18, 2019–20 e 2021–22), quatro Taças de Portugal (2019–20, 2021–22, 2022–23 e 2023–24), três Supertaças (2018, 2020 e 2022) e uma Taça da Liga (2022–23).

E também a Villas-Boas, pois encerra o fim de uma era no FC Porto, com a entrada em funções de uma nova estrutura para o futebol que pretende romper completamente com o passado, mais moderna e profissional, e mais dependente de um diretor desportivo (Zubizarreta), um espaço onde muito provavelmente Conceição perderia poderes e não seria do seu agrado.

Bicada de Pinto da Costa às arbitragens

O presidente portista, que hoje será ratificado como presidente da SAD, numa Assembleia Geral que irá marcar o adeus definitivo de Pinto da Costa ao FC Porto, esteve ontem presente na cerimónia de entrega simbólica da Taça de Portugal ao museu do clube- E além de ter deixado palavras elogiosas para Conceição, também o fez com Pinto da Costa. "Eu começo a ter memórias do FC Porto a partir dos 3/4 anos e estão intimamente ligadas a si, ao que me ofereceu enquanto adepto e sócio e serão um peso de responsabilidade e exigência para mim, para levar este clube no caminho das vitórias, no sentido da sustentabilidade e também da tanta glória que aqui deixou."

Pinto da Costa também fez questão de discursar no adeus: "Estou muito grato a todos. Foram anos inesquecíveis para mim. Foram 42 anos, é mais tempo do que a maior parte da vida que vocês têm, mas dediquei-os ao FC Porto, a vós e estou muito contente porque acho que, sem exceção, com todos os que lidei, conquistei um amigo. No abraço que vou dar ao Sérgio, queria incluir todo o grupo de futebol, e ao abraço que darei ao André Villas-Boas, queria transmitir o voto de felicidades que todos nós desejamos para o FC Porto."

O presidente que agora se despede deixou ainda uma bicada às arbitragens no balanço de uma época que considerou complicada: "Foi uma época muito difícil, de extrema dificuldade, por razões económicas, por atuação do que havia de maquiavélico nos nossos jogos com arbitragens inacreditáveis, com penáltis por marcar, outros marcados e revertidos, o que nunca se viu em mais clube nenhum, mas só a vossa força de vontade, capacidade e espírito de equipa é que conseguiu o que alcançámos e trazermos esta Taça para o Museu do FC Porto."

nuno.fernandes@dn.pt



ANNE-CHRISTINE POUJOULAT / AFP

Rafael Nadal, de 37 anos, acena ao público que tantas vezes o aplaudiu pelos seus feitos.

Roland Garros. Nadal foi eliminado, mas admite voltar

TÉNIS "Espero ver-vos outra vez, mas não sei", disse, após perder com Zverev. Aos 37 anos, sonha estar naquele *court* nos Jogos Olímpicos.

TEXTO **CARLOS NOGUEIRA**

Rafael Nadal foi ontem eliminado pela primeira vez na ronda inaugural do Roland Garros, em Paris, ao perder com o alemão Alexander Zverev em três *sets*, com os parciais de 6-3, 7-5 e 6-3. No final, o tenista espanhol de 37 anos não deu como garantido que este tenha sido o seu último encontro no torneio, do qual é recordista de títulos, com 14 troféus conquistados.

"É difícil para mim dizer. Não sei se será a última vez que estou aqui, diante de vocês, honestamente. Não estou 100% seguro, mas se foi a última vez, tenho de dizer que desfrutei do momento", disse Rafael Nadal no final do encontro, ainda no *court* principal do Philippe-Chatrier, perante cerca de 15 mil pessoas que tantas vezes aplaudiram as suas vitórias e os seus feitos.

Foi, por isso, para os seus admiradores que dirigiu as palavras mais sentidas: "Foram fantásticos durante toda a minha preparação e é difícil traduzir em palavras tudo o que sinto. É muito especial sentir o carinho das pessoas da forma que senti, no sítio que mais amei."

Com o olhar atento do filho, mas também de dois admiradores especiais como são Iga Swiatek (número um do *ranking WTA*) e Carlos Alcaraz (3.º do *ranking ATP*), Nadal referiu ter passado "dois anos muito difíceis ao nível das lesões".

"Passei por todo este processo com o sonho de voltar a estar em Roland Garros. A primeira ronda não foi a ideal. Fui competitivo, tive as minhas oportunidades, mas foi insuficiente diante de um grande jogador como o Sasha Zverev", referiu o antigo líder do *Ranking* Mundial, que entrou no quadro principal do *major* francês graças ao *ranking* protegido, uma vez que ocupa atualmente o 275.º lugar. De resto, esta foi apenas a terceira vez na sua carreira que foi derrotado na primeira ronda de um *Grand Slam*, depois de Wimbledon, em 2013, e do Open da Austrália, em 2016.



> "Talvez daqui a dois meses diga 'Basta, não posso dar nada mais', mas é algo que ainda não sinto. Ainda tenho alguns objetivos e espero regressar a este *court* nos Jogos Olímpicos", disse Rafael Nadal no adeus a Roland Garros.

O tenista espanhol admitiu ainda que "há uma grande percentagem" de hipóteses de não voltar a jogar em Roland Garros, mas ainda assim deixou a porta aberta à possibilidade de voltar a pisar aqueles *courts* nos Jogos Olímpicos de Paris, que se realizam de 26 de julho a 11 de agosto.

"O meu corpo está incrivelmente melhor do que há dois meses. Talvez daqui a dois meses diga 'Basta, não posso dar nada mais', mas é algo que ainda não sinto. Ainda tenho alguns objetivos e espero regressar a este *court* nos Jogos Olímpicos. Isso motiva-me", sublinhou, arrancando aplausos do publico que encheu as bancadas. "Espero ver-vos outra vez, mas não sei", disse, na despedida.

Após três horas e cinco minutos de jogo, Alexander Zverev foi o primeiro a falar ao público, mas apesar de ter saído vencedor, fez questão de que os holofotes fossem para o tenista espanhol. "Obrigado Rafa, por tudo o que fizeste pelo ténis. Foi uma honra ter jogado este encontro contigo, mas este é o teu momento e, por isso, não quero falar muito", disse o tenista alemão, número 4 do *ranking ATP*, que na segunda ronda vai defrontar o vencedor da partida entre o belga David Goffin (111.º) e o francês Giovanni Mpetshi Perricard (66.º).

carlos.nogueira@dn.pt

Mourinho tem proposta milionária da Arábia Saudita

MERCADO Empresário italiano fala de negociações com empresa petrolífera dona do Al Qadisiya, que subiu ao escalão principal. Proposta é de 150M€.

José Mourinho tem em mãos uma proposta louca do Al Qadisiya, clube recém-promovido ao principal escalão da Arábia Saudita, e que pertence à petrolífera Aramco. A notícia foi avançada pelo empresário italiano Giovanni Becali em declarações ao portal romeno DigiSport, garantindo que o treinador português está em "negociações com a empresa de petróleo mais rica do mundo", falando mesmo numa "proposta de 150 milhões de euros".

O mesmo agente sublinhou que Mourinho já reuniu com os responsáveis do emblema saudita, mas "não quer ir este ano, porque o clube ainda não tem um estádio" e, além disso, "pretende contratar 10 a 12 jogadores". Ainda assim, Becali diz que o treinador português de 61 anos está "a pensar na proposta com muita seriedade", sendo que o contrato seria de "quatro ou cinco anos, com o objetivo de ser campeão" durante esse período. "Ele preferia assinar agora e ficar um ano como conselheiro. Para já, ainda não sabe o que decidir", referiu o empresário.

José Mourinho está sem clube desde janeiro, altura em que deixou a AS Roma, clube onde esteve duas épocas e meia, tendo conquistado uma Liga Conferência da UEFA, além de ter sido finalista vencido da Liga Europa.

A confirmar-se a ida para a Arábia Saudita, tornar-se-á o quinto treinador português naquele campeonato, juntando-se a Jorge Jesus (atual campeão pelo Al Hilal), Luís Castro, Vítor Pereira e Pedro Emanuel.

Tribunal dá razão à Superliga contra FIFA e UEFA

JUSTIÇA Um tribunal de Madrid diz que os dois organismos "abusaram da sua posição dominante" e que "devem cessar a conduta anticompetitiva".

A FIFA e a UEFA "abusaram da sua posição dominante" e devem "cessar a sua conduta anticompetitiva". Esta foi a decisão do Tribunal Superior e Justiça (TSJ) de Madrid sobre o caso da Superliga de Futebol, dando assim provimento parcial à ação movida pela European Super League Company (ESLC) contra a UEFA e a FIFA, e declarou que ambas as organizações abusaram da sua posição dominante e impedem a livre concorrência no mercado.

A UEFA e a FIFA reivindicam "o poder discricionário para proibir a participação em competições alternativas e impor restrições injustificadas e desproporcionais", o que viola o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), adianta ainda o TSJ.

O tribunal ordena à FIFA e à UEFA, que podem recorrer da sentença, "que cessem a conduta anticompetitiva sancionada" e proíbe "a sua futura repetição", além de os condenar "a remover imediatamente todos os efeitos de ações anticoncorrenciais ocorridas antes ou durante a vigência deste procedimento".

Em abril de 2021, a ESLC anunciou o lançamento da Superliga, promovida, a princípio, pelos clubes espanhóis Real Madrid, Barcelona e Atlético de Madrid, pelos italianos AC Milan, Inter Milão e Juventus e pelos ingleses Liverpool, Manchester City, Chelsea, Manchester United e Tottenham. A primeira versão do projeto da Superliga foi rapidamente enterrada devido à oposição dos adeptos dos clubes ingleses e às ameaças da UEFA e da FIFA.



Thriller e drama numa simbiose comovente.

Benedict Cumberbatch e o monstro cá dentro

SÉRIE Do melhor que vamos ver este ano no *streaming*, Eric traz Benedict Cumberbatch na pele de um pai com uma mente brilhante e disfuncional, carregado de culpa. O género de personagem que o ator veste às mil maravilhas, no caso, envolvida pela Nova Iorque dos Anos 1980. Chega à Netflix esta quinta-feira.

TEXTO **INÊS N. LOURENÇO**

Sentados numa carruagem de metro, no caminho para casa, um miúdo tenta mostrar ao pai o desenho que fez. O pai é um marionetista famoso, criador de um programa infantil tipo *Rua Sésamo*, e naquele instante está distraído a observar a *fauna* da carruagem, parecendo ignorar em absoluto o boneco que o filho desenhou (e que desconfiamos ter potencial criativo para entrar no seu programa).

Mais tarde, ao jantar, já tocado pelo álcool, o pai pergunta ao rapaz sobre a "coisa grande e azul" que ele imaginou e passou à página, pedindo-lhe para descrever os detalhes físicos do tal boneco. Aí percebemos: este pai irritante, pouco empático, sobre o qual fomos formulando uma opinião desde os primeiros minutos da minissérie *Eric*, não está tão fechado sobre si mesmo, como se sugere – afinal, ele ouviu o filho. Talvez o mal-estar que se vislumbra na sua postura, em contraste com a natureza da profissão de marionetista, seja apenas um escudo... E só um ator como Benedict Cumberbatch para tratar estas subtilezas de personalidade ao nível do artesão que modula a voz como quem afina a música do corpo. O ator perfeito para assumir a pele de alguém cuja mente não para de trabalhar.

Em estreia esta quinta-feira na Netflix, *Eric* não será bem a série que as imagens, desde logo o cartaz, dão a entender. E esse é o primeiro elogio que deve ser feito à *showrunner* Abi Morgan, britânica que aqui se associa à realizadora conterrânea Lucy Forbes (do excelente *In My Skin*), nos seis episódios, para criar uma ficção robusta e cheia de linhas secundárias substanciais. A saber, não se trata de uma história fofinha e familiar, em que o boneco funciona como um amigo imaginário que ajuda a resolver problemas; nem se dá sequer o caso de a personagem de Cumberbatch sugar toda a energia do drama, como aconteceria se a escrita não tivesse camadas e força suficientes para apontar em diferentes direções e enriquecer o quadro.

> Só um ator como Benedict Cumberbatch para tratar as subtilezas de personalidade ao nível do artesão que modula a voz como quem afina a música do corpo. O ator perfeito para assumir a pele de alguém cuja mente não para de trabalhar.

A cidade como tapeçaria

Estamos na Nova Iorque dos Anos 1980, com a taxa de criminalidade a insinuar-se nos olhares de rua, na desolação dos sem-abrigo, e há uma criança que desaparece precisamente na manhã em que o pai se distraiu e a deixou ir sozinha para a escola. A mesma criança, Edgar, que tentara chamar a atenção do pai, Vincent (Cumberbatch), com o desenho no dia anterior, e que saiu do prédio cabisbaixo depois de ter presenciado a enésima discussão entre os progenitores.

O que se segue, naturalmente, é uma investigação liderada por um detetive da polícia de Nova Iorque, ao mesmo tempo que Vincent, carregando o peso insuportável da culpa, se deixa tomar pela crença (vista como insana) de que o filho voltará para casa se ele transformar o monstro desenhado numa figura de tamanho real e o levar à televisão, através do seu programa, *Good Day Sunshine*.

Eis então as duas linhas narrativas paralelas que se estabelecem: por um lado, o detetive negro e homossexual que navega, com cuidado, o ambiente racista do seu departamento, enquanto prova ter agilidade para explorar os segredos sujos da cidade; por outro lado, o marionetista, essa espécie de "génio Jim Henson", com uma saúde mental frágil, que inicia a sua própria missão, vendo-se, a partir daí, acompanhado pelo monstro... em tamanho real. É essa figura que dá nome à série, pois claro.

Sem nunca tornar a presença do boneco Eric adocicada ou suscetível de ser lida à luz de uma simples fantasia infantil, o argumento de Abi Morgan – e, já agora, a realização plena de texturas de Lucy Forbes – enveredam por um formato de *thriller* urbano que em tudo privilegia uma malha coletiva, ou a realidade americana de um tempo captado no espírito e na forma.

"Havia algo de muito particular nos Anos 80", disse a criadora ao jornal *Los Angeles Times*, remetendo para a sua experiência de Nova Iorque em tal época. "Era um caldeirão e um ponto de mudança, uma altura de areias movediças, cheia de medos e esperança, com momentos de grande liberdade e outros em que se derrubava essa liberdade. Pareceu-me um tecido e uma tapeçaria verdadeiramente ricos para definir *Eric*."

Com efeito, essa tapeçaria permite à série ganhar espessura dramática e não se resumir à ideia de um conto impoluto sobre a paternidade. Quer dizer, ao centrar a falha psicológica de Vincent/Cumberbatch, Morgan não deixa de desenvolver uma rede complexa de personagens, que tanto pode passar pelo velho zelador de um prédio, como pelos políticos locais. É uma série que cose magnificamente família, casamento, foro psíquico, corrupção e preconceito, sem deixar as costuras à vista: tudo se harmoniza pela escrita dura e emocional de Morgan, que extrai da matéria dos atores (entre eles, um português, José Pimentão) a riqueza e angústia das relações.

Em especial, a personagem a cargo de Benedict Cumberbatch configura mesmo um estudo sobre a capacidade que temos, ou não, de mudar – não é por acaso que se ouve, em dois momentos diferentes, uma citação de Tolstoi: "Todos querem mudar o mundo, mas ninguém se muda a si mesmo." A haver mudança, terá de ser visceral, e o ator britânico é um especialista, não só na linguagem nervosa das mentes agitadas (*O Jogo da Imitação*, *Sherlock*, *Patrick Melrose*, *A Vida Extraordinária de Louis Wain*...), como na mais pura metamorfose interior. Qualquer coisa que escapa ao olho nu, e que, ao manifestar-se, causa deslumbre.

Cada episódio de *Eric* procura um ponto de equilíbrio na arte de narrar, para que o mínimo movimento desta teia urbana mexa com a estrutura toda, e se perceba que o comportamento humano individual não está desligado da vida em sociedade. Assim como não estamos desligados dos nossos demónios felpudos... O que dizer mais, sem dizer demasiado? Uma das melhores séries de 2024, com um monstro a pedir para ficar debaixo da nossa cama.

Jorge Silva Melo, o eterno rapaz e o seu cinema

LIVRO *Viver Amanhã Como Hoje*, o mais recente catálogo da Cinemateca, dedicado a Jorge Silva Melo, foi um projeto que começou com a colaboração do próprio e terminou já depois da sua morte em 2022. Um trabalho de paixão e resistência, a versar sobre o cineasta, sem esquecer todas as facetas do homem da cultura.

TEXTO **INÊS N. LOURENÇO**



Jorge Silva Melo em *Ainda Não Acabámos - Como se Fosse uma Carta* (2016).

A primeira coisa que nos atrai é a capa. Um azul-claro com *nuances*, que sugere o movimento cromático ou a mistura imperfeita, inacabada, de uma pintura. É um azul que está nos filmes de Jorge Silva Melo (*Agosto*, *Coitado do Jorge*), um azul que nos faz imaginar um céu encenado ou um sofá macio; algo que se põe diante dos olhos ou que se sente pelo tato. Não é despropositado pensar tudo isto quando se contempla a capa de *Viver Amanhã Como Hoje*, porque Jorge Silva Melo via e sentia como poucos, ignorando critérios ou barreiras de apreciação. "Gosto de tantos filmes tão diferentes uns dos outros, quase diria que, ao iluminar-se o ecrã, sou realmente feliz com as luzes que se apagam, as cortinas que se abrem, aquelas primeiras luzes, a promessa", lê-se no texto intitulado *Carta-branca Sem Receita* que abre este catálogo editado pela Cinemateca, qual mergulho da imensidão do azul de Silva Melo.

O trabalho agora lançado, como qualquer dos catálogos da Cinemateca Portuguesa, surgiu na sequência de uma retrospetiva do realizador, cujo foco fundamental não deixa de dar testemunho da sua cinefilia ardente, da postura do encenador, crítico e ensaísta, enfim, do homem da cultura e da arte.

"O Jorge Silva Melo é um autor pleno, original, absolutamente reconhecível. Essa dimensão perpassa todo o catálogo, nas referências e citações abundantes", refere ao DN Maria João Madeira, programadora da Cinemateca, responsável pela organização desta obra, chamando a atenção para os apontamentos que surgem nas últimas páginas do catálogo: "No final, as notas avulsas retiradas de publicações numa rede social foram uma forma de prolongar o diálogo, mostrando como, mesmo em pequenas publicações, ele continuava a falar de cinema. Como o cinema, a cinefilia, continuavam a ser parte da sua vida e do quotidiano."

Integrar estas notas soltas condiz plenamente com a informalidade de Silva Melo, a sua atitude de "transmissão", "circulação", palavras essenciais de um universo que recusa o ponto final, a conclusão. À imagem do próprio, o livro "assume a centralidade da profusão de fotos e uma dimensão de rascunho, de caderno de trabalho", realça Maria João, depois de lembrar a morosidade e violência do processo de edição, mais a retrospetiva que esteve na sua origem: primeiro, os confinamentos causados pela pandemia, que adiaram a retrospetiva e a carta-branca de Silva Melo, e, por fim, a morte do cineasta, em 2022, que fez repensar vários aspetos do livro.

"O catálogo teve, desde o início, uma ideia-mestra clara: dar aos filmes do Jorge Silva Melo a atenção que nunca tiveram, por circunstâncias várias. Dar visibilidade à sua obra no cinema, que ou não foi vista, ou foi pouco vista, e teve poucos ecos; ou foi, pelas mesmas razões, considerada acessória em relação ao teatro, sobretudo. Quis pensar um catálogo que refletisse uma análise da filmografia, da influência que foi tendo nas obras de outros realizadores, da sua geração e de gerações mais novas. No fundo, trazer à superfície toda a parte do seu trabalho que esteve submersa durante décadas, no caso da ficção de longa-metragem, ou que não foi encarada em termos de conjunto e na sua especificidade criativa", esclarece Maria João Madeira, acrescentando que o facto de Silva Melo ter depositado na Cinemateca os documentos relativos à sua vida no cinema foi "precioso" para a conceção do livro.

Assim, o que se encontra nas mais de 400 páginas de *Viver Amanhã Como Hoje* (título tirado de um verso de Shakespeare) é um conjunto generoso de textos, cuja autoria vai de João Bénard da Costa a Miguel Lobo Antunes, passando por Regina Guimarães, Luís Miguel Cintra, Paulo Rocha, Sofia Areal, etc., mais as entrevistas raras (uma particularmente completa, conduzida por Francisco Ferreira, a propósito da retrospetiva no *LEFFEST* de 2014), escritos de Silva Melo, pois claro, e a dar conta do que ficou por fazer, um capítulo à volta dos projetos não-realizados.

Como nos conta a programadora, esta última proposta de mostrar os materiais de projetos não-concretizados – em especial, um que se chama *A Linha da Vida* – foi comentada com o próprio em 2020, que "não só concordou de imediato, como ficou divertido com a ideia". De resto, "publicar, ou referir, projetos não-realizados é contar uma parte da história que ficou por acontecer; revelar pontos desconhecidos do percurso. O cinema português está cheio de filmes que ficaram por fazer. No caso do Jorge Silva Melo, o percurso no cinema foi constantemente interrompido ou dinamitado pelas circunstâncias."

Este contacto inédito com o modo como o realizador de *António, Um Rapaz de Lisboa* planeava um filme é apenas uma das belas formas que o livro tem de nos pôr em contacto com a lógica do "ainda não acabámos", outro título seu. Um estado de imperfeição graciosa, como o azul da capa.

Outras recentes edições Cinemateca

Com a aproximação da *Feira do Livro de Lisboa*, que começa amanhã, impõe-se olhar outras edições recentes da Cinemateca. Destaca-se aqui outro catálogo, *Fernando Matos Silva – O Cinema a Fazer a Realidade*; os chamados *Cadernos da Cinemateca* (publicações que acompanham ciclos de autor), neste caso, dedicados ao realizador senegalês Djibril Diop Mambéty, ao luso-francês Carlos Vilardebó, ao belga Boris Lehman, ao projeto FILMar e ao documentário americano no período do *New Deal*, através dos documentaristas Leo Hurwitz e Pare Lorentz; e o mais ambicioso projeto da casa, *Escritos Sobre Cinema*, de João Bénard da Costa.

Com efeito, a publicação dos dois volumes finais deste projeto editorial que somou oito livros, divididos em dois Tomos, ficará para a história da Cinemateca pela sua envergadura e longo processo (o primeiro livro saiu em 2018). Trata-se de uma integral dos textos do antigo diretor da Cinemateca e figura de proa da cinefilia portuguesa – textos sobre filmes, organizados por realizadores, e outros isentos dessa categoria –, que contagiam o leitor pela prosa acesa, por vezes arrebatada, com que "dá a ver" os filmes. Muito simplesmente, estas são as bíblias dos cinéfilos.

VIVER AMANHÃ COMO HOJE
Vários autores
Edições Cinemateca
454 páginas



Opinião
Guilherme d'Oliveira Martins

Economia Humana

Foi Eduard Bernstein (1850--1932) quem melhor leu criticamente a obra de Karl Marx, uma vez que acompanhou diretamente o percurso intelectual do autor alemão, sendo também muito próximo de Friedrich Engels, de quem, aliás, foi testamenteiro. Estudioso dos economistas marginalistas, demonstrou com clareza as limitações da conceção de David Ricardo sobre o valor dos bens, corrigindo a dialética de Hegel, com recusa do determinismo e da ideia do capitalismo como fase transitória, antes de um final comunista. Por outro lado, libertou-se do utopismo de Saint Simon, com a distinção de ociosos e laboriosos, pondo a tónica na afirmação essencial do movimento e não do objetivo. Ou seja, o fundamental seria a ideia de reforma gradual associada ao respeito pela liberdade expressa na legitimidade do voto dos cidadãos e na mediação das instituições.

A recente obra de António Rebelo de Sousa *Da Reforma do Capitalismo* (Guerra e Paz) constitui uma excelente oportunidade para podermos ter uma visão de conjunto sobre a mais recente evolução da ciência económica, considerando a complexidade nas ciências sociais e a prevenção contra o risco utópico totalitário de uma sociedade final supostamente conciliada. Numa análise pedagogicamente exemplar, o autor desconstrói as visões redutoras, começando pela análise da perspetiva marxista-radical pessimista, com base nos contributos de Michael Hudson, passando para a perspetiva liberal reformadora de Timothy Geithner, seguindo para a leitura de Paul Collier e para o pensamento dinâmico de Mariana Mazzucato, culminando na perspetiva teórica "hipercriativa" de Thomas Piketty.

A preocupação constante desta visão panorâmica tem a ver com a procura da compatibilidade entre o sistema capitalista e a democracia política, encarada não apenas como método de escolha dos governos, mas como sistema de valores. Se Hudson parece acreditar numa alternativa ao modelo ocidental que fosse ao encontro da suposta eficiência dos coletivismos russo e chinês – a verdade é que não podemos esquecer o evidente risco totalitário, na aceção de Hannah Arendt, o capitalismo selvagem siciliano de uma Rússia que tem esquecido a cultura ancestral de Leão Tolstoi, bem como a muito fraca competitividade financeira desses países. Já Timothy Geithner insiste na regulação anticíclica, na autorreforma e no planeamento estratégico, para responder aos problemas energéticos, demográficos, da exclusão e da pobreza, da saúde, da educação e formação.

Para Paul Collier, capitalismo e democracia representativa completam-se, em nome de uma rede de obrigações recíprocas que devem favorecer a inclusão e a partilha de responsabilidades, envolvendo a satisfação das necessidades dos *stakeholders*, numa lógica de eficiência e equidade, de participação e mediação no governo das empresas. Por isso, Marina Mazzucato insiste na partilha pública de responsabilidades e na prioridade na gestão das empresas centrada em decisões e investimentos capazes de gerar maior rendibilidade no longo prazo – passando a haver uma maior progressividade na tributação dos rendimentos de capitais e condições práticas para o seu caráter multiplicador, com reforço da auditoria e da *compliance*, para reduzir possibilidades de sobrevalorização de custos e de eventual corrupção. Thomas Piketty, ao propor o voluntarismo de um capitalismo socializante e democrático, enfrenta resistências como as catástrofes ambientais, a concorrência entre grandes potências e a ascensão chinesa – o que pressupõe incertezas e resistências duradouras. E a referência à Inteligência Artificial é indispensável, vista como oportunidade e como instrumento necessário. E temos de lembrar o exemplo da "Nova Fronteira" do presidente Kennedy, ao pôr o homem na Lua numa década, como impulso global envolvendo conhecimento, investigação científica, decisão e avaliação. Eis a esperança no coração da Economia Humana que esta obra de leitura fundamental bem analisa.

Administrador executivo da Fundação Calouste Gulbenkian



Opinião
Luís Castro Mendes

Os náufragos do Império

Sobreviventes, o filme de José Barahona que tivemos oportunidade de ver no *Indie Festival* (e para quando a sua exibição nas salas de cinema?), é, para além de um belo filme, ritmado pelo rumor das ondas do mar, uma obra que se inscreve, com plena oportunidade e sem sombra de oportunismo, no debate entre nós necessário sobre o colonialismo e a escravidão.

Um navio negreiro naufraga e os sobreviventes falham naturalmente em reinstalar a ordem escravocrata, dominados que estão pela necessária luta de sobrevivência. Mas não há aqui quaisquer complacências: a violência é a matriz daquelas relações e nunca isso é esquecido. A chegada a uma espécie de quilombo, onde outros escravos naufragados se organizaram em comunidade, mostra que não há paraísos: os brancos (a proprietária de engenho, a menina engravidada pelo mordomo negro, o padre e o intelectual consciente e crítico do tráfico) são feitos escravos dos seus antigo escravos, numa reversão da situação, que só conhece uma abertura para a dignidade de todos quando da festa dionisíaca que se segue a uma bem-sucedida pescaria.

O filme não oferece quaisquer ilusões e mostra bem como a humanidade de todos, opressores e oprimidos, se vê negada e abafada pela ordem colonial escravocrata.

O questionamento atual desse passado ganha, com este filme, uma expressão artística poderosa e um ponto de partida para um debate inteligente e sem maniqueísmos sobre o nosso passado histórico.

Mais do que reparações que não apagam o irreparável, é a consciência plena da desumanidade do sistema colonial escravocrata, que por certo não foi invenção nem exclusivo dos portugueses, mas que nem por isso deixa de estar na nossa matriz histórica, é essa consciência lúcida e sem disfarces que faz falta à nossa condição comum de portugueses. Nós não estávamos lá, por certo, e muitos de nós combateram esse regime iníquo, muitas vezes ao preço da sua vida ou da sua liberdade. Mas enquanto comunidade histórica constituída em nação não podemos ignorar ou dourar esse passado.

Tal não significa uma mera condenação moralista, antes deve apontar para uma lição sobre o presente. É contra todas as formas de humilhação e desumanização que persistem nos dias de hoje que uma consciência esclarecida se deve bater.

Mas o conhecimento de nós próprios passa também pela memória, que se não pode perder, das lutas do passado. Nesse sentido, constitui uma valiosíssima contribuição o recente livro de Manuel Alegre, *Memórias Minhas*, que nos consegue trazer, com a naturalidade de uma conversa aberta, todo um percurso de vida poético e revolucionário e assim traz para junto de nós a nossa História recente, com todas as suas zonas negras e todas as suas vitórias, vista por um dos seus protagonistas essenciais.

O poeta Patrice da La Tour du Pin disse um dia que "todos os países que deixaram de ter lenda estão condenados a morrer de frio". Nós temos de ter uma nova épica sobre nós próprios, como nos convida Manuel Alegre no final das suas *Memórias Minhas*. Mas uma épica que não minta nem oculte, como a mitologia lusotropicalista faz, mas que seja uma épica de luta e não de contrição, de desafio e não de sujeição. Uma épica ligada aos grandes movimentos emancipatórios da História e não aos ecos nostálgicos de um Império que naufragou.

"É contra todas as formas de humilhação e desumanização que persistem nos dias de hoje que uma consciência esclarecida se deve bater."

Diplomata e escritor

Novo projeto jornalístico do Diário de Notícias

Escrito em português do Brasil e dirigido à comunidade imigrante brasileira em Portugal, o *Diário de Notícias Brasil* terá um suplemento mensal em papel e um *site* noticioso com atualização diária, além de um *podcast* e *newsletter* semanal. O lançamento ocorre no ano em que o Diário de Notícias celebra 160 anos de vida.

TEXTO **AMANDA LIMA**

 **DN BRASIL**  **dn_brasil_oficial**

A pensar na comunidade brasileira residente em Portugal, o Diário de Notícias prepara-se para lançar no dia 3 de junho o primeiro número do DN Brasil, um suplemento mensal com notícias escritas em português do Brasil e um *site* (em *www.dnbrasil.dn.pt*) com atualização diária noticiosa. A edição em papel irá para as bancas juntamente com o Diário de Notícias.

O objetivo do DN Brasil é valorizar os imigrantes que escolheram Portugal para viver e promover a integração na sociedade portuguesa. O lançamento do DN Brasil ganha contornos ainda mais especiais neste ano em que o Diário de Notícias completa 160 anos em dezembro.

Com os olhos postos no futuro, o DN é uma marca que valoriza a tradição e, ao mesmo tempo, está aberta às transformações da sociedade, neste caso representadas pelo crescente número de estrangeiros residentes no nosso país e a sua contribuição para toda a sociedade. O Diário de Notícias Brasil terá o mesmo rigor e os mesmos valores que regem o Diário de Notícias, nos quais se destacam a pluralidade, credibilidade, verdade e respeito pela Constituição da República Portuguesa.

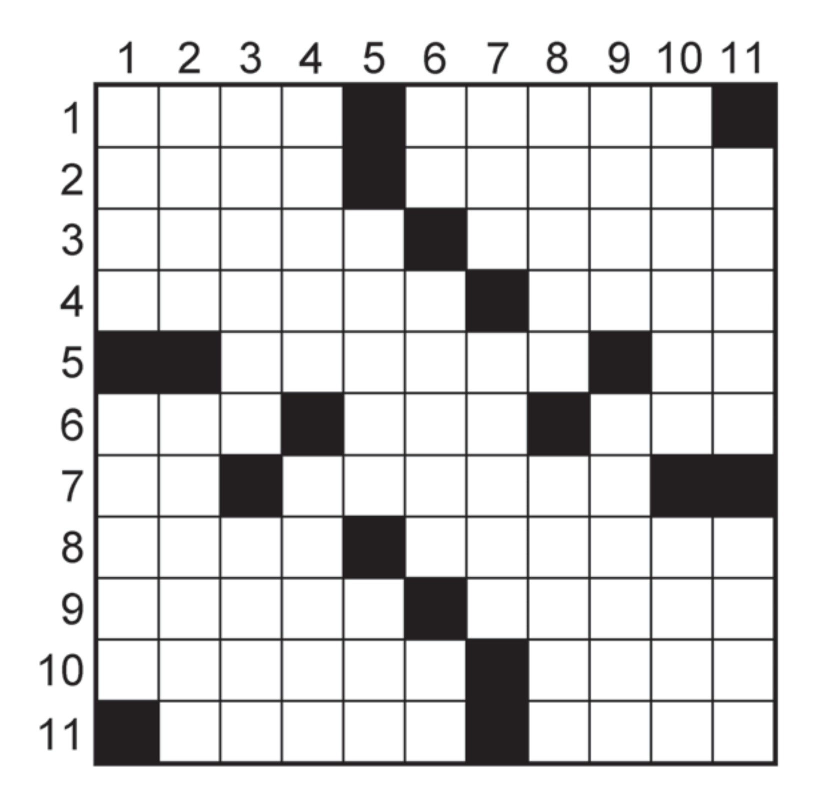
> O *Diário de Notícias Brasil* terá o mesmo rigor e os mesmos valores que regem o *Diário de Notícias*, como a pluralidade, credibilidade e a verdade.

As notícias serão selecionadas conforme os critérios jornalísticos, de acordo com o carácter de atualidade, interesse público e proximidade, tendo como audiência os migrantes – mas também todos aqueles que convivem com a comunidade imigrante, como empresários, familiares e amigos. Notícias de serviço público e de utilidade para estes leitores e que tornem menos complicado o dia a dia desta comunidade em Portugal serão um dos focos do Diário de Notícias Brasil.

Os textos serão escritos em português do Brasil, como forma de valorização da língua portuguesa em toda a sua latitude, mas também para contribuir para aproximar ainda mais os dois países. Iremos, contudo, em cada um dos conteúdos publicados no DN dar nota aos leitores de que estes, assinados pelos jornalistas do DN Brasil, estarão escritos na versão brasileira do idioma. Além do suplemento e do *site*, o DN Brasil irá ter também uma *newsletter* semanal e um *podcast*, sempre com histórias que mostrem a grande diversidade dos imigrantes brasileiros em Portugal.

Os leitores estão por isso convidados a acompanhar este novo projeto do DN e segui-lo nas redes sociais, sempre com a assinatura DN Brasil.

PALAVRAS CRUZADAS



Horizontais:
1. Fiel. Unidade monetária do Reino Unido. **2.** Ave de rapina. Exaspera. **3.** Banho de vapor, de origem finlandesa. Apagar. **4.** Falso. Planície à beira de um rio. **5.** Esquivo (figurado). Hectare (símbolo). **6.** Oferecer. Aperto com nó. Preposição designativa de substituição. **7.** Érbio (símbolo químico). Fictício. **8.** Que tem a superfície plana. Sagaz. **9.** Anos de vida. Enfeitar com oiro. **10.** Corrida de embarcações. Certo ruído na respiração. **11.** Diz-se do animal cujos olhos têm coloração azul-clara. Impulso.

Verticais:
1. Período. Dissolver em líquido. **2.** Erguer. Secura. **3.** Dar a cor do ouro a. História longa. **4.** Enfeitar. Misturar com iodo. **5.** Protelar. Abreviatura de *et cetera*. **6.** Rio chinês muito visitado por turistas. Molusco bivalve que pode produzir pérolas. «A» + «o». **7.** Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares. Fortemente unido. **8.** Intrépido. Arremessa. **9.** Sorteio por meio de bilhetes numerados. Diz-se do número gramatical que indica mais de um. **10.** Caminho estreito que encurta a distância entre dois lugares. Caule. **11.** Assorear. Discursar.

SUDOKU

	1	2			7			
	3		5		1		7	6
				9				1
	2	1					3	
7	9				3			5
			9	7		6		
3				5	4	1		
					9	5		
	5			6		4		3

SOLUÇÕES

6	1	2	8	3	7	9	5	4
9	3	8	5	4	1	2	7	6
4	7	5	6	9	2	3	8	1
5	2	1	4	8	6	7	3	9
7	9	6	1	2	3	8	4	5
8	4	3	9	7	5	6	1	2
3	6	9	7	5	4	1	2	8
2	8	4	3	1	9	5	6	7
1	5	7	2	6	8	4	9	3

Palavras Cruzadas
Horizontais:
1. Fido. Libra. 2. Açor. Irrita. 3. Sauna. Safar. 4. Errado. Vale. 5. Arisco. Ha. 6. Dar. Ato. Por. 7. Er. Irreal. 8. Liso. Astuto. 9. Idade. Oirar. 10. Regata. Rala. 11. Zarco. Alor.
Verticais:
1. Fase. Delir. 2. Içar. Aridez. 3. Dourar. Saga. 4. Ornar. Iodar. 5. Adiar. Etc. 6. Li. Ostra. Ao. 7. IRS. Coeso. 8. Bravo. Atira. 9. Rifa. Plural. 10. Atalho. Talo. 11. Arear. Orar.



Vários aspetos da nova aposta da Cupra: Tavascan, o primeiro SUV 100% elétrico da marca espanhola.

TAVASCAN

O novo SUV elétrico da Cupra chega no final do verão

MOTORES Desenhado em Barcelona e produzido na China, pode ser encomendado já a partir de junho no mercado nacional.

TEXTO **FERNANDO MARQUES,** *MOTOR 24*

Depois do sucesso obtido com o Formentor – o primeiro modelo integralmente desenvolvido de acordo com a filosofia Cupra –, que vendeu mais de 100 mil unidades, a jovem marca espanhola aproveita o embalo para lançar o seu primeiro SUV 100% elétrico.

O Tavascan é um SUV *coupé* que adota o nome de uma povoação catalã, tem um aspeto musculado, e partilha algumas semelhanças com o *concept* que lhe deu forma. Na frente todos os elementos se alinham para representar o "V" do logótipo da marca, desde o *capot* esculpido, às tomadas de ar inseridas no para-choques. Para a nova assinatura luminosa Matrix LED nos faróis, a forma geométrica escolhida é um triângulo, que é também utilizado nos farolins traseiros e torna o Tavascan imediatamente reconhecível na estrada.

Lateralmente os *designers* jogaram com a "luz e sombra", na forma como a luz reflete na zona das portas, para lidarem com a área disponibilizada pela linha de cintura elevada. A linha ascendente desloca naturalmente o ar à volta do SUV desde a frente até ao *spoiler* traseiro.

Dimensões disfarçadas

Disfarça bem as dimensões com 4,64 metros de comprimento, 1,86 de largura, 1,59 de altura, e contribui para um coeficiente aerodinâmico de referência, fixado nos 0,26Cx.

A irreverência do *design* Cupra continua no interior, onde a cor cobre é profusamente utilizada e encontramos inspiração das obras do arquiteto catalão Antoni Gaudí na forma de uma espinha dorsal que sobe desde a consola central e funciona como um esqueleto para suportar os restantes elementos do *tablier*, como o ecrã de infoentretenimento de 15".

Destacamos o conforto proporcionado pelos bancos desportivos que utilizam poliéster e microfibra reciclados, linho e pele sintética. Estão disponíveis nas cores *Soul Black*, *Dark Night*, ou *Enceladus Grey Metallic*, esta última exclusiva apenas para as *baquets* CUP Bucket.

O espaço na fila traseira é suficiente para albergar tês adultos confortavelmente em viagens longas sem problema.

Existem duas versões: uma apelidada de Endurance, com motor no eixo posterior e tração traseira, 210kW/286cv de potência e 545Nm de binário. E outra, VZ, com dois motores, tração integral, com um motor traseiro de 210kW e outro dianteiro de 80kW, podendo enviar até 30% da potência para as rodas dianteiras quando é necessária mais tração. Em conjunto, são obtidos um total de 250kW/ 340cv e 679Nm de binário. Ambos são alimentados por baterias de iões de lítio de 77 kWh úteis que aceitam carregamento rápido até 185kW, sendo possível obter 100km em 7 min, e são arrefecidas por líquido.

A marca anuncia uma autonomia de até 568 quilómetros em





WLTP para a versão Endurance, com o VZ a reduzir a distância entre cargas para 522km.

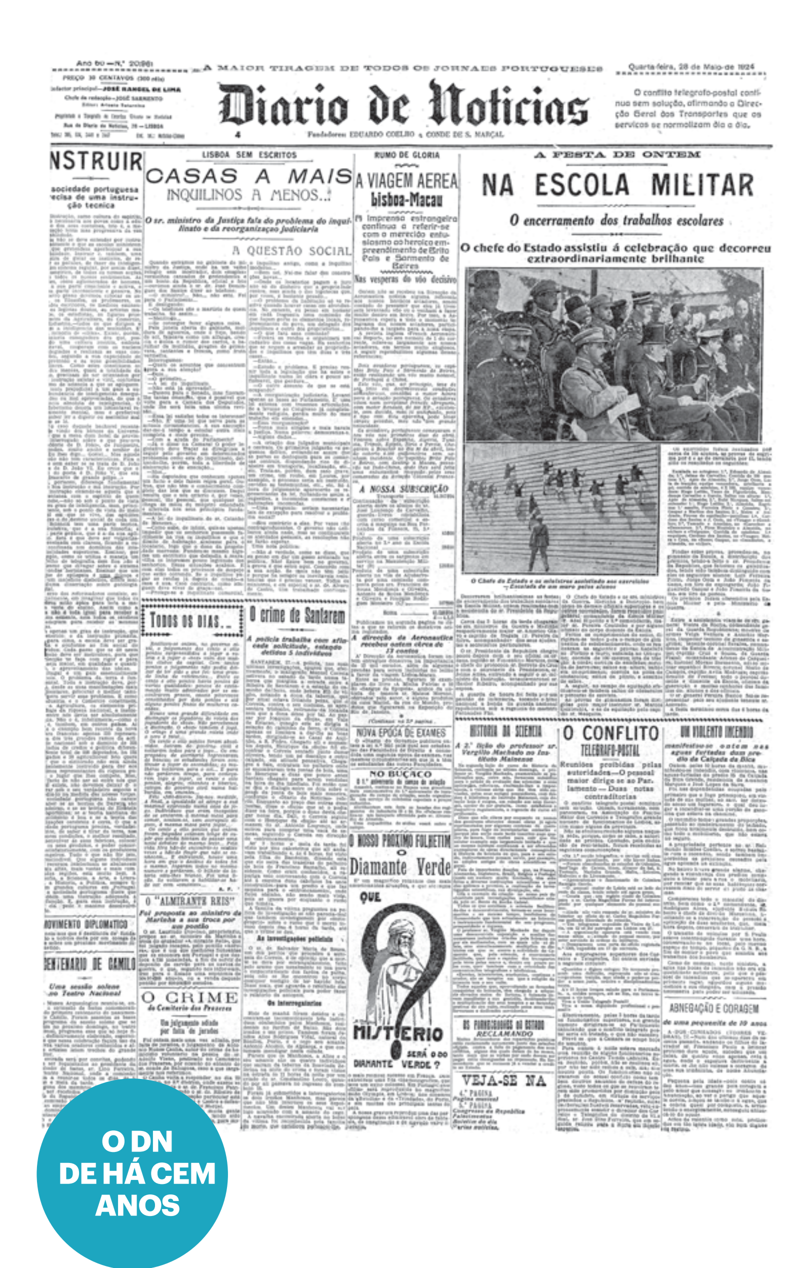
Tal como o Born, o Tavascan utiliza plataforma MEB do Grupo Volkswagen, mas é mais alto e pesa mais. Naturalmente, estes fatores refletem-se no comportamento dinâmico. Apesar do empenho dos engenheiros na afinação das suspensões para o controlo do movimento lateral da carro- çaria, mesmo com os opcionais amortecedores adaptativos, não há como escapar às leis da física. No contacto dinâmico de cerca de 100 quilómetros em estradas catalãs, o Tavascan VZ manteve a compostura até certo limite, ao contrário do seu "irmão" mais rebelde Born, que nos deixou ir sempre mais além. Mesmo no modo de condução "Cupra", que nos pareceu melhor realçar as qualidades dinâmicas deste SUV com cerca de 2,3 toneladas, o tato esponjoso dos travões esteve sempre presente. Algo que conseguimos mitigar com a utilização das patilhas atrás do volante para gestão da intensidade de regeneração e travagem do motor.

Apesar de a sua condução ser capaz de proporcionar doses moderadas de adrenalina, o Tavascan VZ pareceu-nos mais à vontade quando o conduzimos de forma mais relaxada. No final do percurso, obtivemos uma média de 21,6kWh, o que, pelas nossas contas, daria para 356 quilómetros, longe dos 522km anunciados pela marca.

No que toca à segurança, o Tavascan está equipado com sistemas de assistência à condução, como as *Cruise Control* Adaptativo Preditivo, Reconhecimento de sinais de trânsito, Adaptador Inteligente da Velocidade, Detetor de Fadiga e Câmara de visão traseira. Este conjunto inclui funções avançadas de segurança ativa, tais como o Assistência Frontal com apoio à mudança repentina de direção e assistência à viragem, sistema que previne ou atenua os possíveis danos numa potencial emergência, monitorizando outros utilizadores da via como automóveis, peões e bicicletas.

Conta ainda com sistema Car2x, que ativa a comunicação com outros veículos, partilhando informação rodoviária sobre veículos de emergência, veículos avariados, acidentes, etc., permitindo prevenir situações críticas com maior antecedência. Toda a informação relevante é disponibilizada na linha de visão graças ao *head-up display* de realidade aumentada, para evitar distrações.

Sem preços ainda para o mercado nacional, o Tavascan pode ser já encomendado a partir de junho, com as primeiras entregas previstas para o final do verão.



O DN DE HÁ CEM ANOS

AS NOTÍCIAS DE 28 DE MAIO DE 1924 PARA LER HOJE

ARQUIVO DN **CRISTINA CAVACO**, **LUÍS MATIAS** E **SARA GUERRA**

INSTRUIR

A sociedade portuguesa precisa de uma instrução tecnica

A instrução, como cultura do espirito, é tão necessaria aos povos como a educação dos seus costumes, isto é, a metodização lenta mas progressiva da sua sociabilidade.

Mas não se deve entender por instrução sómente o que as escolas ministram aos que pretendem aperfeiçoar a sua mentalidade. Instruir é, tambem, uma maneira de guiar os instintos, de refrear as paixões, de fazer da inteligencia um sistema regular, por assim dizer, cronometrico, de todas as nossas acções e de todos os nossos sentimentos. As nações, como aglomerados de homens, têm a sua parte consciente e activa, e a sua parte inconsciente e passiva. No primeiro plano devemos colocar os sabios, os filosofos, os professores, os grandes escritores, os medicos eminentes, os legistas doutos, os artistas maximos, os estadistas, as figuras proeminentes da Agricultura, do Comercio, da Industria,—todos os que dirigem e guiam a inteligencia das multidões. E' uma minoria de «élites». Existe, porém, a maioria esmagadora dos que, possuindo uma cultura restrita, embora adaptavel, cooperam com os nucleos privilegiados e realizam as suas concepções, segundo a sua capacidade de compreensão e as suas possibilidades auxiliares. Como estes constituem as grandes massas, quasi a totalidade da nação, precisam de ser orientados por uma instrução salutar e viril, conforme o ramo de sciencia a que se apliquem

E' mais prejudicial a um país a superabundancia de inteligencias desequilibradas ou mal aproveitadas, do que a ausencia absoluta de inteligencias. O analfabetismo denota um lamentavel rebaixamento mental, mas é preferivel não saber lêr a digerir ou assimilar mal o que se lê.

E' o caso daquele bacharel recentemente vindo dos bâncos da Universidade que á mesa dum hotel de provincia, interrogado sobre o que pensava da «Morte de D. João», de Junqueiro, respondeu, muito ancho e senhor de si: «Eu lhes digo... Gostei... Mas aquele D. João não tem caracteristicas. Fica a gente sem saber se se trata de D. João V, se de D. João VI. Eu creio que o heroi do poeta é D. João V, que era um frascario de grande pôlpa...»

Ha, portanto, diferença fundamental entre boa instrução e má instrução. Por boa instrução entende-se aquela que é consentanea com o espirito de quem a recebe,—não so sob o ponto de vista do seu grau de inteligencia, mas, principalmente, sob o ponto de vista do meio social em que se vive, das aptidões activas e do destino social de cada um.

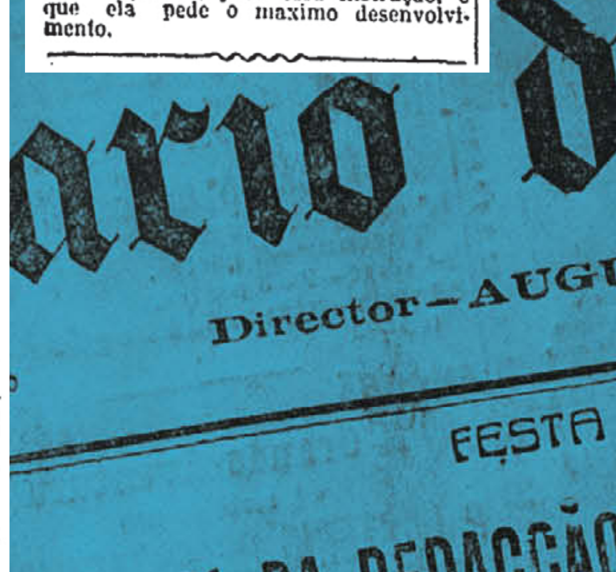
A Sciencia tem uma parte teorica, especulativa, que é a sua filosofia; e uma parte prática, que é a da sua aplicação. Esta é que deve ser vulgarizada, ensinada com clareza, ficando a outra confinada nos dominios das intelectualidades superiores. Ensinar, por exemplo, como se utiliza e maneja um aparelho de telegrafia sem fios não é o mesmo que divagar sobre o sistema das ondas hertzianas. Ensinar que um ataque de epilepsia é uma doença e não um maleficio diabolico, difere muito duma dissertação sobre patologia mental.

O erro dos reformadores consiste, essencialmente, em imaginar que todos os cerebros estão aptos para toda a materia vasta do ensino. Assim como a terra não é toda igual para receber a mesma semente, nem todos os cerebros se adaptam para receber as mesmas ideias.

Ha apenas um grau de instrução, que é generico: o da instrução primaria. Daí para cima, a escala deve ser graduada e conforme ao fim social do individuo. Cada passo que se dê nesta ascensão deve ser meticuloso, para que a selecção se faça com rigor e para que seja maior, em qualidade e quantidade, o aproveitamento das ideias.

Portugal é um país essencialmente agricola. O problema da terra é fundamental. Toda a instrução deve, portanto, desde as suas manifestações mais rudimentares, procurar o melhor caminho para servir esse problema. E como a Industria e o Comercio constituem, com a Agricultura, os elementos primordiais da riqueza nacional, a instrução entre nós devia ser absolutamente tecnica. Não o é, infelizmente,—como o não é, tambem, em outros países. Aí temos o exemplo bem recente da nova camara francesa: apenas 233 representantes dos três grandes ramos da actividade nacional sob o dominio de 325 deputados de credos e politica diferentes. Neste total de 558 deputados, ha 125 advogados e 59 agricultores! Isto quere dizer que o eleitorado não está ainda suficientemente instruido para dar aos legitimos representantes da riqueza publica o lugar que lhes compete. Mas, pelo facto de não ser só entre nós que o mal existe, não devemos deixar de o encarar sob o seu verdadeiro aspecto e remediá-lo na medida das nossas forças.

A sociedade portuguesa não carece de saber se as teorias de Darwin são verdadeiras, e se as teorias de Einstein são oportunas; se a teoria kantiana do conhecimento é boa e se a teoria das localizações cerebrais é certa. O que a sociedade portuguesa precisa, verdadeiramente, de saber é tirar da terra, nas melhores condições, o melhor resultado, é desenvolver as suas fabricas, colocar bem os seus produtos, e poder concorrer satisfatoriamente, com os produtores estrangeiros. Tudo o que não fôr isto, é prescindivel. Que alguns individuos com recursos intelectuais se abalancem a mais altas, mais vastas e mais complicadas regiões, está muito bem. A Filosofia, a Sciencia, a Arte, a Literatura, a Historia, a Politica, sempre tiveram grandes cultores em Portugal. Mas a sociedade portuguesa quere que lhe dêem uma instrução adequada á sua função. E, para essa instrução, é que ela pede o maximo desenvolvimento.



LISBOA SEM ESCRITOS

CASAS A MAIS
INQUILINOS A MENOS...

O sr. ministro da Justiça fala do problema do inquilinato e da reorganizaçao judiciaria

A QUESTÃO SOCIAL

Quando entrámos no gabinete do ministro da Justiça, onde ha um velho relogio sem mostrador, dois «maples» vermelhos cansados de pretendentes e um busto da Republica, oficial e feio —ouvimos ainda o sr. dr. José Domingues dos Santos dizer ao telefone:

—O ministro?... Não... não está. Foi para o Parlamento...

E desligando:

—Os telefones são o martirio de quem trabalha. Só assim...

—Mentindo...

—Se consegue fazer alguma coisa.

Pela janela aberta do gabinete, moldura de aguarela, onde o Tejo, batido de sol, faiscava como um alfange, crescia e subia o rumor dos carros, o barulhar da multidão, pregões de primavera, cantantes e frescos, como fruta vermelha.

Interrogamos:

—Quais os assuntos que concentram agora a sua atenção?

—Dois...

—O primeiro...

—A lei do inquilinato.

—Não está já aprovada?...

—Passou para o Senado, mas fizeram-lhe tantas emendas, que é possivel que volte para a Camara dos Deputados, onde lhe será feita uma ultima revisão...

—Essa lei satisfaz todos os interesses?

—Não. E' uma lei que serve para as actuais circunstancias. A sua execução dar-me-á tempo a estudar outra mais completa e mais precisa...

—Com a ajuda do Parlamento?

—Já o disse na Camara! O poder legislativo deve traçar as directrizes a seguir pelo governo em determinados problemas como este do inquilinato, deixando-lhe, porém, toda a liberdade de elaboração e de execução...

—Mas...

—Ha deputados que conhecem apenas um facto e dele fazem regra geral. Outros, que não têm o conhecimento completo das leis que se discutem. Daqui resulta que o seu criterio é, por vezes, pessoal, tão pessoal, que qualquer lei chega ás mãos do ministro emendada e alterada nos seus principios fundamentais...

—A lei do inquilinato do sr. Catanho de Menezes...

—Como sabe, de inicio, quis-se apenas impedir que os senhorios pusessem facilmente na rua os inquilinos e que o direito de habitação acabasse para o locatario, logo que o dono da propriedade morresse. Fundou-se mesmo algures um escritorio que defendia á maravilha os interesses pouco legitimos dos senhorios. Essas situações acabam. E com elas todos os processos de despejo que estão correndo. Se o inquilino pagar as rendas já depois de citado—a casa é sua. Caso contrário, como ninguem deve viver de graça—sai.

—Protege-se o inquilinato comercial, o inquilino antigo, como o inquilino moderno...

—Bem sei. Vai-me falar das construções novas...

—Onde os locatarios pagam o juro não só do dinheiro que a propriedade custou, mas ainda o das hipotecas que, por vezes, é bastante pesado...

—O problema da habitação só se resolve quando houver casas em abundancia. No entanto, eu penso em nomear em cada freguesia uma comissão de que façam parte os elementos locais, representantes do povo, um delegado dos inquilinos e outro dos proprietarios...

—O que fará essa comissão?

—Fixará as rendas e organizará um cadastro das casas vagas. Ha senhorios que se negam a arrendar as propriedades e inquilinos que têm duas e três casas...

—Então...

—Estudo o problema. E preciso reunir toda a legislação que ha sobre o inquilinato numa lei clara e pouco sofismavel, que perdure...

—O outro assunto de que se está ocupando?

—A reorganização judiciaria. Levarei apenas as bases ao Parlamento. E' uma lei extensa com trezentos articulados. Se a levasse ao Congresso já completamente redigida, perdia muito do meu trabalho em emendas...

—Essa reorganização?

—Torna mais simples e mais barata a justiça. Numa palavra: democratiza-a.

—Alguns dados...

—A criação dos julgados municipais e centrais. Os primeiros julgarão os pequenos delitos, evitando-se assim que as partes se desloquem para as comarcas centrais, dispendendo rios de dinheiro em transporte, localização, etc., etc. Trata-se, porém, dum caso grave, um crime, um roubo, em Loures, por exemplo, o processo seria ali instruido, ouvidas as testemunhas, etc., etc. Só á hora do julgamento aparecerão os representantes da lei, furtando-se assim a sugestões, a incomodos constantes e a habitações incomodas.

—Uma pregunta: seriam necessarias leis de excepção para resolver o problema social?

—Sou contrário a elas. Por vezes são contraproducentes. O governo não deliberou ainda nada, mas se continuarem os atentados pessoais, as resoluções não se farão esperar.

Uma nota politica:

—Não é verdade, como se disse, que eu penso em dar um passo arriscado na politica. Não! Estou bem no governo, a prova é que estou aqui. Concordo com a sua acção. Se mais não têm feito é porque ha sempre as inevitaveis resistencias que é preciso vencer. Todos os ministros, e em especial o sr. dr. Alvaro de Castro, têm trabalhado continuamente.

TODOS OS DIAS...

Realizou-se ontem, no governo civil, o julgamento dos cento e oito pontos surpreendidos a jogar a roleta e a jogar o «box» num dos muitos clubes da capital. Com tantos pontos o julgamento não podia deixar de ter sido o que foi: uma grande linha de reticencias... Entre os cento e oito pontos havia pontos de varias qualidades: pontos de exclamação muito admirados por se encontrarem presos, casais pitorescos constituidos por dois pontos e até alguns pontos finais de mulheres casadas.

Houve uma grande dificuldade em distinguir os jogadores de roleta dos jogadores do «box». Não percebemos a distinção. O «box» tambem é jogo. O «ring» é uma grande roleta onde o zero é fatal...

Os cento e oito pontos foram absolvidos. Sairam do governo civil e voltaram todos para o jogo... Os empregados de escritorio regressaram ás bancas; os estudantes foram continuar a jogar ás escondidas; as mulheres voltaram para o sol... E para não perderem tempo, para começarem logo a jogar, os cento e oito pontos, alegres, risonhos e libertos, sairam do governo civil numa balburdia, em «monte»...

Este «fait-divers» faz-nos meditar, A final, a igualdade só atinge a sua maxima expressão numa casa de jogo. Individuos que eram incapazes de se sentarem á mesma mesa para comer, sentam-se, sem escrupulo algum, á mesma mesa para jogar...

Os cento e oito pontos que ontem foram julgados estavam longe de supôr que ainda haviam de passar uma noite debaixo do mesmo tecto... Pela vida fóra hão-de encontrar-se muitas vezes e hão-de fingir que não se conhecem... E entretanto, houve uma hora em que o destino de todos foi o mesmo. Jogaram todos no mesmo numero e perderam. O bilhete da lotaria saiu-lhes branco. Foi uma lição. Se voltarem a habilitar-se ha-de ser com «cautelas»...

A. F.

O "ALMIRANTE REIS"

Foi proposta ao ministro da Marinha a sua troca por um pontão

O sr. Laurindo Dionisio, proprietario, propoz ao sr. ministro da Marinha a troca do cruzador «Almirante Reis», que foi julgado incapaz, pelo pontão «Aurora», que é um dos melhores flutuantes que se encontra em Portugal e que desloca 4.150 toneladas, a fim de servir de deposito de carvão para os navios de guerra, o que, segundo nos informam, traz para o Estado uma economia de 504.914$68 anuais, ou a venda daquele pontão por 600:000$00 escudos.

HISTORIA DA SCIENCIA

A 2.ª lição do professor sr. Vergilio Machado no Instituto Mainense

Na segunda lição do curso de Historia da Sciencia, realizada no ultimo domingo, o professor sr. Vergilio Machado, enumerando as publicações que, entre nós, fornecem subsidios para o estudo da evolução das sciencias e suas aplicações, referiu-se, exaltando-lhes a importancia, á valiosas obras que lhe têm sido enviadas, pelos seus antigos possuidores, com destino á biblioteca do Instituto Mainense, cuja dotação hoje é exigua, em relação aos seus encargos, apesar de ser gratuita, como estabelece o respectivo regulamento, a regencia do curso ali professado.

Disse que não citava por enquanto os nomes dos generosos oferentes dessas obras já agora representadas por algumas centenas de exemplares, para fugir de involuntarias omissões e porque eles serão mais tarde inscritos num quadro de honra. Tem razões para crêr que tão salutar exemplo seja largamente imitado e que ao mesmo instituto continuem a ser oferecidos exemplares de obras directamente consagrados á Historia da Sciencia ou que, para o seu estudo, indirectamente possam servir, por exemplo, as edições antigas de obras scientificas em geral.

Fala de importantes doações que, na França, Alemanha, Inglaterra, Brasil, Belgica e Portugal (neste em numero muito limitado), têm sido feitas a diversas instituições scientificas e que elas aplicam a premios, a realização de investigações scientificas, sua divulgação, etc.

Cita o exemplo da criação no nosso país do «Instituto para investigações scientificas» criada pelo sr. Bento da Rocha Cabral.

Todos os que auxiliam a sciencia facilitando-lhe o desenvolvimento, tornam-se seus benemeritos e ao mesmo tempo, benfeitores da Humanidade que tem actualmeute na Sciencia o instrumento fundamental do seu progresso, prosperidade e riqueza.

O professor sr. Virgilio Machado faz depois uma desenvolvida exposição e analise das numerosas industrias criadas pela Sciencia ou por ela melharadas, com as quais não só dilata, mas simultaneamente multiplica os districtos em que se exerce a actividade do Comercio que, pela sciencia, é enormemete facilitada, quer com a rapidez dos transportes pela terra pelos mares e, dentro em pouco pelos ceus, quer tambem com a celeridade das comunicações telegraficas e telefonicas.

«Escolas, laboratorios, academias, continua o orador, são os templos em que a religião da Sciencia tem o seu culto.

Todos aqueles que, aproveitando as fecundas conquistas da Sciencia, têm chegado a adquerir elevados meios de fortuna, á Sciencia devem manifestar a sua gratidão, facilitando-lhe a multiplicação dos seus templos e as fecundas praticas do seu culto, realizado pelos seus mais fervorosos e dedicados servidores.»

OS FORNECEDORES DO ESTADO

RECLAMANDO

Muitos fornecedores das repartições publicas estão reclamando novamente junto das estações oficiais, contra a falta de pagamento dos seus creditos, alguns dos quais datam de ha meses, tanto mais que as verbas por onde devem ser pagas estão consignadas no orçamento. Ha fornecedores que se recusam já a vender a credito ao Estado.

lotaria clássica
EXTRAÇÃO: 022/2024 **1.º PRÉMIO: 54251** **2.º PRÉMIO: 42476** **3.º PRÉMIO: 13615**

EURODREAMS
SORTEIO: 043/2024
CHAVE: 2 - 7 - 14 - 15 - 23 - 24 + 3

NÃO DISPENSA A CONSULTA DOS RESULTADOS OFICIAIS

Alta tensão em Paris devido a manifestação contra Israel

Cerca de 10 mil pessoas protestaram ontem ao final da tarde, em Paris, contra os ataques de Israel ao campo de refugiados de Rafah, na Faixa de Gaza. Os manifestantes pró--palestinianos dirigiram-se para a embaixada israelita entoando palavras de ordem como "Israel assassino, Macron cúmplice". Esta ação ficou marcada por diversos momentos de tensão com a polícia, que chegou mesmo a ter de confrontar a multidão, lançando inclusive gás lacrimogéneo.



CHRISTOPHE PETIT TESSON / EPA

Governo cria regime de uso de imóveis públicos devolutos

MEDIDAS Governo anuncia que vai pôr fim ao arrendamento coercivo previsto no programa *Mais Habitação* e anuncia novas regras para o Alojamento Local.

O Governo vai criar um regime legal para "injeção semiautomática de imóveis devolutos" públicos no mercado, para habitação ou outros projetos relevantes, o que será feito em conjunto com os municípios. O anúncio foi ontem feito, no final de um Conselho de Ministros extraordinário, pelo ministro da Presidência, António Leitão Amaro, acrescentando ainda que o Executivo vai pôr fim ao arrendamento coercivo previsto no programa *Mais Habitação*, do Governo socialista.

"Este é um regime novo, em que a iniciativa de base local permite acelerar, identificar e pôr, depois da recuperação, à disposição, quer para habitação, quer para outros fins públicos relevantes, tantas centenas de imóveis públicos do Estado que hoje estão parados, enquanto há tantas pessoas sem casa ou casas caras demais", disse o ministro, esclarecendo que caberá aos municípios, por si ou com promotores privados, identificar os imóveis públicos devolutos ou subutilizados e apresentar depois ao Estado, através da *Estamo*, um projeto de utilização "para um fim público que caiba dentro das atribuições do município e possa ser colocado em frutificação pelas pessoas".

O Governo aprovou ainda propostas de alteração às regras do Alojamento Local incluídas pelo anterior Executivo no programa *Mais Habitação*, como a revogação da Contribuição Extraordinária, remetendo para os municípios a regulamentação da atividade nos seus territórios, algo que o ministro Leitão Amaro disse serem medidas que "trazem justiça e moderação".

Há ainda uma mudança no apoio às rendas para que as pessoas que perderam este subsídio, por ter havido alteração ao contrato, possam voltar a recebê-lo. Outra das medidas aprovadas em Conselho de Ministro permite que as pessoas que tenham de ir trabalhar para mais de 100 quilómetros e queiram rentabilizar a sua habitação, possam deduzir a este rendimento a renda da casa junto ao novo emprego. Este medida visa, segundo Leitão Amaro, eliminar os desincentivos à mobilidade laboral, criando uma neutralidade entre o que se recebe de renda da casa que se deixa e a renda que se paga pela casa que tenha de se arrendar.

DN/LUSA

BREVES

Guardas prisionais sem acordo, alertam para greves

Os sindicatos dos guardas prisionais voltaram ontem a rejeitar a proposta do Governo para aumentos salariais, igual à apresentada aos polícias e alertaram para um possível "verão quente" com greves nas prisões. A ministra da Justiça, Rita Alarcão Júdice, apresentou a mesma proposta saída do Ministério da Administração Interna (MAI) na passada semana, que propunha um aumento de 180 euros no Suplemento de Risco, valor que os sindicatos rejeitam veementemente. "É de todo inaceitável. Está muito longe daquilo que esperamos que seja a próxima proposta. Está marcada uma reunião para dia 4 de junho às 17.30, a senhora secretária de Estado disse-nos que iria melhorar a proposta. Continuamos a aguardar", disse Frederico Morais, dirigente do Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional (SNCGP). A alternativa à ausência de acordo é, garantiu, um "verão quente", admitindo a possibilidade de greves que podem "parar o sistema prisional". "Pedimos que avisassem o ministro das Finanças e o primeiro-ministro de que provavelmente iremos ter um verão muito quente nos estabelecimentos prisionais. Iremos usar tudo para fazer ver ao Governo que os guardas prisionais existem e que têm de ser tratados com dignidade", sublinhou.

Radares rendem 10 M€ à Câmara de Lisboa

Os radares de controlo de velocidade rodoviária da cidade de Lisboa registaram nos últimos dois anos mais de 500 mil infrações e as coimas renderam ao município perto de 10 milhões de euros. De acordo com dados da Câmara Municipal de Lisboa, entre 1 de junho de 2022 e 30 de abril deste ano, "foram detetadas nos radares fixos 548 880 infrações", sendo que o radar onde foram detetadas mais infrações foi o localizado na Avenida Lusíada (sentido oeste-este), junto ao Hospital dos Lusíadas, com 80 534, seguindo-se o que se encontra na Avenida Eusébio da Silva Ferreira (sentido este-oeste), em frente ao Centro Comercial Fonte Nova, com 63 937. Os aparelhos localizados nas avenidas Padre Cruz, Brasília e Infante Dom Henrique constam também da lista dos 10 locais com mais infrações detetadas. Em relação ao valor cobrado das multas já processadas, a autarquia arrecadou perto de 10 milhões de euros (9 827 370 euros), enquanto a Autoridade Tributária recebeu perto de 6,3 milhões euros e a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária cerca de 1,8 milhões euros. Os 41 radares fixos de Lisboa começaram a funcionar a 1 de junho de 2022.



Conselho de Administração - Marco Galinha (Presidente), Kevin King Lun Ho, António Mendes Ferreira, Victor Santos Menezes, Vitor Coutinho, Diogo Queiroz de Andrade, Rui Costa Rodrigues, José Pedro Soeiro **Direção interina** Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Data Protection Officer** António Santos **Propriedade** Global Notícias Media Group, SA; Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Almada. Capital social: 9 309 016,95 euros. NIPC: 502535369. Proprietário e editor: Rua Gonçalo Cristóvão,195-219 – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100. Fax: 222 096 200 Redação: Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 3.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 501 **Marketing e Comunicação** Carla Ascenção **Direção Comercial** Pedro Veiga Fernandes **Detentores de 5% ou mais do capital da empresa:** Páginas Civilizadas, Lda. – 41,51%, KNJ Global Holdings Limited – 29,35%, José Pedro Carvalho Reis Soeiro – 20,40%, Grandes Notícias, Lda. – 8,74% **Impressão** Gráfica Funchalense (Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, 50, Morelena – 2715-029 Pero Pinheiro); Naveprinter (EN, 14 (km 7,05) – Lugar da Pinta, 4471-909 Maia) **Distribuição** VASP; Registado na ERC com o n.º 101326. **Depósito legal** 121 052/98 **Assinaturas** 219249999 Dias uteis das 8h às 18h E.mail: apoiocliente@dn.pt



